

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIANA DORNELES THUROW

**CONECTANDO MÍDIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A ATUAÇÃO DA
IMPrensa NO GENOCÍDIO EM RUANDA**

SANTANA DO LIVRAMENTO

2022

MARIANA DORNELES THUROW

**CONECTANDO MÍDIA E RELAÇÕES INTERACIONAIS: A ATUAÇÃO DA
IMPrensa NO GENOCÍDIO EM RUANDA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel
em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa.

Orientador: Prof. Dra. Nathaly
Xavier Schutz.

SANTANA DO LIVRAMENTO

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

T542c Thurow, Mariana

Conectando mídia e relações internacionais: a atuação da
imprensa no Genocídio em Ruanda / Mariana Thurow.

94 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2023.

"Orientação: Nathaly Schutz".

1. Mídia . 2. Relações Internacionais . 3. Genocídio. 4.
Ruanda. I. Título.

MARIANA DORNELES THUROW

**CONECTANDO MÍDIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A ATUAÇÃO DA
IMPrensa NO GENOCÍDIO EM RUANDA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel
em Relações Internacionais.

Trabalho apresentado e defendido em: 10/01/2023

Prof. Dra. Nathaly Schutz
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Renatho Costa
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Flávio Lira
(UNIPAMPA)

AGRADECIMENTOS:

Á Prof. Dra. Nathaly pela orientação, e aos demais professores que tive o prazer de encontrar ao longo da minha trajetória acadêmica, pelos incontáveis ensinamentos, reflexões e pelo exemplo de profissionais que são.

Aos meus pais, Roberto e Cristiane, por terem me ensinado a importância da educação, por terem incentivado os meus estudos, por sempre me mostrarem o meu potencial, até nos momentos em que eu mesma duvidei, e por serem essa fonte inesgotável de amor, amizade e compreensão.

Aos meus amigos e colegas e ao meu companheiro Carlos, por tornarem mais leves, esses anos de graduação -que por muitas vezes podem ser repletos de angústias e dúvidas- pelo convívio, pelos desabafos e pelos momentos de descontração

E, por fim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização dessa pesquisa.

RESUMO:

Este trabalho visa estabelecer uma conexão entre duas áreas de estudo: mídia e relações internacionais, abordando a atuação da imprensa no Genocídio em Ruanda como exemplo das dinâmicas entre as duas áreas. Assim, a pesquisa irá abordar a participação da mídia enquanto ator nas relações internacionais contemporâneas, compreendendo as possibilidades e as consequências da ação midiática em situações de conflito, pela análise de teoria como o efeito CNN, e a proposta agenda setting. Corroboraram com o morticínio de cerca de 1 milhão de pessoas: a mídia nacional ruandesa, que com os discursos de ódio aos tutsis e as estratégias de propaganda, incitaram a população hutu em direção ao Genocídio, e a mídia Internacional, representada pelos principais veículos de comunicação de massa, ao publicarem, na maioria das vezes, artigos reducionistas, e sensacionalistas sobre o conflito, acabaram influenciando a opinião pública a não pressionar a comunidade internacional, agindo, assim, de maneira a legitimar o discursos de países como os Estados Unidos, que não queriam intervir no conflito.

Palavras-chave: Genocídio, Ruanda, mídia, e Relações Internacionais.

ABSTRACT:

This work aims to establish a connection between two areas of study: media and international relations, approaching the role of the press in the Genocide in Rwanda as an example of the dynamics between the two areas. Thus, the research will address the participation of the media as an actor in contemporary international relations, understanding the possibilities and consequences of media action in conflict situations, through the analysis of theory such as the CNN effect, and the proposed agenda setting. Corroborated with the murder of about 1 million people: the Rwandan national media, which with hate speeches against Tutsis and propaganda strategies, incited the Hutu population towards the Genocide, and the International media, represented by the main vehicles of mass media, by publishing, most of the time, reductionist and sensationalist articles about the conflict, ended up influencing public opinion not to pressure the international community, thus acting in a way to legitimize the discourse of countries like the United States, who did not want to intervene in the conflict

Keywords: Genocide, Rwanda, media, and International Relations.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	8
2. Conectando mídia e Relações Internacionais.....	12
2.1 A mídia nas teorias <i>mainstream</i> das Relações Internacionais	16
2.2 Novas abordagens entre mídia e Relações Internacionais	19
3. A Formação de Ruanda: do período pré-colonial às lutas por Independência	26
3.1 Organização política, econômica e social pré-colonial	30
3.2 O período colonial.....	32
4. Ruanda pós-Independência:	39
4.1 A Primeira República Ruandesa (1962-1973).....	40
4.2 A Segunda República Ruandesa:	42
4.3 Guerra Civil: A Frente Patriótica Ruandesa e os Acordos de Arusha.....	46
4.4 O Genocídio: A preparação e a execução de uma campanha de eliminação étnica ...	49
4.5 Tendências explicativas do Genocídio	58
5. A Atuação da imprensa no Genocídio em Ruanda.....	63
5.1 A “inércia” da comunidade internacional frente ao Genocídio	64
5.2 A “ação” da Mídia Ocidental na cobertura do Genocídio.....	73
5.3 A mídia nacional de Ruanda: os efeitos da Revista Kangura e da Rádio RTML	78
6. Considerações Finais	86

1. Introdução

Perceber o cotidiano internacional sem alguma interferência midiática é inconcebível, no entanto, a temática da mídia parece receber pouca atenção no âmbito dos estudos internacionais, os debates são incipientes quando consideramos a magnitude que a imprensa tomou nas últimas décadas com o advento da globalização e das inovações tecnológicas dela recorrentes.

A temática se tornou latente na década de 1990, quando a mídia internacional, mais especificamente, as redes *all-news*, como a CNN e a BBC (emissoras especializadas na transmissão de notícias 24hrs), passaram a transmitir sua cobertura sobre os conflitos internacionais da década, como na Guerra do Golfo e na Bósnia, mudando as dinâmicas de interações entre a mídia global e as relações internacionais. Levando a elaboração de uma teoria chamada o “Efeito CNN”.

O impacto da CNN na cobertura da Guerra do Golfo (1990-1991), transmitindo ao vivo os combates, numa linguagem televisiva que mais lembrava a dos seriados de ação, levou a uma reconsideração radical acerca da influência midiática nas políticas externas (ARRAIS, 2014, p. 8)

Concomitante ao chamado efeito CNN, à ascensão do debate acerca da mídia nas relações internacionais, entre abril e julho de 1994, Ruanda, um pequeno país densamente povoado na região dos Grandes Lagos da África, se dividiu entre carrascos e vítimas em um dos maiores Genocídios do século XX, onde morreram cerca de 1 milhão de pessoas identificados da etnia tutsi, ou hutus moderados. Após anos de Guerra Civil em Ruanda, o Presidente hutu Juvénal Habyarimana assina um Acordo de Paz na Tanzânia, para a partilha do governo no país, na ocasião da volta do Presidente para a capital Kigali, o avião é derrubado causando a morte do líder, fato que gerou um terreno fértil para a difusão de informações infundadas que acusavam os Tutsis de terem cometido o atentado, resultando no início do Genocídio. O Tribunal de Crimes de Guerra da ONU considera que a mídia teve um papel determinante no morticínio ocorrido em Ruanda, condenando figuras-chave dos veículos de comunicação, como reflexo disso, atualmente a mídia nacional sofre restrições. O conflito em Ruanda tem suas raízes no processo de colonização pela Bélgica, e foi mascarado como um conflito puramente étnico, quando na verdade segundo Rezende (2011), os hutus e os tutsis devem ser entendidos como identidades políticas, no sentido de representarem uma consequência direta do processo de formação do Estado, sendo assim, raça e etnia no caso de Ruanda foram consideradas identidades legalmente impostas e institucionalmente

reproduzidas, haja vista a grande integração entre essas duas etnias no contexto nacional no período anterior a presença belga.

O que ocorreu em Ruanda foi um genocídio de uma etnia minoritária daquele país deflagrado frente aos líderes da comunidade internacional, visto que a Organização das Nações Unidas, e as potenciais ocidentais optaram por permanecer em posição de neutralidade, segundo Mendonça (2013), a lei física da “inércia” pode ser transferida para o campo das relações internacionais, e usada para caracterizar o comportamento da comunidade internacional que tardou a utilizar o termo genocídio para o ocorrido em Ruanda. A ONU reduziu drasticamente o contingente de forças que mantinham a paz, contrariando as advertências do General Romeo Allain Dallare, da UNAMIR (sigla em inglês para Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda) que já anunciava a tragédia que estava a caminho. (MENDONÇA, 2013) Acredita-se também que Ruanda não despertava grande interesse das potências mundiais, por não dispor de riquezas naturais e de uma posição geoestratégica, ao contrário do conflito na Bósnia, que recebeu mais atenção, justamente por se tratar de uma região historicamente disputada por sua posição geográfica privilegiada que garante acesso aos chamados “mares quentes”.

No âmbito midiático, foco dessa pesquisa, internamente destaca-se a revista *Kangura*, e a rádio RTML (Radio Television Libres des Mille Collines) que se aliaram aos hutus, e a milícia *Interahamwe*, responsável pelo genocídio, e agiram de maneira a incitar o discurso de ódio contra os tutsis e contra os hutus moderados, mobilizando a população em direção aos atos genocidas. Já a mídia internacional, representada pelos principais veículos de comunicação norte-americanos, teve a sua participação caracterizada por uma dinâmica de “inação”, pois as coberturas noticiosas em Ruanda trataram muito mais de expor os horrores, as mortes, e a barbárie que tomou conta do país, do que expor as informações relevantes acerca do contexto em que o Genocídio estava inserido, as partes envolvidas e seus objetivos, bem como muitas vezes relativizou a utilização do termo “genocídio” para os fatos em Ruanda, assim, os tradicionais meios de comunicação de massa influenciaram também a opinião pública, que não pressionava as potências para agirem contra o Genocídio, colaborando com o prolongamento do conflito e o seu resultado final: o morticínio dos tutsis e hutus moderados no território ruandês, incluindo mulheres, idosos e crianças.

Nesse sentido, se busca traçar as principais teorias que abarcam a influência da mídia global no estudo das relações internacionais, com ênfase àqueles que cabem na análise do caso

de Ruanda, também será necessário analisar a história de Ruanda, para compreender a origem do conflito, e por fim será analisado a atuação da mídia (internacional e nacional) no genocídio em 1994.

Considerando o debate crescente nos anos 1990 sobre a mídia global no processo de tomada de decisão internacional, e na formulação das políticas externas, propiciado pelo citado “Efeito CNN”, é de se questionar por que a comunidade internacional tardou tanto a reconhecer o genocídio em Ruanda. O próprio fato de um genocídio ter, em 100 dias, ceifado a vida de 800 mil pessoas, justamente em um momento que os conflitos internacionais estavam recebendo uma grande atenção midiática (vide efeito CNN) já é um forte indicativo de que a questão de Ruanda foi negligenciada pela mídia internacional. Dessa maneira a problemática dessa pesquisa se delimita em: De que maneira a mídia (internacional e nacional) influenciaram na dimensão do conflito em Ruanda?

Assim a hipótese que assumimos nessa pesquisa é a seguinte: A mídia nacional ruandesa causou uma mobilização doméstica contra os Tutsis, que, aliado à “inação” da mídia internacional resultou em um genocídio de grandes proporções.

A escolha da temática do presente trabalho está na sua “marginalidade” dentro das teorias das relações internacionais, as teorias *mainstream* pouco se debruçam sobre o papel da mídia nas dinâmicas internacionais, tais estudos estão normalmente vinculados a correntes não-centrais, como a Teoria Crítica, e aos estudos pós-coloniais. As Relações Internacionais, pela influência da academia norte-americana, acabam colocando as questões que envolvem o *Hard Power* (segurança, armamento e defesa) como o centro das atenções e dos debates teóricos, enquanto, as questões relativas ao *Soft Power*, que é, de maneira resumida, as disputas em torno de ideias e da capacidade de persuasão, mesmo sendo reconhecidas, são vistas apenas como auxiliar e jamais como protagonista das Teorias das Relações Internacionais. (MARINUCCI, 2008)

Segundo Gilboa (2002), os estudos de mídia em Relações Internacionais estão focados em apenas alguns fenômenos internacionais como o uso da força, guerra, terrorismo, intervenção militar e cobertura midiática das próprias relações interestatais, normalmente ignorando o papel de mídia na formação da opinião pública.

Considerando a problemática e a hipótese assumida, o objetivo geral dessa pesquisa é: Analisar a atuação da imprensa (local e internacional) na ocasião do Genocídio em Ruanda. Enquanto os objetivos específicos:

- Traçar os principais aportes teóricos que se debruçam a compreender o papel da mídia nas relações internacionais/sistema internacional, e nos processos de tomada de decisões.
- Analisar de que forma as aproximações epistemológicas entre os estudos de comunicação e das relações internacionais se aplicam ao caso ocorrido em Ruanda em 1994.
- Compreender o processo de formação e posterior colonização do Estado Ruandês, com foco na formação das identidades tutsis e hutus, bem como o período pós-independência, e a sua influência para o conflito no país.
- Analisar o processo de preparação e execução do Genocídio.

Este trabalho será desenvolvido a partir de uma abordagem de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, já que se preocupa em aprofundar a compreensão do objeto em questão, e não com a representatividade numérica.

Deste modo, a pesquisa está fundamenta em uma investigação inicial acerca da atuação da mídia nas relações interacionais, ou seja, das interseccionalidades entres as duas áreas, buscando compreender qual foi o papel atribuído à mídia dentro do sistema internacional pelas correntes teóricas dominantes das RI, e após isso, apresentar contribuições teóricas que expliquem, ou que sugerem uma nova abordagem para a temática da imprensa no âmbito internacional.

Como esse trabalho visa analisar a atuação da imprensa na ocasião do Genocídio Ruanda, faz-se necessário uma contextualização sobre o conflito que antecedeu o morticínio no país, bem como é preciso estender a pesquisa para compreender a história do país, o processo de formação do Estado, a presença alemã e a posterior colonização belga, a Independência de Ruanda e suas consequências.

Ademais, será investigado a atuação da imprensa, tanto nacional, quanto internacional no Genocídio, para isso, serão utilizados artigos dos principais veículos de comunicação norte-americanos sobre o Genocídio, e também as práticas utilizadas pela imprensa ruandesa, visando

verificar a hipótese desse trabalho, portanto, pretendes se realizar uma pesquisa de caráter exploratório, com base no método científico hipotético-indutivo. Quanto aos procedimentos, será utilizado o método comparativo, uma vez que essa pesquisa trata de um estudo de caso, que objetiva conectar um tema mais amplo, no caso mídia e relações internacionais, a partir da análise de um evento real, no caso a atuação da no Genocídio em Ruanda.

Em conformidade com o caráter exploratório desse trabalho, terá como base o levantamento bibliográfico, para construir a familiaridade com o objeto. Desse modo, pretende-se desenvolver a presente pesquisa a partir do material encontrado em livros, artigos científicos e de periódicos, monografias e trabalhos realizados que se relacionam com o tema.

2. Conectando mídia e Relações Internacionais

Todos os dias, ao ligar a televisão, escutar a rádio, e até mesmo ao navegar pela internet somos inundados com um grande número de informações e notícias, todas as formas midiáticas se tornaram parte inerente do cotidiano público, a mídia global é a nossa principal fonte de informação sobre o que ocorre no mundo, e nós construímos o nosso conhecimento sobre determinados assuntos, mesmo que de maneira inconsciente, baseado nos fatos que nos são apresentados pelos meios de comunicação de massa. Ao longo da história os meios de comunicação desempenharam um papel importante seja na formação de “consensos públicos”, seja na formação da imagem dos Estados no exterior, e atualmente figuram como uma importante variante nos rumos da política internacional.

Arrais (2014) a fim de estabelecer uma conexão entre o internacionalismo e a comunicação observa que foi a partir do Congresso de Viena, um marco para a história das relações internacionais e conseqüentemente para a construção das relações internacionais contemporâneas, e depois com o surgimento do Império Alemão que a indústria midiática se desenvolveu de maneira significativa. O Congresso de Viena tratou de realinhar a ordem geopolítica a partir do fim das Guerras Napoleônicas, esse “concerto” inaugurou a chamada “sociedade internacional europeia” que vigorou até 1870, data da unificação Alemã, o surgimento do Império Alemão provocou um novo rearranjo na concertação europeia, e nesse contexto que a indústria da mídia prosperou, seja em termos técnicos como em negócios fundamentais, para se tornar esse “colosso onipresente” (p. 4) que hoje conhecemos.

Já na primeira metade do século XIX surgiam as agências de notícias: o serviço jornalístico que revolucionaria a maneira como as pessoas se informam sobre assuntos

domésticos e internacionais. Em 1835 foi criada a Agência Havas, embrião da Agência France Presse, que se utilizava de uma gama de correspondentes estrangeiros, de trens e de pombos-correios para transmitir informações e o seu noticiário por toda a Europa. Em 1846, a partir da junção de esforços de jornais nova-iorquinos, foi criada a Associated Press, cujo objetivo inicial era levar informações sobre a guerra contra o México à população norte-americana. Logo em 1851, o imigrante Alemão Julius Reuters fundava a Agência Reuters para transmitir notícias acerca da cotação da Bolsa de Valores Londrina para a Europa Continental. (ARRAIS, 2014)

A agência Reuters foi a primeira agência jornalística a explorar o cabo telegráfico submarino, uma inovação tecnológica que alterou drasticamente a forma de transmissão de dados, sendo o primeiro cabo implantado entre o Reino Unido e a França, desde que foi instalado um cabo telegráfico entre os Estados Unidos e a Inglaterra em 1858, o serviço de vendas de notícias internacionais só cresceu. Outra inovação tecnológica surgia no contexto da Sociedade de Viena que mudaria a percepção que temos de nós mesmo e do mundo: a Fotografia, que dispunha de um efeito realístico sem precedentes e uma capacidade reprodução em larga escala, tais características fizeram com que esse recurso fosse abraçado pela imprensa, culminando na popularização e no fortalecimento da indústria midiática. Foi em 1895 com a invenção do cinema, pela sua capacidade de captar o movimento em si, permitindo ao público uma experiência de simultaneidade com o tempo presente, que a mídia deu outro grande salto decisivo. O impacto do surgimento do audiovisual logo passaria a ser utilizado de maneira deliberada pelos Estados, com o objetivo de legitimar as políticas por eles adotadas, e projetar-se no cenário internacional (ARRAIS, 2014)

Observemos que o surgimento da imprensa como conhecemos nos moldes atuais encontrou na necessidade da troca internacional de informações o impulso que faltava para a sua evolução e expansão, sendo quase que imprescindível uma maior análise a respeito da comunicação e do internacionalismo. As inovações tecnológicas também elevaram o papel da comunicação dentro do cenário internacional, no sentido de serem instrumento da política externa dos Estados.

A máquina de propaganda foi utilizada pelos Estados em momentos distintos, aperfeiçoada na II Guerra Mundial, amplamente utilizada na Alemanha nazista, e posteriormente, uma das estratégias mais relevantes no período da Guerra Fria, tanto é que nesse espaço temporal foram sistematizados os primeiros estudos acerca da utilização midiática para fins políticos. Portanto, a comunicação internacional é uma atividade recente no campo

das Ciências Humanas e das Relações Internacionais, em 1953, Leo Lowenthal, em artigo publicado na revista *Public Opinion Quarterly*, anunciava o nascimento da nova disciplina da comunicação internacional. (ARRAIS, 2014)

No entanto, Oliveira (2010) observa que a disciplina era de difícil delimitação do campo de estudos por parte dos pesquisadores, devido às inúmeras possibilidades de conceituação dos termos “comunicação” e “política”. Assim, as primeiras definições de Comunicação Internacional estavam baseadas numa ideia de uma comunicação que ocorria através de fronteiras, diretamente associada à troca de informações entre os governos, porém as novas tecnologias de informação, a globalização da mídia e o surgimento de indústrias culturais no século XX trataram de incluir novos atores no “jogo” da comunicação internacional, e assim, desvinculando-a das questões governamentais somente. (CAMARGO, 2008)

Assim novas conceituações foram estabelecidas no sentido de considerar a comunicação política internacional como o uso da comunicação por Estados nacionais, a fim de influenciar o comportamento político do povo dentro de outro Estado. (OLIVEIRA, 2010) Todavia, eventos ocorridos posteriormente a essa definição nos levam a interpretá-la como, no mínimo, incompleta. A Guerra do Vietnã, por exemplo, evidenciou que nem sempre a mídia estaria alinhada com os interesses estatais, mesmo com tentativas de controle do que era noticiado, a imprensa norte-americana influenciou a opinião pública a partir da transmissão de imagens de massacre de civis, da mortandade de soldados estadunidenses, justamente em uma guerra que para boa parte da sociedade civil carecia de sentido, levando a uma reconsideração acerca do apoio à Guerra, elevando a pressão sob o governo norte-americano, fatores que, corroboraram para o fracasso do país no Vietnã. (ARRAIS, 2014)

Esse “local” atribuído à mídia internacional, vinculada a noções de propaganda dos Estados, e de influenciar a opinião pública dentro de outros Estados muito está relacionado com o *soft power*, que por sua vez está intrinsecamente ligado ao valor atribuído à mídia dentro das principais correntes teóricas das Relações Internacionais. A atuação da imprensa norte-americana na Guerra do Vietnã foi o embrião dos futuros estudos que delegam à mídia um papel de ator dentro do sistema internacional, que teria na década de 90, com o Efeito CNN, sua expressão máxima.

As relações internacionais contemporâneas formam um sistema dinâmico, marcado intensamente pela interdependência entre seus diversos atores. Em face disso, identificar claramente quem são e quais os papéis de cada um desses atores, em especial

dos novos e emergentes, é um desafio que os estudiosos da área enfrentam há algum tempo. Todavia, ressalta-se que ainda não existe uma classificação uniforme e apropriada aos novos fenômenos decorrentes da ampliação do quadro de potenciais novos atores das Relações Internacionais. (OLIVEIRA, 2010, p. 28)

A “Sociedade em Rede” termo proveniente da obra de Manuel Castells (2002), sociólogo e pesquisador dos efeitos da informação sobre a economia, a cultura e a sociedade em geral, alude que a cultura de massas criadas pelas redes e disseminadas pela televisão, pelo cinema e pela internet facilitou o intercâmbio de ideias e a troca de informações. Outros conceitos como “Sociedade da Informação”, “Aldeia Global”, “Sociedade Pós-Industrial”, e “A Terceira Onda” podem ser utilizados para denominar a sociedade internacional contemporânea, todos eles, salvo as diversidades de concepções teóricas e ideológicas que carregam, têm em comum um fator essencial para o seu surgimento: o desenvolvimento das tecnologias de informação e o seu rápido envolvimento nas atividades sociais. (CAMARGO, 2008)

No que tange a cultura de massas citada, é conveniente elencar as considerações de Armand Matterlart, acerca do mesmo tema, condensando o sentido geral da sua obra: o sociólogo francês aponta que onipresença das transnacionais da cultura de massas é de tamanha intensidade que jamais seria imaginada nos anos 70, nesse sentido, a respeito da produção teórica de Matterlart podemos considerar que:

A digitalização de quase todos os processos produtivos e comunicacionais permitiu uma ubiquidade e um controle insidioso sobre o cotidiano. A ideia de redes como estrutura de fluxos de informação horizontais e descentralizados escamoteou uma distopia em que menos organizações do capital privado acessam mais diretamente a subjetividade e o potencial de consumo dos indivíduos. E a globalização (ou mundialização) do capital encetou uma ocidentalização da produção cultural, de forma ainda mais pervasiva nas sociedades do Sul Global (MATTERLART, 1971 apud AGUIAR, 2020, p. 158)

A “Sociedade em Rede” é composta por tecnologias de informação e de comunicação que abarcam a aquisição, o armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios eletrônicos como rádio, televisão, telefone, computadores, atualmente, os Estados passaram a compreender a complexidade da sociedade internacional contemporânea, e de seus novos recursos, e utilizam esses recursos como instrumentos de política objetivando ampliar suas capacidades no jogo de poder internacional, em conformidade com o pensamento de Burity (2013), não se pode dizer que o Estado perde poder por conta dessas transformações na comunicação, tampouco que deixou de se fundamentar em aspectos econômicos, políticos e militares para angariar poder, mas que remanejou suas ações para a obtenção desses objetivos.

Oliveira (2010), pondera que a qualidade de ator dentro das relações internacionais é definida “ora a partir de uma base sobre sua natureza, ora a partir da sua capacidade e de sua habilidade para cumprir determinadas funções e alcançar certos objetivos no cenário internacional” (p. 29), apresentando que existem atores com seu status atribuído em função da sua natureza jurídica, um exemplo clássico são os próprios Estados e as Organizações Internacionais, e atores com o status adquirido, em função da sua capacidade, nesse segundo postulado enquadra-se a mídia global, pela magnitude que adquiriu nas últimas décadas, com o advento da globalização e das inovações tecnológicas recorrentes.

Sendo assim, esse capítulo se desenvolverá em um primeiro momento expondo qual o papel que as chamadas teorias *mainstream* das Relações Internacionais atribuem à mídia internacional, tratando o conceito de Soft Power. E em um segundo momento apresentará as “novas abordagens” dentro das interseccionalidades no campo das Relações Internacionais e da comunicação, assumindo a premissa de que a mídia é mais que uma coadjuvante responsável apenas pela propaganda dos Estados, considerando-a, conforme Burity (2013), um ator de múltiplas faces.

2. 1 A mídia nas teorias *mainstream* das Relações Internacionais

Mainstream é um conceito que expressa uma tendência, moda, algo dominante, traduzindo ao literal, significa “corrente principal”, ou “fluxo principal”, o *mainstream* das relações internacionais relaciona-se às teorias dominantes, aquelas surgidas com a própria criação da disciplina: o liberalismo, e posteriormente o realismo, que entre si produziram o primeiro embate teórico no estudo das Relações Internacionais.

A disciplina das Relações Internacionais surge efetivamente no século XX, após a I Guerra Mundial, visando compreender o que explicaria os conflitos recorrentes entre os Estados desde o final do século XIX, e o comportamento dos Estados dentro da “arena internacional”, para assim, evitar novos embates entre as nações. Esses paradigmas teóricos, por terem sido desenvolvidos em um período de instabilidade, tradicionalmente abordam temas relativos ao poderio militar dos Estados, suas capacidades, e tentam entender qual a estrutura que rege as relações internacionais, portanto há pouca, nenhuma, ou incompleta menção a temas midiáticos.

O realismo é a teoria que é, simultaneamente, mais conhecida e contestada, atualmente, com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade, essa abordagem teórica sofreu críticas chegando a

ser considerado um paradigma degenerativo, mesmo que não exerça, como no passado, uma hegemonia na disciplina, o realismo continua figurando como uma importante teoria. (MENDES, 2019) A teoria realista conta com o pilar da centralidade do Estado como ator nas relações internacionais, e, dessa forma, as políticas são criadas no nível da elite tomadora de decisão, assim, os formuladores dessas políticas tem pouco ou nenhum interesse pela perspectiva da mídia ou da opinião pública. Ou seja, para esse panorama teórico, as políticas internacionais são um reflexo das relações entre os Estados, estas relações, por sua vez, são um reflexo do interesse estatal, que já é pré-definido, tornando a política externa “inerentemente auto interessada” (RODRIGUES, 2020, p. 4). Em termos práticos, o realismo compreende que o interesse do estado na arena internacional é pré-definido, e por conta disso não se deve permitir qualquer interferência da opinião pública internacional ou da mídia, orientando-se pela lógica de poder, essas suposições partem da premissa de que o público é apático às questões internacionais. (ROBINSON, 2012, p. 179-180 apud RODRIGUES, 2020, p. 4)

Já a teoria liberal, conta com três importantes pilares, são eles: a democracia, o livre-comércio, e as instituições, segundo a visão liberal esses seriam responsáveis por manter a paz e a estabilidade no sistema internacional, os liberais argumentam que democracias dificilmente entram em guerra ou conflito umas contra as outras, e que o livre-comércio seria responsável, pela sua capacidade de gerar uma interdependência, de impedir que os Estados mantenham-se ou entrem em novos conflitos, pois isso afetaria os negócios do país no exterior e o seu próprio abastecimento interno, e por fim as instituições criariam uma rede jurídica internacional que regularia as ações destes Estados no sistema internacional Anárquico, chegando ao ponto de inclusive mudar essa estrutura.

Vale ressaltar que a teoria liberal trabalha com a premissa de que os Estados estariam dispostos a cooperarem, e essa constitui uma das maiores diferenças entre as duas correntes dominantes, ao passo que o Realismo enxerga o sistema internacional pela lógica do equilíbrio de poder, da busca pela autoajuda, da sobrevivência e pelo dilema da segurança, os liberais enxergam o sistema internacional sob a lógica da cooperação, por esse motivo que surge o Realismo, logo após o fracasso da Liga das Nações, no período entre guerras, em oposição ao Liberalismo clássico, ou idealismo, por considerá-lo utópico demais

Sobre a questão midiática, o liberalismo compreende a mídia como uma entidade independente do governo, e no cenário internacional, sua atuação agiria de maneira a disseminar os valores liberais, como democracia. Ao contrário do panorama realista,

o liberalismo é aberto à influência direta da mídia, e assim, assume a ideia de que a sociedade civil é participante ativa na formulação de políticas. (RODRIGUES, 2020) Mesmo que a Teoria liberal assuma a influência da mídia, ela ainda aparece limitada ao escopo Estatal quando se menciona que ela poderia disseminar os valores democráticos do Estado, atribuindo à mídia um valor *soft power*.

Segundo Nye e Keohane (2001), o conceito de *soft power* pode ser entendido como a capacidade de conseguir efeitos desejados por meio da atração ao invés da coerção, a atração, nesse caso pode ser interpretada como o consumo deliberado da cultura de um país de maneira consciente ou inconsciente por cidadãos de um outro Estado, para fins de tornar a política externa desse Estado, que exporta cultura para os restantes, mais familiar, podendo ser legitimada pela opinião pública, a partir dessa exportação de valores. Para isso, os autores reiteram a necessidade de eficácia na utilização dos meios de comunicação.

A teoria realista apesar de apontar somente o Estado como ator central no sistema internacional, não assumindo qualquer variável na formulação da política internacional que não o interesse Estatal, já pré-definido, enxerga que “a relevância da comunicação estaria na crescente utilização dos governos com seus departamentos de propaganda” (WENDZEL, 1985 apud MARINUCCI, 2008, p. 46) destacando a comunicação como peça importante dentro do “arsenal” do formulador de política.

Observemos que segundo a visão das principais Teorias, mesmo que de maneira distinta, a mídia aparece atrelada às noções de propagando, e interesse do Estado, isso se traduzia na produção teórica de relações internacionais, que durante décadas se preocupou com a própria delimitação do campo, com a interferência de outras áreas, e em debater questões metodológicas, mormente, entre behavioristas e tradicionalistas, tendo uma grande dificuldade em tratar de temas considerados poucos convencionais, nos quais está a mídia. (MARINUCCI, 2008)

A revolução tecnológica acentuada nas últimas décadas do século XX propiciou a criação de redes de comunicação internacional potencializando o surgimento de conglomerados de mídia e conectando a “sociedade em rede” a partir de uma cultura de massas, fazendo com que a companhia midiática global passasse a ser vista como novo ator no cenário político (CADORE et al, 2016). Foi sob esse contexto que na década de 70 e 80 emergiram teorias como a da “Interdependência Complexa” desenvolvida por dois teóricos neoliberais,

Keohane e Nye (1989), essa teoria aborda situações que geram efeitos recíprocos entre os Estados, criando os conceitos de sensibilidade, que consiste na reação imediata de um Estado a uma política externa estabelecida por outro, e de vulnerabilidade, que diz respeito à capacidade de reação de um Estado frente às suas alternativas internas), sendo assim, no que tange à mídia, as novas tecnologias da sociedade de informação ampliaram a capacidade de sensibilidade e de vulnerabilidade dos países, levando em consideração que tais tecnologias facilitaram a reação estatal por meio da transmissão instantânea de notícias. (CADORE et al, 2016).

2.2 Novas abordagens entre mídia e Relações Internacionais

Desde os anos 70, em virtude da atuação midiática na Guerra do Vietnã, da crescente interdependência dentro do cenário internacional, e do fenômeno da globalização (ou mundialização), surgem novos conceitos e teorias que transitam entre as relações internacionais e a comunicação, deixando de lado o estudo do modelo midiático de propaganda dentro das relações internacionais, e focando em construir hipóteses, e analisar a mídia como componente determinante nos rumos da política internacional, chegando a figurar como ator nas relações internacionais.

A exemplo disso: o Efeito CNN, uma teoria da ciência política e da comunicação utilizada na construção da problemática deste trabalho. O efeito CNN surgiu como uma formulação teórica nos anos 90, visando entender o impacto da CNN e de outras emissoras de tv *all news*, na cobertura de conflitos internacionais, em especial na Primeira Guerra do Golfo (1990-1991) ocasião a qual o presidente americano George H. W. Bush chegou a dizer que estaria recebendo mais informações de interesse dos EUA da CNN, do que de seus representantes em Bagdá. A CNN agiu de maneira a legitimar a guerra, primeiro endossando a tese das armas de destruição em massa, e, também criando conexões forçadas entre o ditador Sadan Hussein e a rede terrorista Al Qaeda, responsável pelos atentados de 11 de setembro. (ARRAIS, 2014).

Entretanto, autores como Gilboa (2002) entendem que o chamado efeito CNN se trata de uma formulação que superestima a influência da mídia, justamente por considerá-la totalmente independente, o autor argumenta o uso da mídia “está cada vez mais complementando o poder econômico e militar” (GILBOA, 2002, p. 731, tradução nossa), complementar significa, novamente que a mídia serve como uma espécie de “arma”

para os formuladores de política externa, mas o autor vê a mídia para além de um papel subsidiário, ao desenvolver uma “taxonomia” da mídia como ator nas relações internacionais.

Gilboa (2001) também desenvolveu o conceito de “diplomacia midiática” (*media diplomacy*), este que, antecede a taxonomia da comunicação global, este estudo oferece três modelos conceituais para promover pesquisas sistemáticas sobre os usos da mídia como um importante instrumento de política externa e negociações internacionais: diplomacia pública (*public diplomacy*) onde atores estatais e não estatais usam a mídia e outros canais de comunicação para influenciar a opinião pública em sociedades estrangeiras; diplomacia da mídia (*media diplomacy*) onde os funcionários usam a mídia para se comunicar com os atores e promover a resolução de conflitos; e a diplomacia feita pela mídia (*media-broker diplomacy*) onde os jornalistas assumem temporariamente o papel de diplomatas e atuam como mediadores nas negociações internacionais. O estudo da diplomacia midiática é um campo que trata de compreender os efeitos dos modernos meios de comunicação sobre os assuntos de Estado em política externa, e trata também da interferência desses novos meios na agenda internacional e na disputa pelo poder.

Segundo Gilboa (2001) a diplomacia tradicional era extremamente formal, institucional, lenta e protegida pelo sigilo, para o autor, o famoso discurso dos “Quatorze pontos” de Woodrow Wilson, no qual defende “acordos abertos de paz, alcançados abertamente, após os quais não haverá nenhum tipo de entendimento internacional privado, mas a diplomacia deve proceder sempre francamente e à vista do público” (tradução nossa, p.1) anunciava o fim da diplomacia secreta e sinalizava o que viria a ser conhecido como a “nova diplomacia”, que estava associada principalmente à exposição da diplomacia à mídia. Sendo assim:

Mudanças inter-relacionadas na política, relações internacionais e comunicação expandiram muito o papel da mídia na diplomacia. A crescente participação em massa nos processos políticos transformou muitas sociedades de autocracias em democracias. A revolução nas tecnologias de comunicação e informação, a capacidade de transmitir - muitas vezes ao vivo - quase todos os desenvolvimentos significativos em eventos mundiais para quase todos os lugares do globo, e a criação e expansão da Internet, levaram à globalização da comunicação eletrônica e do jornalismo. e ao crescimento substancial em redes, estações e consumidores de comunicações em todo o mundo.” (GILBOA, 2001, p. 2, tradução nossa)

Gilboa (2001) explica que essas mudanças alteraram o significado de poder na política mundial contemporânea, aludindo ao “Soft Power”, que por sua vez estaria gradualmente substituindo formas mais tradicionais de poder, e nesse sentido:

"A informação sobre o que está ocorrendo torna-se uma “commodity” central das relações internacionais, assim como a ameaça e o uso da força militar era visto como o recurso de poder central em um sistema internacional ofuscado pelo potencial choque de superpotências” (GILBOA, 2001, p. 2, tradução nossa).

Além disso, explica que essa transformação da mídia em poder criou um novo fenômeno nas relações internacionais: o efeito CNN, o qual principalmente, frente às situações de crise com possibilidade de intervenção humanitária, os oficiais perderam o controle sob a tomada de decisões para a televisão global. Ainda expõe que houve à época um grande esforço para se cunhar termos que captem o novo papel da mídia global na diplomacia, como: a diplomacia da mídia, a teleplomacia, a fotoplomacia, a diplomacia sonora, a diplomacia instantânea e a diplomacia em tempo real, entretanto:

"Apesar de tais desenvolvimentos, até o momento, o crescente papel da mídia na diplomacia recebeu pouca atenção real nas disciplinas de relações internacionais, ciência política e comunicação. Os estudiosos ficaram para trás dos políticos na compreensão do significado da comunicação política nos assuntos domésticos e internacionais, com a maioria dos estudos de diplomacia ignorando o papel da comunicação de massa; portanto, o conhecimento existente é fragmentado e lida apenas com algumas facetas das interações mídia-diplomacia.” (GILBOA, 2001, p. 3, tradução nossa)

Partindo para a definição dos três modelos analíticos, o primeiro é a diplomacia pública, cuja ideia central é a comunicação direta com povos estrangeiros de maneira a construir a imagem de um Estado no exterior, com o objetivo de influenciar o pensamento da população e em última análise, de seus governos, tomando como exemplo atividades dirigidas ao exterior nas áreas de informação, educação e cultura, utilizando a mídia de massas (*mass media*) ou a partir de intercâmbios sejam eles culturais, científicos ou artísticos.

Os meios de comunicação de massa – e radiodifusão internacional em particular - são apenas um dos canais usado na diplomacia pública. Outros incluem atividades culturais e científicas, intercâmbios de estudantes, acadêmicos, intelectuais e artistas; participação em festivais e exposições; construção e manutenção de centros culturais; ensino da língua; e estabelecer ligas locais de amizade e associações comerciais. Os canais de mídia de massa são usados diretamente para afetar o público em geral, enquanto os outros canais, principalmente culturais, são voltados para o público de elite que se acredita ter influência na opinião pública (GILBOA, 2001, p. 4, tradução nossa)

Entretanto, Gilboa (2001) alerta que, nas últimas décadas do século XX com o surgimento de novos atores não estatais, a diplomacia pública passou a ser usada de maneira

não tradicional, fazendo surgir uma definição ainda mais ampla da diplomacia pública, sendo compreendida como “a maneira como indivíduos do governo ou privados influenciam direta ou indiretamente as atitudes e opiniões públicas que afetam as decisões de política externa de outros Estados” (BURITY, 2013, p. 8), como exemplo Burity (2013) cita a campanha pela abolição do Apartheid na África do Sul, quando atores não-estatais dissidentes procuraram alcançar seus objetivos por meio da conexão com pessoas influentes e grupos de sociedades estrangeiras, e para isso usaram os meios de comunicação.

A Diplomacia na Mídia se confunde muito com a Diplomacia Pública, mas sua diferenciação está no elemento propaganda, a segunda utiliza-se da publicidade no exterior, contudo para Gilboa (2001) o ultimato televisionado que o presidente Kennedy enviou à URSS sobre a crise dos mísseis cubanos em 1962, a visita de Nixon à China em 1972 e a visita de Sadat a Jerusalém em 1977 não foram atos de propaganda; eles são projetados para progredir em crises e conflitos, evidenciando que a Diplomacia na Mídia, ocorre utilizando a mídia como fonte de informação para ações diplomáticas, podendo ser definida como “o uso da mídia para articular e promover a política externa” (GILBOA, 2001, p. 10)

Segundo Gilboa, os dois conceitos podem apresentar duas formas distintas de atuação: na diplomacia pública, os lados empenhados estão em confronto e há uma preocupação na formação da imagem e da propaganda política, na diplomacia na mídia refere-se à utilização dos meios de comunicação por funcionários para se conectar e atores não estatais, para construir confiança e avançar nas negociações, mobilizando o apoio público para acordos, diplomacia na mídia é feita por meio de diversas atividades, como conferências, entrevistas, cobertura de visita de chefe de Estado a determinado país e presença de mediadores internacionais (GILBOA, 2001)

Contudo, Burity (2013) atenta que, embora a revolução dos meios de comunicação e transportes fez com que o modelo da diplomacia na mídia se expandisse cada vez mais, ela pode ser “uma faca de dois gumes”, pois:

À medida que a tecnologia permite uma resposta mais rápida aos eventos internacionais, como resposta a uma ameaça, uma proposta de acordo ou um pronunciamento diante de crises, esse contexto também mina o controle do Estado. Se os governantes respondem imediatamente, sem terem tempo para analisar as opções políticas com cuidado, podem cometer erros; contudo, se deixam de responder, criam a impressão de que estão confusos, de que não sabem o que fazer nem têm controle da situação. (BURITY, 2013, p. 176)

Já a Diplomacia feita pela mídia é a categoria analítica que compreende os meios de comunicação como ator nas relações internacionais, dessa forma, atuando nas negociações, sua diferença para a diplomacia na mídia, é que na diplomacia na mídia os jornalistas exercem sua profissão de maneira mais básica: cobrindo os fatos, porém, fatos esses que estão sendo conduzidos por estrategistas, portanto, os jornalistas estão seguindo movimentos iniciados por formuladores de políticas, na diplomacia feita pela mídia os jornalistas têm funções muito semelhantes aos diplomatas, pois podem conduzir os rumos das políticas externas, atuam como mediadores de conflitos internacionais na sua fase de pré-negociação, ao passo em que ocorre uma análise sobre os pontos positivos e negativos dessa negociação, iniciando e conduzindo movimentos diplomáticos críticos. (GILBOA, 2001)

A compreensão dos modelos da diplomacia midiática propostos por Gilboa são de extrema importância para o entendimento da taxonomia da comunicação global, desenvolvida pelo mesmo, de maneira resumida, a categorização da mídia como ator nas Relações Internacionais, se dividem em quatro postulados:

- **Ator controlador**, conceituado a partir da teoria CNN Effect, entende que a influência dos meios é tamanha que chega a substituir os atores políticos tradicionais; - **Ator constrangedor**, tem como marco teórico a concepção de Real-time policy, postula que a mídia é um entre os diferentes atores a influenciar a formulação de políticas externas; - **Ator interventor**, baseado no conceito de International political brokerage, algo como facilitador político internacional, atribui a capacidade de mediação a influentes jornalistas, que se tornariam parte desinteressada em negociações entre estados e organizações; - **Ator instrumental**, atribui à mídia o papel de arena internacional, instrumento ao qual os demais atores internacionais recorrem para avançar em negociações complicadas e, por meio dele, mobilizar o apoio público para a obtenção de acordos. Seu conceito-chave é o de Media Diplomacy. (GILBOA apud ARRAIS, 2014, p. 12)

Camargo (2008), em sua dissertação sugere uma quinta categoria taxonômica, a mídia como **ator conflituoso**, nessa conceituação a mídia é vista como promotora de conflitos, e utiliza o exemplo de notícias veiculadas por revistas americanas sobre a deturpação do Alcorão por soldados americanos, o que acabou por gerar protestos e morte de mais de quinze pessoas.

Voltando ao efeito CNN, Arrais (2014) entende que a teoria rivaliza com o Consenso Fabricado, de Noam Chomsky. O pensamento de Chomsky sugere que a mídia é uma aliada de primeira ordem dos poderes políticos e econômicos na construção de consensos públicos, enquanto o efeito CNN sugere um protagonismo exacerbado que supõe uma independência não verificável da mídia frente aos atores internacionais.

Para Burity (2013) a produção da informação, e sua circulação não acontece de forma livre e democrática, considera-se que há várias forças que fazem da comunicação, em termos internacionais, uma ferramenta de manipulação de notícias, para demonstrar isso, a autora destaca que grandes fusões de empresas e a formação de conglomerados de comunicação vem acontecendo nos Estados Unidos desde a década de 70, a exemplo: a empresa de comunicação Time, cuja primeira grande fusão foi com a Warner (cinema), que logo depois comprou a Toshiba (televisores), em seguida adquiriu a CNN, e por fim AOL (provedora de internet), no mundo globalizado esses conglomerados logo superam as fronteiras nacionais, e passam a exportar o seu conteúdo, fundando filiais, e fazendo acordos com empresas midiáticas locais, até que chegam no estágio de obter poder acionário dentro dessas empresas.

Chomsky é o autor mais apontado como radical pela academia de RI, por ser um crítico da inserção internacional da política estadunidense, sua obra em parceria com Edward Hermann: *Manufacturing Consent*, critica o modo como os EUA se utilizam dos meios de comunicação, a partir de um modelo de propaganda aplicado a vários casos, abordando o desempenho da mídia norte-americana sob a percepção de que existem fatores estruturais que servem como “filtros” para a produção da notícia. Conforme Marinucci (2008) o caráter soft que as teorias realistas ou liberal atribuem à mídia se fortalece nessa interpretação, pois “não há uma relação mecânica entre o que a mídia aborda e os efeitos produzidos no público” (p.49)

Sobre o efeito CNN ainda podemos expor as contribuições de Livingston (1997) que distinguiu as três funções do Efeito CNN na esfera das tomadas de decisões, podendo ser: aceleradora, de impedimento, ou agenda-setter.

No que se trata da primeira variação conceitual do Efeito CNN elaborada, aborda-se o fato de que o timing de cobertura da mídia diminui o tempo de resposta para a tomada de decisão. Segundo o autor, em tempos de guerra, a televisão global ao vivo oferece riscos potenciais de segurança e inteligência, mas a mídia também pode ser um multiplicador de forças, um meio para conduzir induzir a comunicação de maneira mais rápida, promovendo, assim, a diplomacia com os rivais mesmo quando os canais diplomáticos encontram-se bloqueados. (LIVINGSTON, 1997, p. 2 apud RODRIGUES, 2020, p. 7).

A respeito da segunda função:

O efeito de impedimento desempenhado pelo Efeito CNN age em duas frentes na política internacional. No primeiro cenário, as imagens reproduzidas pela mídia podem levantar dúvidas sobre a legitimidade das ações militares e políticas, expondo suas falhas e consequências negativas de tais operações por outro lado, a outra maneira de expressão do efeito de impedimento do Efeito CNN se refere a violações da segurança operacional que possam ocorrer a partir da transmissão de informações confidenciais (LIVINGSTON, 1997, p. 8 apud RODRIGUES, 2020, p. 7).

E por fim a terceira:

Sugere que as questões que recebem maior cobertura da mídia passam a ser as que recebem mais atenção e recursos da política externa. No melhor dos casos, tal efeito pode reordenar as prioridades da política externa existente, empurrando aqueles com maior cobertura da mídia para o topo da agenda. No seu pior, a formulação e priorização da política externa pode espelhar a agenda de notícias e perder sua independência. (BAHADO R, 2007, p. 9 apud RODRIGUES, 2020, p. 8)

Para Arrais (2014), a proposta agenda-setting é uma das tendências mais profícuas no campo da comunicação, desenvolvida desde os anos 70 na academia norte-americana, em linhas gerais, a proposta pretende que a mídia não é capaz, como se imagina, de persuadir a opinião pública de maneira direta, sua atuação ocorre de maneira mais sutil. A agenda-setting situa-se no campo dos estudos dos efeitos cognitivos da comunicação de massa, logo em seus primeiros estudos os resultados a hipótese de que os meios de comunicação agendam os temas os quais os cidadãos consideraram como mais importantes. O estudo fundador da Hipótese Agenda-Setting foi publicado em 1972 por dois professores Maxwell McCombs e Donald L. Shaw, porém já havia sido apontada por diversos autores antes mesmo de sua criação oficial, organizada, sistematizada e aprofundada. (CASTRO, 2015)

A função de agendamento foi definida, então, pela capacidade dos meios de comunicação de massa em dar ênfase a determinado tema e pela possibilidade de os indivíduos incluírem esse tema em sua lista de prioridades após a influência recebida pelo meio de comunicação. (CASTRO, 2015, p. 201)

A função agenda-setting vai além da função inicial e básica da mídia, que é informar ao público os acontecimentos ocorridos local, regional, nacional e internacionalmente, para mais de passar a informação, a mídia pode optar por retê-la, o que pode ter igual, ou pior impacto. Ao escolher aquilo que será disseminado, a imprensa também elege os aspectos da informação que serão ressaltados, reduzidos, ou até mesmo omitidos, abrindo espaço para reducionismos, e sensacionalismos, sendo a mídia responsável por induzir os seus receptores a estabelecer uma espécie de “hierarquia” de importância dos fatos, haja vista que: “os portais e os impressos colocam na primeira capa o que eles consideram como principal, e os telejornais abrem suas edições também com o fato que eles entendem como sendo de maior vinculação.” (BURITY, 2013, p. 171)

Desta forma, a mídia tem o poder de descrever a realidade externa sob a sua própria interpretação, apresentando ao público uma lista de fatos a respeito dos quais se poder ter uma opinião e debater, e, conseqüentemente a mídia tem o poder de excluir fatos os quais entende

que não estão nas “preferências” dos seus receptores, utilizando técnicas de cobertura noticiosa adequadas, levando a uma possível negligência ou apatia por determinados temas.

Essas teorias e hipóteses situadas no âmbito dos estudos de mídia e relações internacionais podem nos oferecer a capacidade de fazer interpretações ricas acerca do objeto dessa pesquisa: a atuação da imprensa no Genocídio em Ruanda. Observemos como a ação da mídia nacional Ruandesa pode estar inclusa na categoria de ator conflituoso, adicionada por Camargo (2008) à taxonomia da comunicação internacional de Gilboa (2001), por ter incitado os atos de violência, e a manutenção destes ao longo do genocídio, a hipótese de agenda-setting também está ligada à atuação da imprensa no genocídio, no caso da mídia internacional, essa que, fez a opção por reduzir a realidade do conflito, dessa forma a imprensa internacional provocou com seus recursos de apresentação jornalística, causando uma reação no público, que demorou a pressionar a comunidade internacional, ocasionando, juntamente com outros fatores que serão tratados ao longo desse trabalho no grande número de mortes observado nos 100 de Genocídio.

Para poderemos analisar a influência midiática durante o Genocídio em Ruanda será necessário compreender todo os principais aspectos históricos e políticos do país, para assim conseguir compreender de maneira aprofundada os processos que levaram a um conflito que resultou na morte de 800 entre 1 milhão de pessoas, dessa forma, os capítulos três e quatro abordaram a história de Ruanda, com foco na interação entre as duas etnias majoritárias em Ruanda, os hutus e os tutsis, e na presença colonial belga, além de trazer algumas perspectivas que tratam de explicar o Genocídio.

3. A Formação de Ruanda: do período pré-colonial às lutas por Independência

O estudo da história do continente africano exige um grande esforço para desprender-nos dos padrões estabelecidos de um mundo colonialista, é comum o pensamento de que a África é um vasto continente de vida selvagem com baixíssimos índices sociais e econômicos, onde povos e etnias entram em constante conflito unicamente motivados por essas questões étnicas.

Estudar a África, as especificidades de cada país, exige para nós que por muitas vezes aprendemos a enxergar este vasto continente como um pequeno lugar de gente desunida brigando entre si sem nenhum motivo, irá exigir, em algum momento, maiores aprofundamentos. (SILVA, 2016, p. 2)

A África, e principalmente a África negra ou subsaariana pouco aparece nos livros de história, geralmente quando se pensa em grandes Impérios Africanos é comum vir à mente o Antigo Egito, é inegável a grandiosidade dessa civilização, mas esta costuma não ser percebida como um grande Império Africano, justo por que se ignora as relações que os egípcios mantinham com outros povos africanos em virtude de priorizar as relações que mantinham com europeus, contudo, esse foco nas relações Egito-Europa não encontra validade na história, pois o contato mais próximo vinha de dentro do próprio continente. Essa tentativa de retirar o Egito de seu verdadeiro lugar, de colocá-lo mais próximo dos europeus e até mesmo dos asiáticos, revela um certo desprezo ou apatia por um maior aprofundamento do conhecimento do continente Africano.

Durante a antiguidade, se acreditava que a parte conhecida da África (aquela que estava em volta do mediterrâneo) era maior do que a parte desconhecida, e todo o território ao sul do Egito era visto como algo longínquo e inóspito, o verdadeiro tamanho da África só foi descoberto com as grandes navegações. A África começa a aparecer de maneira mais recorrente no ensino da história pelo tráfico negreiro e, posteriormente, com a corrida colonial por volta do século XIX e sempre a partir do ponto de vista europeu, que insistiu em colocar a África subsaariana, com todos os seus reinos e impérios com organização social, política e relações econômicas consolidadas como povos atrasados, para legitimar suas próprias colonizações, onde o europeu seria responsável por levar à África o desenvolvimento.

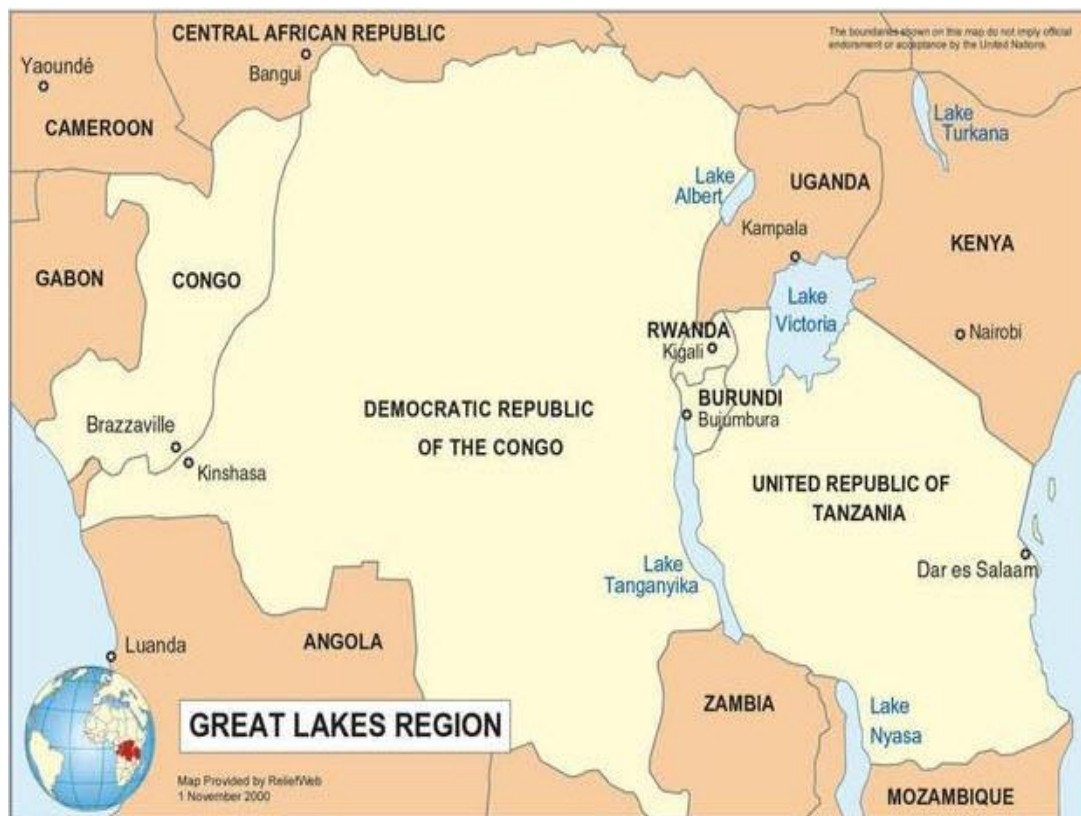
Dentre tantos reinos e impérios que existiram na África, está Ruanda, um pequeno país na região dos Grandes Lagos, vizinho da República Democrática do Congo, Burundi, Uganda e Tanzânia. Ruanda é um país montanhoso, e geograficamente dividido por colinas, em decorrência de sua grande altitude em algumas áreas, o clima é classificado como temperado, e com regimes de chuvas moderados, o que livra o país de alguns problemas típicos da zona equatorial, como a infestação por malária e a mosca tsé-tsé (causadoras da “doença do sono”), em função dessas características, Ruanda e Burundi (países com características geográficas e climáticas parecidas) se tornaram os países com maior densidade populacional na África. (DE MENDONÇA, 2013)

FIGURA I: Mapa de Ruanda e suas fronteiras



Fonte: IBGE

FIGURA II: Mapa da região dos Grandes Lagos Africanos



Fonte: Por Dentro da África

Segundo Couto (2016) os primeiros registros sobre o “país das mil colinas” vieram de caravanas que se aventuravam pelo interior do continente para comercializar seus produtos. Estes contatos logo foram substituídos por expedições europeias anglo-saxônicas, que aproveitaram as rotas deixadas por essas antigas caravanas e revelaram aos ocidentais a existência desses reinos, contudo, os exploradores mencionam Burundi e Uganda, enquanto Ruanda mal é mencionada na Conferência de Berlim em 1885, o país só irá receber a primeira visita de um alemão em 1894.

Os reinos encontrados foram assim denominados porque suas respectivas organizações eram características desse tipo de regime: havia o poder supremo de um soberano, bem como regras de sucessão dinástica, referências mítico-religiosas, o controle do território a partir de regras militares e fiscais, e uma jurisprudência à qual estavam todos os súditos sujeitos. (COUTO E SOUZA, 2015 apud COUTO, 2016) Contudo, não é possível ter uma precisão em apontar em que momento nasceram essas instituições, principalmente por conta da oralidade desses povos quando o assunto é história, por isso, há quase nenhum registro escrito a respeito dessas civilizações.

Ademais, conforme aponta da Fonseca (2010), o período pré-colonial de Ruanda é cercado de “incertezas históricas”, e as fontes que permitem esse estudo são quase inexistentes, justamente pela tradição oral do povo Ruandês. Ao longo deste capítulo, com o objetivo de compreender os processos históricos de Ruanda para aclarar a sucessão de fatos que levaram ao Genocídio dos Tutsis em 1994, passaremos pelo período pré-colonial, pelo período da colonização belga, e abordaremos a questão étnica ao longo dos anos em Ruanda.

3.1 Organização política, econômica e social pré-colonial

A questão central acerca das dinâmicas históricas de Ruanda está relacionada à expansão do Reino sob a dinastia Banyinginya (esta teria se desenvolvido a partir de uma monarquia Tutsi proveniente da região de Buganza, localizada na região central de Ruanda, perto do lago Muhazi). A geografia do país favoreceu a fragmentação e o estabelecimento de microunidades/microestados. (PRUNIER, 1997 apud REZENDE, 2011) A unificação começa a partir da região de Buganza no século XVII; essa expansão territorial não foi planejada, pelo menos não no início, e o processo se deu em um longo período e foi marcado por uma série de problemas.

A natureza sagrada do Rei significou a imposição ao reino de uma visão político-religiosa de proporções quase místicas, que segundo Rezende (2010): “levou à necessidade de normalização de procedimentos sociais, bem como à reorganização geográfica simbólica do território conforme a visão de mundo imposta” (p. 15), e mesmo assim o poder real não chegou a alcançar todo o território Ruandês, com muitos principados, em especial no norte, nordeste e sudeste do país resistindo à dominação central, inclusive com algumas regiões só sendo incorporadas com a chegada dos europeus. Todavia, o controle do rei, à medida que ia se expandindo via a natureza e o estilo de sua autoridade sofrendo alterações graduais em direção ao aumento da centralização administrativa e de formas autoritárias de controle político.

Durante o período pré-colonial, a população de Ruanda constituía um único povo chamado *Banyaruanda*, que por sua vez eram divididos em castas, que diziam mais respeito ao tipo de trabalho exercido, e não por características físicas, como os belgas iriam sugerir mais tarde, havia a casta dos proprietários das manadas de gado, os tutsis; a casta dos agricultores, os hutus; e a casta dos trabalhadores braçais e empregados domésticos, os tuás. Apesar de representarem práticas sociais distintas, as categorias possuíam certa elasticidade, e uma ampla

perspectiva de ascensão social ou mobilidade social, havendo, inclusive, a possibilidade de casamentos entre as castas. (DA FONSECA, 2010)

Essa divisão das atividades que caracterizam cada grupo da sociedade pré-colonial ruandesa acabou por definir quem seria o responsável pela administração local, e quem seria destinado a ficar com as maiores porções de terras: os tutsis, por serem criadores de gado necessitavam de terras maiores para as pastagens, enquanto os hutus, pequenos agricultores, terras menores eram destinados. Dessa forma, conforme argumenta da Fonseca (2010), os hutus podem ser vistos em uma posição de subordinação aos tutsis, mas devido à condição de integração cultural do povo *Banyaruanda*, essa tradicional dominação não resultava em grandes conflitos.

A relação tradicional entre Hutus e Tutsis se dava como uma forma de clientelismo patronal, definido por uma série de diferentes relações e obrigações entre os dois grupos: Destas obrigações tradicionais que o povo banyaruanda possuía é interessante destacar nesse momento três delas:

(1) o *umuheto*, que consistia em uma relação social que interligava grande parte da sociedade *banyaruanda* a partir de uma troca de favor, que era, na maioria das vezes, uma troca de uma quantidade de gado para o seu superior, por proteção; (2) o *ubuhake*, ao contrário do *umuheto*, era uma relação entre indivíduos que não se estendia numa cadeia de favores, em que um proprietário de gado permitia utilizar o leite de seus animais em troca de “formas arbitrárias de exploração” ; ² (3) a *ubureetwa* que era um trabalho forçado na terra do dono da colina, como forma de pagar pelo uso da terra. Esta relação social seria mais recente, datada do início do século XIX, e iria adquirir centralidade social em momentos posteriores (MAMDANI, 2002, p. 58 apud DA FONSECA, 2010, p. 32)

Ainda segundo da Fonseca (2010), embora fosse mais comum os tutsis possuírem o papel patronal, sendo donos de partes das terras e dos rebanhos, enquanto restava aos hutus o clientelismo agrícola, dependendo da região de Ruanda, era possível observar donos de terras e de gado hutus, mesmo que, em menor escala.

Mesmo com a imprecisão das fontes, e as tantas incertezas históricas a respeito de Ruanda pré-colonial, o que é certo é que toda região na qual vivia o povo *banyaruanda* estava de alguma forma subjugada ao poder da figura tradicional do *Mwami*, o detentor do poder político que possuía um papel semelhante a um monarca, tal figura poderia ser tanto tutsi quanto hutu, no entanto, era mais comum que essa posição fosse ocupada por tutsis, além disso, grande parte das pessoas próximas ao *Mwami* eram tutsis denominados de *Inkotanyis*, que significa

intocáveis na língua *kinyarwanda*. A sociedade ruandesa possuía também, uma série de hierarquias paralelas à figura do Mwami, o que perdurou até 1853, quando ocorre uma repentina centralização de poder sob o governo do Mwami Kigeri Rwabugin, que permanece no poder até 1895. (DA FONSECA, 2010)

Para mais, da Fonseca (2010) descreve o povo *Banyarwanda*, como de origem secular e extremamente fechado, por conta de sua própria situação geográfica de difícil acesso, o “país das mil colinas” não tinha tradição expansionista, não participava de conquista, e nem sequer havia tido contato com o tráfico negreiro. Os primeiros contatos com o mundo ocidental só aconteceram em 1885, quando a Conferência de Berlim determinou que aquele território ficaria sob domínio da Alemanha.

Apesar da colonização de Ruanda ter sido iniciada formalmente em 1885, a colonização alemã pouco significou no território ruandês, seja pelo difícil acesso à região, seja pelo maior interesse alemão em suas demais colônias, que se mostravam mais rentáveis e acessíveis. Esse curto período se encerrou com a derrota Alemã na Primeira Guerra Mundial, quando a Liga das Nações transferiu a posse desse território para a Bélgica, que colonizou de fato o país, com uma administração mais presente, e sendo determinante para o processo histórico de Ruanda.

3.2 O período colonial

Os primeiros exploradores europeus chegados em Ruanda se depararam com uma população dividida em três grupos distintos: tutsis, hutus, e twas, mas amplamente integrada culturalmente, e homogênea no aspecto linguístico; todos falavam o bantu, casavam-se entre si e viviam lado a lado, contudo tais grupos foram denominados de maneira errônea como tribos, se por tribo podemos definir como pequenas nações, a sociedade ruandesa não cabia nessa interpretação, pelos aspectos citados, segundo Rezende (2011) essa definição arbitrária por parte dos colonizadores se deu pelo fato da aparente superioridade dos tutsis frente aos hutus, e ignorou o histórico de mobilização conjunta desses grupos contra os próprios hutus e tutsis do Burundi. Esse papel desempenhado pela imagem que os europeus atribuíram aos grupos da sociedade ruandesa será de fundamental importância para a compreensão de todo o período colonial da história do país.

De acordo com de Mendonça (2013), no momento da partilha da África, no final do século XIX, era tendência na Europa a chamada “ciência das raças”, e, em especial nos estudos sobre África Central, prevalecia a hipótese hamítica, proposta em 1863, pelo explorador inglês

John Hanning Speke. Nessa hipótese, a civilização foi imposta na região por um povo caucasoide mais alto, de origem etíope, portanto superior aos negros nativos. “Para Speke, essa “raça” seria de cristãos perdidos, o que permitia supor que deveriam receber educação britânica e tornarem-se superiores em tudo, exatamente como os ingleses.” (SPEKE, 1863 apud DE MENDONÇA, 2013)

Ainda sobre o mito hamítico, este foi responsável por estabelecer uma “divisão natural” de atividades entre as etnias majoritárias em Ruanda, quando na verdade este entendimento não corresponde aos dados concretos da realidade desses povos.

Speke enxergou nos Banyaruandas um exemplo vivo do mito Hamítico bíblico, entendendo a população tutsi deste povo como descendente de direto de Caim e a população hutu como agricultores descendentes de Abel. No mito Hamítico os irmãos Caim e Abel oferecem o produto de seu trabalho, respectivamente um gado e produtos agrícolas a Deus, que por sua vez recusa a oferenda de Abel levando-o a matar seu irmão. Esta analogia sem fundamentos, perdura parcialmente ainda hoje nas pesquisas acerca de Ruanda, colocando tutsis e hutus como opostos na produção social: tutsis seriam apenas pecuaristas e hutus agricultores. Porém tal entendimento polarizado não corresponde a dados concretos da realidade destes povos, já que em momentos de suposta alternância e mudança nas correlações de poderes entre os dois grupos, não houve mudanças significativas dentro dessa polarização. Veremos que em determinados momentos um governo tido como tutsi incrementou a produção agrícola e que o contrário também ocorre. (DA FONSECA, 2010. p. 35)

Conforme dito anteriormente, o primeiro colonizador de Ruanda foram os alemães, dessa forma, em 1894, o Conde von Götzen foi o primeiro alemão a pisar em Ruanda, e logo em 1897, já haviam sido instalados os primeiros postos administrativos e imposto o governo indireto. Contudo, em 1895, o *Mwami* Rwabugiri havia falecido, e isso gerou uma violenta luta pela sucessão do poder entre os tutsis, por conta disso, líderes de clãs mais fracos passaram a colaborar com os alemães, que por sua vez concedem à elite tutsi proteção e liberdade, permitindo assim a consolidação da posse sob as terras e a submissão dos hutus. (DE MENDONÇA, 2013) Em termos de relevância para o processo histórico ruandês, essa foi a manobra alemã mais determinante, pois os belgas que viriam depois do fim da Primeira Guerra, que se utilizaram de maneira mais incisiva desta já existente “questão étnica”. Assinado os termos do fim da Primeira Guerra, a Alemanha perderia suas colônias do Burundi e Ruanda, e a Liga das Nações passou esses territórios à administração dos Belgas.

A Bélgica pautou a sua política colonial na suposta divisão étnica entre os hutus e os tutsis, e utilizou o “mito hamítico” para dividir o povo Banyaruanda. Para da Fonseca (2010), o início do processo colonial de Ruanda não se deu de maneira armada ou violenta, como se verificou no Congo Belga, o principal agente da colonização foi, ao invés do exército, dois

opostos: a ciência e a religião, representados, respectivamente pelo cientista antropólogo, e o padre católico. Essas instituições integraram a sociedade ruandesa e foram decisivas para garantir a legitimidade das transformações sociais decorrentes do processo colonial que Ruanda passou.

A visão polarizada e sem fundamentos do mito hamítico foi transmitida pela missões católicas instaladas no território, e amplamente difundida nas missas e nas escolas criadas por essas instituições, tais missões foram responsáveis pela escolaridade formal dos ruandeses, um processo educacional que “incorporou a lógica do mito Hamítico, segundo o qual as antigas formas de subordinação existentes entre tutsis e hutus passam a ser entendidas como como expressão da superioridade do primeiro em relação ao segundo” (DA FONSECA, 2010, p. 35), fato que, além de suprimir a multiculturalidade do povo ruandês a apenas duas etnias, marginalizando ainda mais os twás, incorpora valores como o da depreciação e subordinação.

Conjuntamente à religião, ironicamente, a ciência se apresenta como condutora da legitimidade da colonização, o poder colonial belga levou a Ruanda uma série de eugenistas, para medir as proporções corpóreas dos tutsis e hutus, classificando-os como diferentes raças, onde os hutus teriam rostos sólidos e redondos, pele mais escura e nariz achatado, lábios grossos e mandíbulas quadradas, enquanto os tutsis: rostos finos e compridos, pele mais clara, nariz estreito e lábios finos, estas diferenças também se expressavam nas suas características e capacidades frente à sociedade, colocando como características raciais dos tutsis serem inteligentes, ambiciosos e diplomáticos, enquanto os hutus serem tímidos, obedientes e brutos. (GOUREVITCH, 2006, EVERAERTS, 1947 apud DA FONSECA, 2010)

Ademais, a tese defendida pelos cientistas eugenistas enviados à Ruanda, desconsidera a grande “mestiçagem” entre tutsis e hutus, colocando aqueles com características de ambas etnias como desclassificados, de sangue não puro, e coloca os tutsis mais próximo do colonizador branco do que dos negros nativos, e em uma posição social privilegiada, observemos tais elementos em um relatório colonial da década de 1920:

Os tutsis são outra gente, fisicamente, eles não têm nenhuma semelhança como os hutus, exceto alguns desclassificados que o sangue não é mais puro. Mas os tutsis de boa raça possuem além da cor, nada de um negro. As características físicas recordam de uma maneira curiosa o perfil da múmia de Ramsés II. Os Tutsis foram destinados a governar... De onde vieram estes conquistadores? Eles não são Bantu, isso é muito certo, mas sua linguagem é a do país, claramente Bantu. (RELATÓRIO ADMINISTRATIVO BELGA, 1925 apud MAMDANI, 2002, p. 302, tradução nossa)

A globalização do sistema do capital atingiu a África, o continente que até então permanecia, de certa forma, distante da lógica do capital, o colonialismo na África, fez com que as mais diversas culturas milenares, e diversos modos de vida presentes no continente respondessem a esse impacto à sua própria maneira, resultando disso um novo “sociometabolismo que também preserva muito das antigas formas, embora com novas configurações” (DA FONSECA, 2010, p. 29)

Com a introdução do capitalismo em Ruanda, e a interação do poder colonial com os tutsis, a colônia passa a priorizar a produção de excedentes para a comercialização, obrigando a maioria da população ruandesa a trabalhar mais de modo forçado, rompendo o então equilíbrio tradicional pautado na divisão das terras *Igikingis* (aquelas destinadas aos chefes *Mwami*), e as terras *ubukondes* (aquelas cujo plantio era destinado à população). Desta forma:

A colisão entre o sociometabolismo do capital e a tradição ruandesa, transformou as antigas relações de apropriação da terra, calcadas nos preceitos de negociação mediante a necessidade que se impunham a cada momento, na incorporação das terras enquanto propriedade imutável, independente de quaisquer circunstâncias. (DA FONSECA, 2010, p. 39)

A terra passa a ser um produto e não mais um meio, as *Igikingis* passaram a ser adquiridas por parcelas da população pelo vínculo aristocrático que estas possuíam com o *Mwami*, e conseqüentemente pelo vínculo das elites com o poder colonial, tais terras seriam destinadas pela produção cada vez maior de excedentes comerciais, chegando a invadir as terras da população- as *ubukondes*. Podemos dizer que as terras em Ruanda saíram do status de potenciais produtoras de subsistência e adquiriram status de propriedade privada.

[...]o contato com o capitalismo conferiu às *igikingis* uma característica de propriedade privada, levando à uma diminuição das terras para a população, aumentando o trabalho forçado (a *ubureetwa*) e introduzindo o mecanismo da venda da força de trabalho. [...] as novas relações que se impõem vão conferir novo significado e principalmente novas práticas à tradição. Ou seja, as relações patronais que tinham como base a troca de favores, como o *umuheto* e o *ubuhake*, foram marginalizadas, enquanto a tradicional prática da *ubureetwa* foi valorizada e ampliada. (DA FONSECA, 2010, p. 40)

A solidificação de um novo sócio metabolismo, fica segundo da Fonseca (2010) nítida a partir do reinado do *Mwami* Mutara III, iniciado em 1931, após as forças coloniais destronar seu pai, o *Mwami* Yuri IV, que por sua vez recusava-se a concretizar politicamente as mudanças sociais ocorridas em Ruanda desde o início da colonização. O *Mwami* Mutara III, foi o primeiro líder local a se converter ao catolicismo, e tomou uma série de medidas, que expressam a mudança de natureza acerca da figura do *Mwami*, de líder do poder tradicional, e protetor do

chamado "equilíbrio tradicional" para a expressão de uma classe dominante ligada a administração colonial.

Dentre as mudanças impostas pelo *Mwami* Mutara III, a introdução das carteiras de identidades raciais em 1835 foi a mais significativa, permitindo a identificação da raça de cada ruandês em um simples documento, uma vez que essa identificação não era possível pois os tais fatores raciais eram muito mais complexos do que se pretendia, a partir da identificação, determinava-se também as possibilidades de inserção social de cada um, e desta classificação era impossível desligar-se ou modificar, como era possível no período pré-colonial, caso houvesse uma ascensão ou até mesmo descenso social, assim, a sociedade ruandesa estratificou-se em torno dessas identidades étnicas

Na década de 1930 a cultura do café é introduzida, e dada a organização social e econômica de Ruanda, a classe dominante detentora de grande parte das terras torna-se uma grande produtora agrária, uma aristocracia agrária, levando a uma tendência dessa aristocracia de concentrar cada vez mais as melhores terras, objetivando um aumento na produção cafeeira para exportação. Bem aos moldes de qualquer colônia de exploração, Ruanda passou a ser uma exportadora de Commodities, gerando, em contrapartida à uma escassez de terras adequadas para o plantio de subsistência, levando à população agrícola, os hutus a vender a sua força de trabalho, tornando-se trabalhadores rurais.

Depois do final da Segunda Guerra Mundial, a administração belga ficou destinada à supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU), no entanto o movimento independentista ganhava cada vez mais força em todo o continente africano, e a população hutu, identificados como um grupo étnico subordinado a outro minoritário. e atrelado ao poder colonial, passa a reivindicar um governo da maioria e a lutar por uma revolução social. (DE MENDONÇA, 2013)

É na década de 1950 que se pode verificar em Ruanda o início de uma possível abertura política, a partir da criação de partidos políticos ligados a diferentes classes da sociedade, resultando em uma grande instabilidade. O Movimento Democrático Republicano Parmehutu (MDR Parmehutu), era o partido que supostamente representava os interesses dos trabalhadores rurais, o *Ressementement Démocratique Rwandais* (RADER) representando os interesses das elites dominantes, que se entendiam como não-monarquistas, podendo ser hutus e tutsis, e a União Nacional Ruandesa (UNAR), partido vinculado diretamente a figura do Mwami, com

uma maior quantidade de tutsis, embora houvesse uma participação considerável de hutus. A materialização desse cenário interno de mobilização de classes, conjuntamente com um cenário externo marcado pela contestação do colonialismo, é o “Manifesto Hutu”, divulgado em 1957 por intelectuais ruandeses, que, mesmo clamando por um governo democrático, reforçaram o mito hamítico, só que “ao reverse”, no qual “os tutsis seriam invasores, e Ruanda era, por direito, uma nação de maioria hutu, motivo pelo qual rejeitavam a abolição da carteira de identidade étnica. Logo em seguida, surgiram partidos que conclamavam as massas a se agregar em torno da identidade hutu.” (DE MENDONÇA, 2013, p. 307)

Nesse período, muitos trabalhadores rurais migram para países vizinhos em busca de melhores condições de vida, principalmente em Uganda e no Congo, esses trabalhadores voltariam a Ruanda depois de acumularem uma certa riqueza, ainda do período Independentista da década de 50, e passam a reivindicar uma abertura política, que permitisse a sua classe uma participação mais efetiva nas questões sociais e econômica do país, muitos também dirigem-se a zona urbana ruandesas, que se expandiram rapidamente, e lá se fixaram como proprietário de comércios locais, fazendo emergir uma nova classe social.

A partir desse crescimento urbano vão surgir novas necessidades como a da comunicação, assim surgem os jornais e periódicos, nos quais irão trabalhar como jornalistas aqueles que haviam passado pelo sistema educacional católico estabelecido pelos belgas, fazendo surgir a imprensa local em Ruanda, que vai juntamente com os pastores, nas zonas rurais, se estabelecer como mentores dos mais jovens, e irão cumprir com a função social de refletir acerca dos rumos tomados pelo país, e consolidar alternativas de solução que emergiram no seio desses descontentamentos. (DA FONSECA, 2010)

Observemos que nesse período de abertura política e contestação do colonialismo, os hutus passam a se organizar enquanto classe política, e passam a reivindicar aspirações coletivas, todas as ameaças que sofriam a classe dos trabalhadores rurais, como a fome, a seca, os altos impostos e a falta de terras, se visualizavam na figura de um inimigo comum: a aristocracia latifundiária, os tutsis, a deflagração dos tutsis como inimigo comum dos compatriotas hutus está posta de maneira clara no Manifesto Hutu de 1959. O manifesto Hutu denunciava a apropriação privada da produção coletiva, atrelando isso ao monopólio político, econômico e social, exercido pela aristocracia, e nele não se faz distinção entre quem faz parte da tal apropriação- mesmo aqueles tutsis que não eram latifundiários, eram todos identificados

como inimigos, assim, a classe dominante não é reconhecida pela apropriação, mas pela condição de raça, no caso, tutsi.

A turbulenta década de 50 se encerra com a Revolução Hutu de 1959. Dois anos depois da divulgação do manifesto Hutu, um ativista hutu e subchefe administrativo da província de Gitarama, foi espancado por militantes tutsis. Espalhou-se um falso boato de que o ativista havia morrido, e em menos de 24 horas, bandos inflamados de hutus atacaram autoridades tutsis e abateram grande parte do rebanho, dando início a uma revolta que rapidamente tomou conta do país. Em fevereiro de 1960, o *Mwami*, doente, foi ao Burundi, para se tratar com um médico belga, e acabou falecendo, os tutsis espalharam o boato de que o *Mwami* havia sido envenenado, agravando a situação tensa que Ruanda passava, como resultado desse vácuo de poder, o Coronel Logiest promoveu um golpe de Estado, substituindo chefes tutsis por hutus, e as eleições realizadas naquele mesmo ano fez com que os hutus, naturalmente pela maioria populacional, conquistassem cerca de 90% dos cargos importantes. Em outubro de 1960, depois da instalação de um governo provisório, liderado por Grégoire Kayibanda, um dos autores do “Manifesto Hutu”, o Cel. Logiest anunciou que a revolução estava encerrada. Em janeiro de 1961, Ruanda foi declarada uma república, em 1962, conquistou a autonomia plena, sendo Kayibanda empossado presidente (DE MENDONÇA, 2013)

A revolução Hutu de 1959 faz parte dos movimentos que buscavam independência da metrópole e o fim do colonialismo no continente, porém ela apresenta suas particularidades, a busca da emancipação de Ruanda adquire contornos distintos, por conta da organização de cada classe em volta de seus respectivos partidos, tanto a classe dominante aliada ao poder colonial quanto os segmentos mais populares (população trabalhadora rural em maioria hutu) buscavam o desligamento dos belgas, contudo, a aristocracia latifundiária consolidada pela produção cafeeira buscava manter o seu status de dominação, enquanto os trabalhadores rurais visavam uma mudança substancial com amplas reformas sociais objetivando modificar a condição de exploração.

Esse movimento conhecido como Revolução Hutu aboliu a monarquia em Ruanda, dissolvendo a classe dominante e conseqüentemente, as práticas sociais acima citadas que propiciaram essa dominação durante o período colonial, fato que fez com que emergisse nas décadas seguintes uma nova dinâmica social. O fim do período colonial não cessou os conflitos de classes presentes em Ruanda, do contrário, é possível fazer a interpretação de que a constituição do poder em Ruanda após 1959 somente agravou as tensões, motivadas pelo

revanchismo hutu sob os tutsis. Os fatos que serão expostos no capítulo seguinte, a respeito de Ruanda no período pós-Independência, serão fundamentais para a compreensão das novas dinâmicas sociais pós-independência e para entendermos como o genocídio em 1994 irá ocorrer.

4. Ruanda pós-Independência:

Conforme visto no capítulo anterior o “começo do fim” do colonialismo em Ruanda teve a Revolução Hutu como seu marco inicial, a partir da qual seguiram-se perseguições dos Hutus contra Tutsis, assassinatos e ondas de saques, deflagrados frente às tropas militares belgas, logo no ano seguinte, em 1960, os Hutus conseguem com o auxílio do Coronel belga Guy Logiest dar um Golpe de Estado e tomar o poder, mesmo diante toda essa crise, somente em 1962 que a Bélgica concede a Independência plena à Ruanda.

Para Melo (2004) é importante ressaltar que o episódio de perseguição seguido da morte de um ativista Hutu, que serviu como "estopim" para a Revolução, foi o primeiro registro de violência entre os Hutus e os tutsis motivados por razões étnicas da história do país, ao contrário do que sugere a mídia internacional, ou alguns chefes de Estado quando afirmam que os conflitos étnicos na África já fazem parte de sua realidade, da sua história e de sua cultura. O autor além de inferir que o catalisador desse conflito não foram as diferenças étnicas e culturais, e sim a colonização belga, que: dividiu uma comunidade que vivia em conjunto á séculos, e favoreceu uma minoria em detrimento de uma maioria baseado em simples diferenças físicas e “cientificismos descabidos” (p. 38), também condenou a atuação das forças belgas nos momentos seguintes ao início da revolução, que permaneceram inertes frente à onda de assassinatos, e ainda por cima auxiliaram os hutus a tomar o poder. A colonização belga foi tão nociva para a economia Ruandesa, quanto para a história de seu povo, basta ver:

A presença da Bélgica em Ruanda durou aproximadamente 46 anos, mas sua influência negativa não se restringiu à exploração colonial e à retirada das riquezas naturais do país, deixou marcas tão profundas que apenas 30 anos após a independência levaram ao genocídio de um milhão de pessoas (MELO, 2004, p. 39)

Concedida a Independência plena à região, Ruanda passa a ser uma República. O período Republicano não apresentou uma pacificação do país, e talvez, essa nem sequer era uma prioridade dos novos governantes, principalmente pelo revanchismo da classe Hutu contra os Tutsis, e a pela ação de um grupo contra revolucionário: a Frente Patriótica Ruandesa, formada por um exército de tutsis exilados depois da Revolução Hutu de 1959. Assim, o período

Republicano vai se dividir entre a Primeira República Ruandesa (1962-1973) e a Segunda República Ruandesa (1973-1994)

4.1 A Primeira República Ruandesa (1962-1973)

Com a Proclamação da República de Ruanda assistimos à ascensão de Grégoire Kayibanda à presidência, uma importante figura da Revolução Hutu, foi o segundo presidente da República Democrática de Ruanda, e o primeiro eleito democraticamente, foi o criador do Muhutu Movimento Social, fundado em junho de 1957 com base no programa traçado pelo Manifesto Hutu, de março daquele mesmo ano, que Kayibanda ajudou a escrever, foi fundador também, em 1959 do Partido para a Emancipação do Povo Hutu: o PARMEHUTU, com base no próprio Movimento Social Muhutu. É comum esperar que após um período de conflitos e instabilidade, a ordem estabelecida (no caso de Ruanda a ordem democrática representada pela figura de Kayibanda) propicie a paz e a estabilidade, na verdade, ocorreu justamente o contrário em Ruanda.

O Partido de Kayibanda representava os interesses do governo que espelhavam o Manifesto Hutu, de 1957, que culpabiliza os tutsis pela pobreza dos hutus, as bases do governo eram pautadas pela oposição à monarquia e à estrutura hierárquica colonial, contudo, ele muito se assemelhava com o regime ao qual se opunha, visto que promoveu um governo altamente centralizado e legitimou a ideologia étnica. O partido e os apoiadores de Kayibanda estabeleceram um conjunto de regras que permitia a discriminação, a humilhação, e o uso de forças contra os tutsis, também conquistava adeptos que futuramente preparará o “ajuste de contas entre as duas etnias” (BATISTA, s/ ano, p. 5-6 apud ARAÚJO, 2012, p. 37)

Conforme expõe de Mendonça (2013), pela falta de carisma e de apoio, o presidente da jovem República conclama a população a manter vivo o espírito revolucionário, com orientações em direção à morte de tutsis, seguindo o pretexto das ameaças das incursões periódicas de exilados tutsis ao país, apenas um ano após a proclamação da República, em 1963, ocorre uma invasão tutsi pelo Burundi, fato que levou o governo a declarar estado de emergência e passou a organizar unidades Hutus de autodefesa.

O objetivo era manter o controle do Estado em mãos hutus, e as ameaças vinham do entorno do país: durante os primeiros anos da Primeira República pequenos grupos de tutsis refugiados/exilados se empenharam em promover ataques de guerrilha a partir de países vizinhos, tais incursões visavam desestabilizar o governo de Kayibanda, contudo as vítimas

verdadeiras foram os tutsis que viviam em Ruanda, que passaram a sofrer represálias do governo devido os ataques. (ARAÚJO, 2012)

Em dezembro de 1963, várias centenas de guerrilheiros tutsis entraram ao sul de Ruanda a partir de Burundi. Eles avançaram até poucos quilômetros da capital, Kigali, antes de serem eliminados pelo exército ruandês. Tal evento levou o governo a declarar estado de emergência, enfatizando a necessidade de “limpar o mato” de elementos subversivos. O governo incentivou o massacre de vários milhares de tutsis civis que não tinham participado na incursão (ARAÚJO, 2012, p. 37)

Os resultados das ações do governo frente a invasão foram verdadeiros massacres de tutsis entre dezembro de 1963 a janeiro de 1964, e a fuga de cerca de 250 mil tutsis, que se tornaram exilados ou refugiados em países vizinhos, gerando mais uma onda migratória, lideranças religiosas católicas e organizações humanitárias foram fortemente acusadas de cumplicidade com os massacres. (GOUREVITCH, 2000, apud ARAÚJO, 2012) Pouco depois dos episódios das incursões, a República tornou-se um regime autoritário com base sólida na questão étnica, logo em 1965 o PARMEHUTU tornou-se o partido único de fato, sendo detentor de todos os assentos na Assembleia Nacional, o então presidente conseguiu a reeleição com uma margem de 98% dos votos em 1965, fato que repetiu em 1969, desta vez com quase 100% dos votos. (ARAÚJO, 2012) Para Araújo (2012) o fato de Kayibanda conseguir a reeleição em duas oportunidades não reflete somente que os Hutus eram a esmagadora maioria em Ruanda, como também indicam que estes estavam de acordo, ou apenas ignoravam as ações violentas do Estado contra os tutsis.

Contudo, de Mendonça (2013) explica ainda que, mesmo após o logro do novo governo Hutu e de suas unidades de defesa de mandar matar e expulsar grande parcela da população tutsi, e apesar da difusão do já conhecido mito Hamítico “invertido”, a situação ainda não era suficientemente confortável ao governo de Kayibanda, e o principal motivo da inquietude vinha do país vizinho: o Burundi. A questão envolvendo o Burundi está na hegemonia que os tutsis haviam conquistado naquele país, no qual, em 1972 os hutus começaram uma rebelião que foi rapidamente sufocada, e a seguir o exército desencadeou uma campanha de extermínio dos hutus mais instruídos, tendo como consequência; a morte de mais de 100 mil hutus, além dos 200 mil refugiados hutus em Ruanda, o que fez agravar o problema alimentar e da posse de terras no país.

A “Questão Burundi” era chave pois influenciava as decisões do Presidente Kayibanda, e gerava grandes temores, pois no vizinho Burundi (que compartilhava características muito

semelhantes à Ruanda principalmente no cenário político) ocorria justamente o processo inverso:

[..] os tutsis, por intermédio de um regime militar, tomaram o poder dos hutus, e estes organizaram uma rebelião que foi imediatamente reprimida. Dessa vez, eram os hutus que temiam por suas vidas, e com razão, pois, após a tentativa de rebelião promovida pelos hutus, o novo governo dos tutsis, em nome do que chamaram de “restauração da paz e da ordem”, ordenou ao exército iniciar uma campanha nacional de extermínio dos hutus (TAYLOR, 2011 apud ARAÚJO, 2012, p. 38).

No meio da crise, o presidente Kayibanda nomeou o chefe do exército Juvenal Habyarimana como encarregado de organizar os chamados Comitês de Defesa Pública, novamente os efeitos das ações governamentais são sentidos para além das fronteiras de Ruanda: 100 mil tutsis novamente fugindo do país, estabelecendo-se em Uganda, principalmente, aliás, estima-se que cerca de 1 milhão de tutsis haviam se refugiado naquele país desde 1959. (DE MENDONÇA, 2013) Ademais, a consequência principal desse momento foi o fortalecimento de Habyarimana e o aumento de sua popularidade por suas ações contra os tutsis. Com um cenário favorável, o chefe do exército Juvenal Habyarimana dá um golpe de Estado em 1973, e se estabelece como presidente de Ruanda, dando início ao período conhecido como a Segunda República Ruandesa.

4.2 A Segunda República Ruandesa:

Logo após o golpe de Estado, as primeiras ações de Habyarimana como presidente foram pedir uma trégua nos ataques contra os tutsis, um ponto um pouco contraditório, pois ao mesmo passo que pedia uma redução nas tensões e na violência, também suprimiu toda a atividade política contrária, organizando e articulando o Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento (MRDN), um partido que:

[..] apresentava traços de partido totalitário: a militância era imposta à grande maioria da população e todos os chefes e quadros administrativos tinham de ser membros do partido, que tinha células em todas as colinas. Em cada célula eram distribuídos trabalhos comunitários (umuganda) e realizavam-se cerimônias de demonstração de lealdade ao partido (as animation). O mrnd controlava ainda os média e todas as associações civis. Este período é de continuidade relativamente às épocas anteriores: o Estado mantinha-se forte e autoritário, dirigindo a sociedade, e o poder político assegurava com pulso firme a lealdade e obediência dos cidadãos nas colinas (PINTO, 2011, p. 31-32)

O governo de Habyarimana passou a partir do ano de 1975 a receber ajuda financeira e militar da Bélgica e da França, no entanto, isso não era suficiente para conter os temores do governo e seus apoiadores, a questão de Uganda surge trazendo incertezas; no início da década de 1980, houve um acirramento na luta contra a ditadura de Milton Obote, sob a liderança de

Yoweri Museveni, o exército rebelde, este que integravam milhares de tutsis exilados, saiu vitorioso em 1986. Em contrapartida à situação em Uganda, Habyarimana tornou ilegal qualquer contato dos ruandeses com os refugiados, além disso, para de Mendonça (2013), outra contradição do presidente é que apesar de decretar uma “trégua” com os tutsis, o presidente nunca chegou a permitir a volta dos exilados com a desculpa de que Ruanda estava “lotada”.

No que tange a demografia e o uso das terras em Ruanda é necessário traçar algumas considerações, neste momento cerca de 95% das terras eram ocupadas pela produção agrícola, e uma família média ruandesa era composta por em média 8 pessoas, essas famílias viviam da produção de subsistência e ocupavam terras não superiores a 2.000m². Para mais, em virtude da crise econômica mundial, os preços dos principais produtos de exportação ruandeses- o café e o chá- haviam praticamente despencado no mercado internacional, aliado à redução da ajuda externa pelos mesmos motivos, a grave situação econômica em Ruanda se acentuava. (DE MENDONÇA, 2013)

Referente às relações de trabalho durante o período republicano podemos considerar que na Primeira República o Presidente Kayibanda buscou se alinhar a setores sociais urbanos- que vinham crescendo desde a segunda metade do século XX em Ruanda- e aos segmentos populares, principalmente os trabalhadores rurais, os quais proporcionou acesso à terra, por meio da reforma agrária. Já na Segunda República, com Habyarimana, se mantém a ênfase na produção, contudo, os profissionais liberais se isolam nas cidades pequenas. Habyarimana provocou uma centralização do campo em detrimento dos meios urbanos, tal fato se evidencia em um pronunciamento do presidente:

O trabalho manual, especialmente o agrícola, é a base de nossa economia. Nós queremos reiterar que a agricultura continuará como a base essencial de nosso sistema econômico pelos anos que virão. Com o intuito de atrair a população ruandesa para esta realidade. Nós nomeamos o ano de 1974 como o ano para a agricultura e o trabalho manual. (...) Relembrem que este é o caminho que queremos combater esta forma de burguesia intelectual e devolver todos os 9 tipos de valores do trabalho físico. (DA FONSECA, 2011, p. 97)

Segundo da Fonseca (2011) tal pronunciamento valoriza e coloca o trabalho agrícola acima de outras atividades econômicas, e também tece críticas à oposição e ao governo anterior colocando-os como membros dessa “*burguesia intelectual*”, que segundo ele, não davam o devido valor aos camponeses ruandeses, a esmagadora maioria da população. Dessa forma, frente o desemprego e a carência de alimentos que assolava o país, agravados pela falta de ganhos financeiros para equilibrar a balança comercial (não havia dinheiro suficiente para

importar alimentos pela desvalorização dos produtos de exportação ruandeses, e não havia recursos suficientes para fazer Ruanda garantir a subsistência à sua enorme população, tão pouco excedente para a comercialização e sua conseqüente geração de divisas) a estratégia adotada foi de incentivar as pessoas de voltarem dos centros urbanos para o campo. Em outros pronunciamentos Habyarimana se volta novamente para a agricultura e a coloca como responsável pelo primeiro objetivo de uma economia nacional, que seria de alimentar a população que serve o país. (DA FONSECA, 2011)

A iniciativa *Rwandapedia*, projeto que conta com um rico acervo histórico digital para pesquisadores, considera que Ruanda independente tornou-se um estado sectário dividido em linhas étnicas e regionais no qual a Primeira República (1962-1973) negligenciou totalmente o desenvolvimento do país, concentrando-se quase exclusivamente na construção de um estado violentamente anti tutsi enquanto marginalizava as pessoas de fora da região central do país. Já a Segunda República (1973-1994) utilizou uma estratégia de desenvolvimento voltada para a criação de uma nação de camponeses autossuficientes, atendendo suas necessidades de alimentação e abrigo apenas com seu trabalho, e centrado em torno da comunidade local, portanto, não sujeita ao mundo.

Com a crise econômica em meados dos anos 80, lideranças do governo, cuja corrupção era enorme, e que já haviam, inclusive, iniciado a apropriação do Estado, exacerbam sua ação por meio do controle de negócios paraestatais, do aparato político do MRDN e do exército, sob a chefia de Agathe Kanzinga, filha de uma família da elite, e também mulher de Habyarimana. Esse grupo liderado por Agathe passou a ser chamado de clã Akazu, o núcleo do futuro “Poder Hutu”. Mesmo com as investidas para o controle do Estado, o governo passou a ter de lidar com a oposição interna, fato que comprova isso é que em 1987 passaria a circular o Jornal *Kangura*, fruto de uma parceria interétnica -editado por um hutu e financiado por um tutsi- o periódico fazia duras críticas ao status quo de Ruanda, e propunha uma análise da situação do país por um viés econômico e não étnico. (DE MENDONÇA, 2013)

A crise econômica era resultado de um mundo que já se encaminha para o fim da Guerra Fria, a África deixava de ser tão atrativa economicamente como era no período colonial, e o declínio da União Soviética acabava com a preocupação dos EUA de conter as ameaças socialistas na África, levando a um desengajamento da grande potência nesta região. Desde o século XIX a economia política Africana foi deixada como marginalizada, e altamente dependente de fatores e forças externas, marginalização que foi acentuada nas décadas de 80 e

90, por uma série de fatores, dentre os quais, alguns foram explicados acima. Durante o século XIX, o continente foi progressivamente transformado em uma fonte adicional de matérias primas industriais para as fábricas europeias, bem como em um mercado consumidor para os bens produzidos por essas fábricas, enquanto no período posterior às Independências, por volta da metade dos anos 1980 até o final dos anos 90 a marginalização da África foi ampliada.

O declínio da África teve dois lados. O primeiro aspecto, primariamente econômico, era o fato de que a África não era mais vista como importante para os principais atores da economia internacional. Dessa forma, a África não era atraente para investidores, corporações multinacionais e bancos internacionais. O segundo aspecto da marginalização africana era o fato de que, com o final da Guerra Fria, os países africanos se tornaram menos importantes, tanto política quanto estrategicamente, para as maiores potências mundiais. (WAPMUK & AKINKWOTU, 2017, p. 17-18)

Com esse cenário e a crise, a África passou a gerar uma declinante parcela do comércio mundial, as suas *commodities* principais tiveram sua importância reduzida, ou estavam sendo produzidas por outros países em desenvolvimento. A renda per capita e os níveis de desenvolvimento caíram substancialmente após a primeira crise do petróleo em 1973 (ano em que Habyarimana tomava o poder em Ruanda), enquanto o percentual recebido de assistência oficial para o desenvolvimento em nível mundial cresceu de 17% para, aproximadamente, 38% em 1991. (CALLAGHY, 2016 apud WAPMUK & AKINKWOTU, 2017) Evidencia-se ainda mais o isolamento do continente em relação à economia mundial quando comparamos a performance africana nas áreas de produção agrícola, no nível e na quantidade de investimento com as de outros países de baixa renda, como o sul da Ásia, que obteve uma melhor performance nesse período. (WAPMUK & AKINKWOTU, 2017)

O governo de Habyarimana, diante da crise econômica pediu auxílio ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, assim como diversos países do continente, as instituições financeiras mundiais passaram a exigir a implementação de duras medidas de ajuste em todos os países que haviam cedido créditos, como cortes orçamentários, aumento de impostos e ampliação do trabalho compulsório. Essas medidas agravaram os problemas econômicos enfrentados no continente, principalmente em Ruanda, que na mesma época, algumas condições climáticas desfavoráveis, como chuvas torrenciais, criavam bolsões de fome, a situação econômica era tão grave que, cerca de 60% do orçamento ruandês provinha de financiamentos externos. (DE MENDONÇA, 2013)

Outros fatores externos seriam geradores de instabilidade no governo de Ruanda, o fim da Guerra Fria em 1989 significou um momento de grande pressão para Habyarimana, pois, as

principais potências ocidentais, como a França, passaram a pautar a continuidade da ajuda econômica ao governo Ruandês pela democratização, ou seja, havia um “preço” a ser pago pela conservação da ajuda externa, dada as condições econômicas, o governo não viu outra saída senão ceder às pressões estabelecidas, tendo que estabelecer um sistema multipartidário, mesmo com as pretensões do clã Akazu de ampliar o controle do Estado. Assim, a resposta do grupo foi de lançar a revista Kangura, em defesa do governo, com Hassan Ngeze no cargo de editor.

No âmbito da política a pressão por uma abertura do regime advinha em grande parte de diferentes opositores de Habyarimana, desde grupos mais conservadores, que propunham um maior controle social em Ruanda, como também grupos políticos mais liberais, como o Movimento Democrático Republicano (MDR), o Partido Liberal (PL), e o Partido Social Democrata (PSD). Esta pressão também adveio, em alguns momentos, de entidades internacionais, como a ONU e outros países. De qualquer modo, o Movimento Republicano Nacional pela Democracia (MRND) de Habyarimana, permaneceu com amplo apoio da população ruandesa (STRAUSS, 2006, apud DA FONSECA, 2013, p. 57).

A virada para a década de 90 foi assinalada por conflitos, em 1º de outubro, a Frente Patriótica Ruandesa, um exército guerrilheiro formado por exilados em Uganda, invadiu Ruanda e declarou guerra ao regime de Habyarimana, dando início à Guerra Civil Ruandesa, o governo, por sua vez, reage à ofensiva, anunciando que havia esmagado um ataque de rebeldes à capital Kigali, o que não era verdade.

4.3 Guerra Civil: A Frente Patriótica Ruandesa e os Acordos de Arusha

A Frente Patriótica Ruandesa figurava como mais um entre os tantos grupos opositores ao regime de Habyarimana neste período de pressão por uma abertura política, mas era FPR que mais preocupava o governo, num primeiro momento, com as incursões de outubro de 1990, o grupo opositor contava com uma precária estrutura com cerca de apenas 4 mil membros, fato que os leva a serem “neutralizados” pelo governo central sem grandes esforços. Todavia, conforme aponta da Fonseca (2013) no auge do conflito entre o governo Ruandês e a FPR, estima-se que a Frente Patriótica Ruandesa contava com a atuação de aproximadamente 900 mil pessoas, o autor também destaca que, embora uma análise menos minuciosa possa apontar o conflito como um “processo meramente dicotomizado entre tutsis e hutus” (p. 57), no qual o grupo opositor seria apenas uma organização tutsi armada contra um governo que favorecia os hutus, a própria FPR é um ator de múltiplas facetas e diverso, principalmente pelo fato de que era composto não somente por tutsis exilados ou refugiados, mas também por uma quantidade significativa de hutus.

A adesão das pessoas à Frente Patriótica Ruandesa pode ser explicada por seus discursos voltados para a libertação nacional, por outro lado, algumas parcelas da população permaneceram receosas acerca das intenções do grupo, principalmente por que a oposição armada passou a utilizar meios coercitivos para obrigar os camponeses a aderirem à causa, e ajudarem na luta a seu favor. De acordo com da Fonseca (2013) os relatórios publicados pela *Human Rights Watch* são importantes fontes que permitem a reflexão acerca da ação do grupo opositor, em relatórios como o *Beyond the rhetoric: continuing Human Rights Abuse in Rwanda* de junho de 1993 constam entrevistas com líderes da organização que demonstram o seu desprezo pelos camponeses, e o tratamento desqualificador que estes eram submetidos, sendo vistos como “ignorantes de menor importância” (FONSECA, 2013, p. 59)

Além do recrutamento forçado, havia as denúncias de assassinato aleatórios de civis e políticos, pilhagens queima de propriedade, e neste sentido, a população tinha dificuldade em aceitar a reinserção dessas pessoas, pois isso “os remetia a um passado ainda recente, quando Ruanda era dividida em grandes propriedades, sem espaço para os pequenos camponeses que compunham grande parte da população. “ (FONSECA, 2013, p. 59) Assim, os membros da Frente Patriótica Ruandesa foram sendo, paulatinamente, associados à aristocracia do período colonial, sem nenhuma distinção, fato que se mostra bastante problemático, tendo em vista que, do grupo participavam inclusive hutus, outrossim, essa associação dos membros da FPR com o “passado colonial” (que representava um “fantasma” na vida dos camponeses ruandeses) foi largamente utilizada pelos meios de comunicação para legitimar possíveis atos de violência generalizada contra todos os tutsis.

O fato que é mais relevante é que esse evento forneceu à oligarquia Akazu o pretexto faltante para desencadear o assalto final ao Estado, todos os tutsis passaram a ser vistos como cúmplices da FPR, além de que todos os hutus que não apoiassem os governos eram tidos como traidores. É possível compreender que o início da Guerra Civil em Ruanda arremata a visão de que os são tutsis o inimigo comum- que deve ser combatido- visão esta, que, já era esboçada pelo Manifesto Hutu de 1957.

Baseando-nos na literatura sobre os antecedentes do genocídio de 1994, consideramos que a materialização dos sentimentos de revolta dos hutus frente a administração belga e os tutsis, teve início em 1957 através do Manifesto hutu que, ao mesmo tempo que pôs o colonialismo em xeque por exigir um governo democrático em Ruanda, promoveu um discurso de ódio aos tutsis[...]Um inimigo fora criado, e os ânimos aflorados[...] Aqui temos o início de uma cisão social que culminará no morticínio de 1994. Ratificamos que o ocorrido não foi um fato isolado, mas resultante de uma série de fatos e processos históricos. (DE ALMEIDA, 2019, p. 50-51)

Já nos últimos meses de 1990, 10 mil pessoas foram presas, e ordens de matança eram dadas a algumas comunidades hutus, como a da aldeia de Kibilira, os quais foram comunicados que “o trabalho comunal daquele mês seria combater os vizinhos tutsis” (DE MENDONÇA, 2013, p. 310), o desfecho: o assassinato de cerca de 350 tutsis e a fuga de aproximadamente 3 mil pessoas em apenas 3 dias, representando para muitos o marco inicial do genocídio, logo, os atos daí para frente só foram de preparação para o ato final/solução final: a morte de todos os tutsis em território Ruandês.

A situação vivida em Ruanda logo chamou a atenção da comunidade internacional, em outubro de 1993 o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por meio da resolução 872, intitulada "Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda" (UNAMIR sigla de sua denominação em inglês: *United Nations Assistance Mission for Rwanda*) cujo objetivo principal era assegurar o fim dos combates por meio da assinatura do Acordo de Arusha, visando assegurar a diminuição da tensão entre hutus e tutsis, as Nações Unidas enviaram um efetivo de 2548 militares para Ruanda, sendo a maioria composta por belgas, o camaronês Jacques-Roger Booh-Booh era o encarregado da missão e o então Major-General Roméo Dallaire foi nomeado Comandante da força. Ele seria responsável por supervisionar a implementação do Acordo, e também o responsável por avisar às Nações Unidas às vésperas do genocídio a tragédia a qual o país caminhará naquele momento. As potências ocidentais, por meio do aparato da ONU, pressionavam o governo de Habyarimana a assinar um Acordo para a repartição do poder em Ruanda entre as partes em conflito, esses eram os Acordos de Arusha, de 1994.

Segundo a iniciativa *Rwandapedia*¹ somente após o governo não conseguir desalojar o exército da FPR do norte ele teria concordado com as negociações de paz com a FPR, estipulando o fim da guerra, e o estabelecimento de um governo de transição com a presença da FPR e outros partidos de oposição, nesse processo de paz, o Poder Hutu se opõe drasticamente. Após uma série de negociações, o Presidente assina os acordos que dariam início ao governo de transição, na ocasião da sua volta à Kigali, na noite do dia 6 para 7 de abril de 1994, o então presidente Juvenal Habyarimana e o presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira, foram assassinados quando o avião no qual viajavam foi atingido por um míssil. Não há um consenso sobre a autoria do ataque ao avião do presidente Habyarimana, contudo, é comum que se aponte a autoria do atentado à radicais hutus, que objetificando pôr um fim no

¹ Disponível em: <http://rwandapedia.rw/country/history>.

processo de paz e preservar a identidade sectária do Estado derrubaram o avião do presidente Habyarimana e, com o apoio da coalizão Poder Hutu, usaram a morte do presidente Habyarimana como pretexto para desencadear o genocídio contra os tutsis, por outro lado, alguns atrelam a autoria do atentado à própria Frente Patriótica Ruandesa, alegando que esta também não visava uma participação no governo provisório, mas sim, prosseguir com a Guerra Civil até conquistar novamente o controle do Estado.

4.4 O Genocídio: A preparação e a execução de uma campanha de eliminação étnica

A característica mais singular, e mais perturbadora, do genocídio ruandês foi ter sido um genocídio de proximidade. Entre Abril e Julho de 1994, o país dividiu-se de facto entre carrascos, vítimas e testemunhas. Foi um período em que professores mataram alunos, médicos mataram pacientes, padres mataram fiéis, irmãos mataram irmãos. As atividades do quotidiano ficaram suspensas e o país transformou-se num gigantesco campo de morte a céu aberto, num cenário em que a morte violenta, as pilhagens e violações se tornaram absolutamente banais, como se de uma extensão dos trabalhos do campo se tratasse. (PINTO, 2011, p. 48)

Ideologicamente, conforme foi visto até aqui, as bases do Genocídio foram sendo lançadas ao longo do processo histórico Ruandês, a colonização belga investiu num domínio indireto realizado a partir da apropriação de estruturas de poder pré-existentes, e de favorecimento da minoria tutsi, responsável pela mediação, entre o poder tradicional, centrado na figura do *Mwami*, o poder colonial, e camadas populares da sociedade *Banyaruanda*, justificado com base na sua alegada superioridade racial. Segundo Pinto (2011, p. 46) “Este período vem cristalizar a ideia dos tutsis como povo invasor e opressor, cujo objetivo seria o domínio do país e da maioria hutu”.

Com o fim do período colonial, a partir de 1961, o país, longe de se tornar efetivamente uma democracia tem o seu poder concentrado nas mãos de uma minoria cooptada entre a comunidade hutu, que governa com uma política na qual “amigo” e o “inimigo” são definições baseadas em critérios unicamente étnicos (hutus e tutsis). Logo, após o golpe de Estado de Habyarimana que decreta o fim da Primeira República Ruandesa, o mesmo assume o poder e institui o MRND, partido único do país, suprimindo a oposição. Na década de 1990. A Guerra Civil Ruandesa, que opunha rebeldes exilado tutsis da FPR e o governo de Kigali, e perante às pressões da comunidade internacional para a assinatura de Acordos que pretendiam a partilha do poder em Ruanda, levou extremistas acelerar o caminho em direção à solução final.

A oligarquia Akazu, grupo próximo ao governo de Habyarimana, principal fomentadora do Genocídio, buscava reviver o já conhecido mito Hamítico, e a retórica revolucionária, então,

difundiu a ideia de que as relações entre hutus e tutsis constituem uma sucessão de *progroms* (Pogrom é uma palavra russa que significa "causar estragos, destruir violentamente", historicamente, o termo refere-se aos violentos ataques físicos da população em geral contra os judeus, tanto no império russo como em outros países) e que Ruanda era muito pequena para abrigar povos tão diferentes, corroborando novamente com a hipótese de que os tutsis se tratavam de povos invasores. Assim, o clã Akazu divulgava a noção de que o erro cometido em 1959 foi permitir que os tutsis se tornassem exilados, ao invés de tê-los exterminado. (DE MENDONÇA, 2013)

O clã Akazu detinha um grande potencial de manipulação das massas, visto que, havia lançado já o Jornal Kangura, por ele, em 1990 publicou-se os “10 Mandamentos Hutus”, que foi rapidamente difundido por todo o país. A cartilha defendia que:

1. Os hutus devem saber que uma esposa tutsi, onde quer que esteja, está servindo à tribo tutsi, Em consequência, qualquer hutu que faça o seguinte será considerado um traidor:
 - Ter uma esposa tutsi
 - Ter uma amante tutsi
 - Ter um secretário ou dependente tutsi
2. Todos os hutus devem saber que nossas filhas hutus são as mais dignas e mais conscientes de seu papel como mulher, esposa e mãe. Não são as mais belas, boas secretárias e mais sinceras?
3. Mulheres hutus, por favor assistam e ordenem seus maridos, irmãos e filhos que estejam em alerta
4. Todos os Hutus devem saber que os Tutsis são desonestos nos negócios. Seu único objetivo é a superioridade étnica. Portanto todo o Hutu que faça o seguinte é um traidor
 - Quem fizer aliança com os Tutsis nos negócios
 - Quem investir seu dinheiro ou o dinheiro do Estado numa empresa Tutsi
 - Quem emprestar dinheiro ou alugar a um Tutsi
- Quem prestar favores comerciais aos Tutsis (concessão da licença de importação, empréstimos bancários, ofertas públicas...)
5. Os postos de estratégia política, administrativa, econômica, militar e de segurança devem ser reservados aos hutus.
6. O setor educativo (alunos, estudantes e professores) deve ser de maioria Hutu.
7. As Forças Armadas de Ruanda devem ser exclusivamente Hutu. A experiência da Guerra de 1990 nos ensina esta lição. Nenhum militar deve se casar com uma mulher tutsi
8. Os Hutus tem de parar de ter piedade com os Tutsis.
9. Os Hutus onde quer que estejam, devem estar unidos, interdependentes, e devem se preocupar com a sorte de seus irmãos Hutus.
 - Os Hutus dentro e fora de Ruanda devem buscar constantemente amigos e aliados para a causa Hutu, começando por seus irmãos bantos
 - Tem de se opor constantemente à propaganda Tutsi, os Hutus devem se fortalecer e estar atentos ao seu inimigo comum Tutsi.
10. A Revolução Social de 1959, o referendo de 1961, a ideologia dos Hutus deve ser ensinada a todos os Hutus e em todos os níveis. Todo Hutu deve difundir amplamente esta mensagem. Todo Hutu que persegue seu irmão Hutu é um traidor; tenha seu irmão

lido, difundido e ensinado esta ideologia. (OS 10 MANDAMENTOS HUTU, 1990, REVISTA KANGURA) ²

Nesse sentido, os 10 Mandamentos Hutu tornavam o casamento e as relações com mulheres tutsis, que sempre foi comum na tradicional sociedade ruandesa, dado o nível de interação da mesma como algo quase que ilegal, e totalmente imoral. As mulheres tutsis eram menosprezadas em comparação às mulheres hutus, que eram “as mais dignas e mais conscientes de seu papel como mulher, esposa e mãe”, ainda colocava as mulheres tutsis sempre a serviço do inimigo, onde quer que fossem. Proibia as relações comerciais, e troca de favores, a concessão de cargos dentro do escopo Estatal para com os tutsis, os postos nas forças armadas deveriam ser ocupados exclusivamente pelos hutus, e os cargos educativos também seriam de maioria hutu.

Juntamente, os mandamentos incorporam um ideal coletivista, e de articulação política muito fortes, expressos, respectivamente, em: “Os Hutus onde quer que estejam, devem estar unidos, interdependentes, e devem se preocupar com a sorte de seus irmãos Hutus.” e “Os Hutus dentro e fora de Ruanda devem buscar constantemente amigos e aliados para a causa Hutu, começando por seus irmão bantos”, outrossim, a cartilha determina que os eventos históricos protagonizados pelos hutus deveriam ser exemplos, e sua ideologia deveria ser apresentada para todos os hutus. Talvez o elemento mais importante dessa prescrição para o genocídio seja o de que “Os Hutus tem de parar de ter piedade com os Tutsis.”, tendo em vista que essas normas foram amplamente difundidas “a todos os Hutus e em todos os níveis”, podemos compreender o porquê de entre abril e julho de 1994 os hutus de diversas idades e lugares de Ruanda se empenhar em matar seus vizinhos, conhecidos e familiares, com suas ferramentas de trabalhos: os facões.

A grande influência dos meios de comunicação locais é comumente apontada como um dos fatores que corroboram para a execução do Genocídio a partir de abril de 19494, da Fonseca (2013) argumenta, no entanto, que a participação dos meios de comunicação é entendida de maneira simplista e demasiadamente objetiva frente as tantas contradições e pluralidades desse agente histórico.

Para o governo de Habyarimana, o início da década de 90 foi um período de grande instabilidade, correspondeu a um enfraquecimento do Estado Ruandês- centrado na figura do

² Disponível em: <https://unicrio.org.br/docs/ruanda/painel2b.pdf>

presidente- e também dos próprios meios de vida socioeconômicos dos ruandeses, para arrematar, as investidas da FPR fez com que ocorresse uma série de conflitos pelo país. A situação insustentável do país, e conseqüentemente da sociedade levou alguns setores a pressionarem de diversos modos, o fim do regime do unipartidarismo, e com isso toda a estrutura de dominação e apropriação do Estado que já perdurava por mais de duas décadas era posta em xeque. (DA FONSECA, 2013)

Nesse momento de pressão surgiram diversos grupos opositoristas à Habyarimana, desde os mais conservadores, aos mais liberais, as pressões também advinham de algumas entidades internacionais como a ONU, e até mesmo de outros Estados, mesmo assim o MRDN encabeçado pelo presidente permanecia com amplo apoio da população ruandesa. Mas o grupo opositorista que ganhava mais destaque, notoriamente, seria aquele que articulava e executava os ataques ao território ruandês a partir de seus vizinhos: a Frente Patriótica Ruandesa. Conforme apontado ao longo deste estudo, foi possível identificar que para uma parcela significativa de ruandeses a FPR ruandesa passou a ser atrelada à velha aristocracia tutsis, à um passado onde a oligarquia tutsi era aliada dos interesses coloniais, e assim baseados numa alegada superioridade racial subjugaram a população hutu.

Contudo, segundo da Fonseca (2013) esta associação não ocorreu de maneira instantânea, novamente, contribuem os meios de comunicação: estes foram os principais responsáveis pela difusão em larga escala de idéias que associavam todos os tutsis, principalmente aqueles residentes em Ruanda, e os membros da FPR como representantes de um nefasto passado de exploração étnica dos tutsis sob os hutus, no trecho a seguir, veiculado pela Revista Kangura, no fim de 1990, é possível observar a maneira como periódico começa a fazer críticas diretas a população tutsi de ruanda:

Pessoas deste grupo étnico, que vieram para Ruanda no passado, falam sobre o grupo étnico dos Tutsis: os Tutsis vivem como gatos. Quando você tem leite, eles vêm até você. A única coisa que os fazem melhores que os gatos, ou melhor, a diferença deles com os gatos é que, uma vez que o leite já foi bebido, eles tentarão encontrar formas e meios de tirar o leite de você ou, até mesmo, tentar prejudicá-lo de alguma forma ou tentarão, também, manipular você. Então os hutus aproximaram-se dos tutsis, saudaram-nos como visitas, mas ao invés de dormir, como visitas o fariam, o pior - seu pior -, o pior dos seus hábitos tomou conta deles. Então os tutsis acabaram por tomar o poder, e os hutus foram subjugados e usados como serviçais (DA FONSECA, 2013b, p. 59-60)

Estes ataques diretos à população tutsi começam a ser veiculados pela imprensa logo após os primeiros ataques da FPR em outubro de 1990, e prosseguem à medida que o grupo

avança no país, também se acentua o tom discriminatório entre os grupos, os próprios “10 Mandamentos Hutus” foram publicados pela *Kangura* também no final de 1990. Nos trechos a seguir, fragmentados da Revista *Kangura* de 1993, é possível observar como as associações entre os tutsis, a FPR e a aristocracia colonial foram ficando cada vez mais fortalecidas: “passando as insinuações a afirmações categóricas sobre uma suposta maldade dos tutsis e de ligações com o passado colonial” (DA FONSECA, 2013, p. 64)

Quando os Tutsis foram depostos por uma revolução popular em 1959, eles nunca mais dormiram em seus louros. Eles têm feito muitos esforços para restaurar a monarquia usando suas mulheres Bizungerezi e dinheiro que parecem ter substituído as vacas. No passado, a vaca era símbolo de riqueza.

Quem pode estabelecer a diferença dos Inyenzi que atacaram em outubro de 1990 e daqueles que atacaram na década de 1960? Eles são os mesmos. Os primeiros são descendentes destes últimos. A maldade é a mesma. Todos esses ataques procuram restaurar a monarquia e o feudalismo [Ubugake]. Os crimes abomináveis cometidos pelos atuais Inyenzi contra os cidadãos são lembretes daqueles crimes cometidos por seus pares: matando, pilhando, estuprando meninas e mulheres... (FONSECA, 2013b, p. 64)

Ainda assim, esses ataques eram realizados por meio da revista pela ala mais conservadora de Ruanda, também chamados de clã *Akazu*, ligada principalmente ao *Coalition pour La Défense de La République*- CDR (partido conservador, atrelado ao governo ruandês, que visava uma maior dominação hutu), e não surtiam os efeitos imediatos desejados na maior parcela da população de Ruanda, aqueles não radicalizados, pois não enxergavam nas afirmações propagadas coesão com a realidade cotidiana. Dessa forma, temendo que tais ataques pudessem ainda mais fragilizar o apoio ao governo, e frente às críticas internacionais do fomento de um divisionismo interno, o discurso passa por uma reformulação, a mudança pode ser expressa no trecho publicado pela revista *Kangura* em março de 1991:

A *Kangura* não escondeu seu desejo de ver o nascimento de um novo movimento democrático, com apoio maciço dos Bahutu de Ruanda sem, no entanto, excluir os membros de outros grupos étnicos. Essa força pode constituir uma esmagadora maioria, que, com toda a sua boa vontade e intenções nebulosas, pode transformar Ruanda em um país democrático, orgulhoso de seu presente e com a certeza do seu futuro. *Kangura* não está negando os Tutsis e os Tuá o direito de formar seus partidos políticos democráticos ou associações... *Kangura* não quer ouvir aqueles que estão dizendo que quando você se referir a alguém como um Hutu, ou Tutsi, ou um Tuá, você está semeando a discórdia no país. Com o nosso movimento democrático Hutu que queremos configurar, esperamos ouvir um novo slogan: Viva a diversidade!!! (DA FONSECA, 2013, p. 60)

O trecho acima demonstra a mudança para um posicionamento pró-diversidade, que deveria ser respeitada e gerida por uma democracia representativa, na qual cada grupo poderia se organizar em torno de seus respectivos partidos, ou associações democráticas, outro posicionamento que demonstra essa mudança é o próprio manifesto da CDR, publicado também na Revista Kangura, em 1992:

As três etnias devem resolver coexistir em paz, cada uma defendendo o seu próprio interesse, mas com o espírito do interesse nacional. A unidade nacional não pressupõe a simbiose entre as etnias, mas sim a colaboração na diversidade para o desenvolvimento de uma nação como um todo. (DA FONSECA, 2013, p. 62)

Todavia, o manifesto, da mesma forma que se demonstra a favor da coexistência pacífica entre os diferentes “grupos étnicos”, em prol do interesse e da unidade nacional, também aponta que esse interesse nacional “não pressupõe a simbiose entre as etnias”, evidenciando que, para o CDR, havia sim alguma forma de cisão sócio-política entre as etnias em Ruanda. (DA FONSECA, 2013)

É evidente até aqui que os meios de comunicação, em especial a rádio RTML, foram as propagadoras da ideologia hutu, e conseqüentemente, formadora de potenciais radicais hutus. Em março de 1992, a rádio Ruanda divulgava a descoberta de um suposto plano tutsi para matar hutus, a retaliação viria por parte da milícia de Bugesera, que haviam matado 300 tutsis em apenas 3 dias, tudo isso com o conhecimento das autoridades, que inclusive se aproveitaram para tomar posse da terra dos mortos. Nesse momento o conflito em Ruanda já chegava na comunidade internacional, gerando protestos, o governo insistia em negar que houvesse qualquer atuação Estatal, e que as mortes resultaram de manifestações espontâneas, mesmo que essas fossem precedidas de comícios do chamado “Poder Hutu”. (MENDONÇA, 2013) Os hutus de Ruanda eram considerados armas pelos seus líderes, se tratava de uma estratégia clara de mobilização popular para o controle total do Estado por parte de uma oligarquia- clã Akazu- a população mobilizou-se em torno de uma identidade étnica, formada, por sua vez, na inversão de uma suposta superioridade racial dos tutsis- o Mito Hamítico.

A estratégia do governo de Ruanda para apoderar-se de vez do Estado era ameaçada pela pressão da Comunidade Internacional para a assinatura dos Acordos de Arusha, que o estabelecimento de um governo de transição, com representantes de todos os partidos, incluindo os rebeldes da FPR, a garantia de retorno aos exilados, e fusão entre os exércitos nacional e rebelde, sendo o cumprimento desses Acordos supervisionados por uma força de paz da ONU-

a UNAMIR- que chegaria no país em 1993. As próprias lideranças do Poder Hutu, inconformados com os termos do acordo e com a sua possível ratificação, passam a acusar o presidente Habyarimana de traição, utilizando novamente os meios de comunicação, dessa vez a difusão ocorreu por conta da Rádio Mille Collines (RTL), fundada por membros da Akazu, que já transmitia discursos inflamados contra os tutsis, e também canções de artistas simpatizantes ao governo.

O presidente Habyarimana tendo o conhecimento de que sua popularidade estava baixando, buscou demonstrar sua lealdade aos membros do Poder Hutu, resistindo à implantação efetiva dos acordos, promovendo ataques frequentes à sua oposição. Reiteradamente, o que ocorria fora das fronteiras de Ruanda serviam como resistência para uma pretendida estabilidade, na ocasião dos Acordos de Arusha, um hutu foi empossado no governo do Burundi, todavia, em outubro de 1993, o novo presidente foi assassinado por militares tutsis, induzindo levantes hutus, e uma repressão por parte dos tutsis, na qual cerca de 50 mil pessoas morreram, corroborando para uma maior inconformidade com a Assinatura dos Acordos por parte da população e do governo. (DE MENDONÇA, 2013)

Assim, um clima de hostilidade ia se exacerbando em Ruanda, a capital Kigali, que pelos acordos havia sido designada uma zona franca de armas, transformou-se em um verdadeiro Arsenal a céu aberto, abastecido por aviões franceses (por conta do apoio que a França havia concedido ao governo de Habyarimana na Guerra Civil) carregados com facões que vinham da China e eram distribuídos gratuitamente para a população, sob a justificativa de que os facões se tratavam de um comum instrumento de trabalho para o campesino ruandês. (DE MENDONÇA, 2013) O clima que a capital estava inserida fez com que Roméo Dallaire (general comandante da UNAMIR) enviasse um telegrama ao Assessor Militar da Secretaria Geral da ONU alertando sobre as movimentações da milícia *Interahamwe*, e a grande possibilidade de uma Guerra Civil com envolvimento direto da população hutu.

Com o atentado ao avião do Presidente Habyarimana, sua morte, foi a “deixa” para o caos que se instaurou nos meses seguintes, Ruanda se tornou um verdadeiro campo de extermínio, e as milícias que já se encontravam organizadas e articuladas a anos para a “solução final” passaram a fazer o recrutamento de campesinos e comerciantes hutus para os atos. Após o fim do Genocídio foram presos e acusados de crime de Genocídio cerca de 115 mil hutus, contudo, os responsáveis pelo morticínio de aproximadamente 1 milhão de pessoas, somam muitos mais, o que intriga é como foi possível mobilizar tantas pessoas, por tanto tempo e com

tamanho empenho, para executar pessoas que muitas vezes eram próximas? Para Melo (2011) o método parece consistir em alcançar três objetivos, que são:

1º - Determinar de forma clara e objetiva quem é o “inimigo”, de modo a que todos possam facilmente identificá-lo, culpá-lo por todos os problemas existentes e, com o tempo, alimentar internamente o ódio do "outro".[...]“Hutus eram (...) intimados a ter ‘unidade e solidariedade’ contra ‘seu inimigo tutsi comum’, a estudar e espalhar ‘a ideologia hutu’ da revolução de 1959”.

2º - Eliminar quaisquer possibilidades de misericórdia para com o “outro”, desumanizar esse antagonista de forma a que seu extermínio seja encarado pela população comum como uma função social e o resultado de sua morte seja a melhoria do mundo em que se vive [...] os hutus se empenharam em desumanizar ao máximo todos os integrantes da etnia tutsi “os tutsis eram conhecidos em Ruanda como inyenzi, que quer dizer baratas”⁹⁰. Para facilitar, também, o entendimento e garantir que todos os hutus seguissem os planos do governo, foram utilizadas outras formas de se incutir no senso comum da população a insignificância dos tutsis, formas inspiradas em modelos religiosos (como outrora também fizeram os nazistas), como por exemplo os dez mandamentos – “Os Dez Mandamentos Hutus’ circularam amplamente e tornaram-se imensamente populares (...) O oitavo e mais citado dos mandamentos dizia: ‘Os hutus têm de parar de sentir pena dos tutsis’ ”⁹¹

3º - Inserir na massa o pavor de que, se “aquilo” tomasse o poder, a vida de todos estaria em perigo e que a fome e a desgraça assolariam a todos. Dessa forma a massa se uniria para enfrentar seu “agressor” e se defender de suas ameaças. O assassinato “daquilo” significaria, então, um grito de desespero das reais “vítimas” da situação, sua única forma de auto-defesa [...] Não por acaso em Ruanda, com o auxílio fundamental da rádio RTLM, era diariamente alimentado entre os hutus o medo de que os tutsis se preparavam para dominar o país a qualquer momento, começando pelos chefes de Estado. (MELO, 2011, p. 42-43)

Essas três características: a definição clara do inimigo, a sua desumanização, e a sua potencial ameaça, foram empregadas como métodos, e assim o governo de Habyarimana pôde em pouco mais de três anos, mobilizar a maior parte da população hutu para assassinar as “baratas”, impedindo que estas tomassem o poder. Como se tratava de uma “questão étnica” era ordenada a matança generalizada, incluindo crianças, pois caso “um bebê conseguisse sobreviver, no futuro ele reivindicaria um direito soberano intrínseco à sua etnicidade e então novamente o sangue hutu seria derramado” (MELO, 2011, p. 44)

O assassinato do presidente foi o evento que desencadeou o massacre que já estava sendo nutrido pelo medo da volta do passado colonial, e pelo ódio grupal, com a queda do avião de Habyarimana, tomou conta da população hutu a crença de que eles estavam sob ameaça, assim, não haviam dúvidas de como deviam proceder, começaram matando membros da oposição política declarada, jornalistas e ativistas dos direitos humanos- os “mais instruídos”- sem se importar se estes eram hutus ou tutsis, não havia mais negociação, o objetivo era pôr em prática a solução final, e aqueles hutus que atrapalham os rumos da mesma eram tido como

traidores e mereciam o mesmo fim por ajudarem o “inimigo comum”, para os hutus radicais, seus companheiros de etnia: os hutus moderados eram considerados parte do problema. (SANTOS, 2012)

Após essa fase inicial na capital Kigali, a matança difundiu-se para todos os distritos ruandeses, mobilizando-se as milícias treinadas pelo governo Ruandês, o massacre foi concretizado por grupos de milicianos regulares, grupos extremistas partidários, e a população comum hutu, que tratavam esse procedimento como um trabalho, uma atividade corriqueira do cotidiano, o facão utilizado no campo, passou a ser utilizado para ceifar vidas, os responsáveis pelos massacres agrupavam-se em igrejas, escolas, campos de futebol, ou qualquer tipo de local público, iniciavam as “atividades” pela manhã e encerravam apenas a noite, como se tratasse de um expediente a ser cumprido, somente havia uma estratégia, e uma ordem a ser executada: matar e empilhar os corpos tutsis (HATZFELD, 2005 apud SANTOS, 2012)

As armas de fogo utilizadas foram financiadas pelo governo Francês, este também participou de operações militares no evento do massacre, conforme apontam Relatórios da Unidade Africana e do governo ruandês pós-Genocídio, contudo, as armas de fogo eram para a distribuição restrita entre os chefes, e os membros das milícias e o exército regular, dessa forma, o restante da população utilizava os facões para realizar os massacres. (SANTOS, 2012)

Muitos tutsis ao perceberem a situação extremamente violenta em que Ruanda se encontrava decidiram fugir do país, no entanto, já era tarde, inúmeras barricadas foram montadas nas estradas e nas fronteiras do país, impedindo a saída da população, e ali mesmo deveriam passar pela “fiscalização” das milícias, as carteiras de identidade facilitaram a identificação do “inimigo” nesse momento, assim identificada a etnia a qual pertencia, o destino era a morte pelo facão, mães eram assassinadas na frente de seus filhos, pais hutus eram obrigados a matar suas esposas e filhos em demonstração de “lealdade” à causa hutu, as mulheres tutsis foram alvos de estupros coletivos, algumas que haviam sobrevivido ao Genocídio engravidaram de seus abusadores, outras vieram a falecer alguns anos depois por complicações por conta de AIDS, ou outras doenças que contraíram em decorrência da violência sexual sofrida. Em 100 dias mais de um milhão de tutsis foram mortos indiscriminadamente em todo o país enquanto a comunidade internacional assistia, o Genocídio só teria fim após três meses de combate com o avanço da FPR contra as forças genocidas.³

³ Disponível em: <http://rwandapedia.rw/country/history>

4.5 Tendências explicativas do Genocídio

O Genocídio em Ruanda despertou e desperta naqueles que pesquisam sobre uma grande inquietação, como é possível que tamanha barbárie tenha ocorrido às vésperas de um novo milênio, depois que o mundo assistiu estarrecido os grandes genocídios do século XX, iniciado com o Genocídio Armênio em 1917, passando pelo Holocausto na década de 40? Com o objetivo de sanar tantas dúvidas sobre as motivações que levaram ao morticínio de cerca de 800 mil ruandeses, explicações rápidas foram formuladas, e mesmo que não estejam equivocadas, algumas, não consideram a complexidade do Estado Ruandês.

Uma explicação bastante difundida para o ocorrido em Ruanda é a perspectiva da influência externa, que entende que a ação estrangeira como fator desencadeador do genocídio, para essa perspectiva, a má influência dos belgas durante todo o período colonial, com suas práticas apresentadas nessa pesquisa, teria fomentado o ódio entre as duas etnias, culminando na execução de uma campanha de eliminação étnica em 1994. Contudo, da Fonseca (2011b) compreende que essa concepção:

Ao colocar a centralidade do movimento histórico ruandês em agentes externos, acaba por expandir uma visão que entende a África como um local submisso e atrasado. Vê o povo africano com um povo infantilizado, dada a vigência de formas culturais entendidas como “primitivas” e que, ante as artimanhas do “civilizado”, é facilmente ludibriado, levando-o a cometer atos irresponsáveis, cabendo assim a um adulto responsável tutelá-lo até a civilização. (DA FONSECA, 2011b, p. 32)

Ademais, o autor entende que compreender o Genocídio a partir da lógica da influência externa se trata de uma concepção etnocêntrica, uma vez que essa aponta que Conferência de Berlim de 1885 teria dividido o continente africano à sua maneira, deixando um série de tribos ou etnias rivais em um mesmo Estado, o que levaria esses grupos a se articularem de diferentes formas, obtendo como resultado dezenas de conflitos e guerras civis, que teriam se acentuado com o fim do colonialismo, por conta disso que as guerras e os conflitos africanos do século XX são colocados muitas vezes, tanto pela mídia, que é responsável direta pela propagação de “consensos públicos”, quanto por acadêmicos como uma decorrência do fim do colonialismo. (DA FONSECA, 2011b)

Nesse sentido, mais uma vez Fonseca (2011b) argumenta que essa concepção só reforça a ideia de que os Europeus atribuíam um caráter civilizatório ao continente “selvagem”, tal ideia está expressa no trecho:

As guerras e conflitos africanos do século XX são colocados muitas vezes, tanto pela mídia como por alguns acadêmicos como decorrência do final do processo colonial, como se a saída dos europeus do continente africano tirasse seu lado civilizado e civilizatório (o europeu), ficando assim apenas o selvagem (o africano). Neste sentido, o genocídio ruandês em sua contemporaneidade teria sido o resultado da ausência de

interação étnica e da incapacidade dos ruandeses de implementar um Estado Moderno fundado em preceitos civilizatórios, cuja complexidade seria inatingível para estes grupos – daí que a catástrofe seria inevitável. (DA FONSECA, 2011b, p. 32-33)

O maior problema dessa concepção, é que apesar de sua crítica ao colonizador, é que ela acaba desconsiderando a importância de tradições locais e supervalorizando a influência da dominação, como se fosse possível apagar o passado ruandês, sua cultura, tradições, com isso subsumindo a especificidade dessa região.

Segundo Santos (2012) existem três modelos explicativos básicos sobre o Genocídio em Ruanda, todos estes tentam explicar como um evento de tão curta duração conseguiu proporcionar a morte de 800 mil a 1 milhão de pessoas, esses modelos são: **a manipulação da elite, as características sociopsicológicas dos perpetradores, e a escassez de recursos ecológicos**, que foram explicitados por Hintjens (1999) no artigo “*Explaining the 1994 Genocide in Rwanda*”, assim muitos pesquisadores utilizam esses modelos para a análise do Genocídio.

O primeiro modelo, o da manipulação da elite, pretende explicar o genocídio por meio do desejo dessa elite de se manter no poder, tal linha de raciocínio se apoia em diversos fatores políticos e econômicos, nacionais e internacionais, como a Crise Econômica da década de 80, que fez surgir uma oposição interna à elite Hutu dominante, e também aumentou a pressão internacional para uma abertura política em Ruanda. Logo em seguida, na década de 1990, o conflito com a FPR forçava o governo ruandês a sucumbir a essas pressões por meio das negociações internacionais de paz, que ao menos em teoria, forçaram o governo a compartilhar o poder com os seus opositores. Por um lado, o ocidente buscava uma abertura política democrática, para assim alcançar a abertura do mercado ruandês, enquanto os observadores internacionais pretendiam encaminhar um governo de coalizão entre os dois grupos antagônicos.

Esses seriam, segundo Santos (2012) exemplos dos fatores políticos e econômicos que conferem credibilidade ao modelo da manipulação da elite, visto que todas essas pretensões internacionais ameaçavam o poder da elite, principalmente do clã *Akazu*, que visava o domínio do Estado. Todavia, é possível acrescentar nessa lista de fatores que conferem confiabilidade ao modelo da manipulação da elite, os esforços dessa mesma elite a partir da primeira invasão da FPR, em outubro de 1990, em se utilizar dos meios de comunicação para difundir as idéias que colocam todos os tutsis como aliados do grupo opositor, e que colocavam os membros da

FPR como representantes do “passado colonial” onde os hutus eram oprimidos pelos tutsis, ao longo dessa pesquisa, observamos que tais noções foram responsáveis pela não-adesão de muitos à FPR, e posteriormente pela adesão da população comum aos massacres a partir de abril de 1994.

O segundo modelo explicativo do Genocídio é baseado nas características sociopsicológicas dos agentes, essa linha argumenta que é uma característica cultural do povo ruandês obedecer às ordens dos superiores sem questionamentos, sendo assim, essa mentalidade conformista construiu a característica adequada que levou os hutus a assassinar os tutsis (SANTOS, 2012). Essa premissa da obediência da população de Ruanda às ordens do poder estabelecido aparece em diversas pesquisas relativas ao genocídio, como no trecho abaixo:

A história do Ruanda nos períodos pré-colonial e colonial, e as várias interpretações que suscitou, teve um papel fundamental não apenas na justificação do genocídio, mas também no processo de mobilização da população. Um aspecto determinante dessa história é o facto de o Ruanda ser um Estado forte e centralizado, apresentando uma história que é mais de continuidade e reverência ao poder instituído, do que de revoltas e rebeliões. A hierarquia do sistema político e administrativo, que era já característica da monarquia, é o elemento que une o poder máximo e central – primeiro, o Mwami e, depois, o Presidente – aos cidadãos nas colinas. Os elevadíssimos níveis de adesão popular ao projeto de extermínio dos tutsis no Ruanda devem assim ser também analisados à luz da força do Estado, e da sua quase onipresença na vida dos ruandeses. O Ruanda é um pequeno país densamente povoado, dividido geograficamente numa série de colinas. Estes factores contribuíram para uma interação social intensa entre os seus habitantes, mobilizados em torno dos chefes locais e habituados a manifestações de obediência e lealdade constantes, aos trabalhos comunitários obrigatórios [...] Assim, no momento em que a ordem inequívoca do poder em Kigali foi a da eliminação de todos os tutsis, tornava-se difícil resistir. (PINTO, 2011, p. 47-48)

A tendência explicativa da manipulação das massas obedientes, conforme visto é muito convencional na literatura acerca do Genocídio Ruandês, a argumentação dessa hipótese está baseada na manipulação, onde o genocídio teria sido resultado de uma manobra por uma elite, identificada como clã *Akazu* (composta por um grupo de pessoas próximas ao presidente Habyarimana da segunda República Ruandesa (1973 – 1994) com o objetivo de manter o seu poder no país). Por conseguinte, para essa perspectiva uma série de matérias via imprensa, educação, e outros meios teriam sido postas para acentuar a rivalidade entre as etnias, utilizando da opinião pública ruandesa, desencadeando um genocídio em um curto período de tempo. (BERKELEY, 2001 apud DA FONSECA, 2011b)

Segundo Santos (2012) alguns estudos como os da Cruz Vermelha (1994) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) apontam também para essa teoria, tais estudos dizem que os oficiais deram ordens para o massacre e a população iniciou o

processo. Uma vez que iniciado, somente os oficiais teriam sido capazes de detê-lo, e destacam um episódio Kibirira, que se tornou um clássico exemplo dessa explicação, onde “policiais somente com um assobio mandaram a multidão se dispersar, comprovando aparentemente a obediência da cultura ruandesa e a sua tendência psicológica á submissão” (p. 38)

Essa cultura de obediência é vista por essa análise como uma característica central e histórica da sociedade de Ruanda, no entanto da Fonseca (2011b) compreende que essa tendência explicativa situa o povo ruandês enquanto seres passivos, facilmente manipuláveis, e suscetíveis a influências externas, sem demonstrar sequer alguma resistência, e não como um agente histórico social ativo, reafirma a ideia de que a África é um continente atrasado, “selvagem” e incapaz de se auto gestar. Santos (2012) também assinala que as teorias sociopsicológicas do massacre, por sua vez carregadas de estereótipos étnicos, nos quais os tutsis eram dissimulados e presumidos, e os hutus: obedientes e dóceis, argumenta inclusive que tal modelo isenta completamente a ação e a responsabilidade do sujeito: como eram manipulados não poderiam ter agido por conta própria, logo não seria passível uma punição.

Essa análise, possui um embasamento teórico, e algumas concepções sobre as relações no continente africano, não integrando a visão comum que atribui à Conferência de Berlim, e outros agentes externos como a colonização belga e a ação francesa como fator desencadeador dos conflitos da África contemporânea. Em concordância com o pensamento de Pinto (2011) as motivações para o Genocídio são tão complexas e fundamentais para a compreensão não apenas do passado, como o futuro e o presente de Ruanda, e deve levar em conta uma série de fatores, onde há a relevância, por um lado do passado histórico, instrumentalizado por extremistas, e que como já explicado contribuiu para a cristalização da ideia da minoria tutsi como um povo invasor, e opressor dos hutus, a maioria, por outro lado, devemos levar em consideração os aspectos “culturais” do povo ruandês, que apontam para uma cultura de obediência enraizada na história, associada à presença de um Estado forte, centralizado, onipresente, onde não há registros de revoltas ou rebeliões contra o poder central.

Por fim, o terceiro modelo explicativo está relacionado com a escassez de recursos naturais, este modelo é comumente defendido por médicos, economistas, especialistas em agricultura e meio ambiente, e pelos planejadores familiares da Cruz Vermelha. (SANTOS, 2012) Essa tese se utiliza da teoria malthusiana -que aponta um crescimento geométrico da população, em contrapartida à produção de alimentos-que cresceria em ritmo aritmético- essa premissa proveniente da microeconomia foi utilizada para constatar que em uma sociedade não

é possível produzir tudo, para todos, criando um novo paradigma. Posto isso, a escassez de alimentos teria sido responsável por gestar o genocídio, haja vista a situação que Ruanda se encontrava no momento, já era o país com a maior densidade populacional da África, enquanto os índices de crescimento populacional não paravam de subir, a economia, por sua vez era agrária e precária. Pela perspectiva de aumento populacional, juntamente com as catástrofes climáticas e o mau gerenciamento dos recursos, que já haviam criado “bolsões” de fome (GOUREVITCH, 2006 apud DA FONSECA, 2011) e levando em consideração que quando países superlotam e não conseguem sustentar sua população, torna-se frequente a fome, e os conflitos, já inevitáveis, acabam por restabelecer o equilíbrio entre população e os recursos ecológicos existentes, assim, era de se esperar que:

em determinado momento a população precisasse ser reduzida de alguma forma, levando os ruandeses, ao sentirem a escassez de seus recursos, a se unirem de acordo com a etnia a que pertencessem e, a partir do genocídio, estabilizassem a oferta de alimentos (DA FONSECA, 2011, p. 38)

Os teóricos defensores desse modelo entendem que o desfecho dele é terrível, e implacável, a não ser que o crescimento populacional fosse contido. Os neomalthusianos radicais se utilizam de relatórios da Cruz Vermelha, e da ACNUR para defender a tese de que o Genocídio de 1994 é um incontestável, e previsível exemplo dos perigos da superpopulação. Já os menos radicais, defendem a relevância dessa interpretação, porém reconhecem que as condições do Estado e suas dimensões econômicas também são determinantes e não devem ser dispensadas para explicar o genocídio. (SANTOS, 2012)

Posto isso, podemos concluir que as causas e as explicações para o Genocídio perpassam por diversas áreas, desde a própria história da colonização em Ruanda e sua posterior administração no período pós- Independência, como é o caso da lógica da influência externa, e da manipulação das elites, passando por explicações voltadas às disponibilidade de recursos, chegando a algumas explicações que envolvem as predisposições psicológicas dos sujeitos que atuaram no Genocídio, logo surgem muitos debates acerca de qual hipótese mais caberia ao caso de Ruanda, ou ainda se não é mais cabível uma junção dessas causas na análise do Genocídio, sendo assim, é pertinente transitar por cada uma dessas explicações, ainda que de maneira muito breve.

Essa pesquisa assume a hipótese de que as grandes proporções do Genocídio em Ruanda resultam da combinação das dinâmicas da mídia internacional e nacional entre abril e julho de 1994: a “inação” da mídia internacional, representados pelos principais veículos de

comunicação dos EUA e do ocidente, juntamente com a ação da mídia nacional ruandesa, que orientava a população em direção aos massacres, bem como sua manutenção ao longo dos meses do Genocídio, resultando na morte de aproximadamente 1 milhão de pessoas em pouco mais de 100 dias. Desta forma, o capítulo seguinte será dedicado a delimitar quais foram as ações e os recursos utilizados pela mídia entre 7 de abril de 1994 e 15 de julho de 1994, visando compreender a natureza da sua atuação, e quais foram as suas consequências.

5. A Atuação da imprensa no Genocídio em Ruanda

O Tribunal Criminal Internacional instalado pela ONU para julgar os acusados pelo Genocídio em 1994 em Ruanda, condenaram em 2003 três jornalistas ruandeses: Ferdinand Nahimana, um dos fundadores da RTML foi condenado à prisão perpétua, juntamente com Hassan Ngeze, dono e editor do jornal Kangura, ambos por utilizar os meios de comunicação aos quais dirigiam para incitar os massacres, outro fundador da RTML e diretor de Relações Públicas do Ministério das Relações Exteriores de Ruanda, Jean Bosco Barayagwiza, foi condenado a 35 anos de prisão. Passados quase 20 anos dessas condenações, e 28 anos do Genocídio, a imprensa local tenta reconstruir a sua reputação, e reconquistar sua liberdade frente às restrições impostas.

Contudo, a mídia internacional também foi “chave” para a deflagração de cerca de 1 milhão de mortes, alguns estudos destacam o papel que os principais meios de comunicação de massa ocidentais durante o período, a tradicional mídia constantemente abordava o Genocídio de maneira inadequada, frisando mais as cenas de horror, a degradação humana vigente, do que os processos que levaram Ruanda a esse triste episódio, assim contribuíram para a solidificação da ideia de que Ruanda se tratava de mais um conflito tribal, vindo a integrar a visão Afro-pessimista de que o continente é um vasto território, de recursos abundantes, porém formado por débeis Estados, incapazes de se auto-gestar, dando espaço para as mais sangrentas guerras entre tribos e etnias que eram essencialmente rivais, mesmo que, no na história de Ruanda, os hutus e tutsis conviveram durante séculos em um “harmonia tradicional”, até a chegada dos colonizadores, que provocaram uma mudança no sociometabolismo ruandês com a penetração do capital europeu.

A atuação da mídia ocidental parece estar atrelada à dinâmica da inércia da comunidade internacional, que nos 100 dias de Genocídio, em um primeiro momento negligenciou os pedidos dos oficiais da UNAMIR, e quando decidiu agir, coordenou suas ações de maneira

bastante lenta, enquanto os massacres seguiam em Ruanda, contudo, se destaca que as Nações Unidas e o Conselho de Segurança são compostos por Estados, e que as ações tomadas nesses espaços necessitam da aprovação dos mesmos.

Sendo assim, nesse capítulo serão apresentados as ações da mídia, tanto a mídia doméstica de Ruanda, representados pela rádio RTML e pela revista Kangura, quanto a mídia internacional, representada pelos principais veículos de comunicação ocidentais, é importante ressaltar que a atuação da mídia ocidental deve ser analisada em conjuntura com as ações, ou melhor com a falta de ações da comunidade internacional, pois é provável que esses veículos tenham agido de maneira a legitimar o discurso feito pelos seus países para defender uma não intervenção em Ruanda.

5.1 A “inércia” da comunidade internacional frente ao Genocídio

A Organização das Nações Unidas foi e é até hoje muito criticada por sua conduta em relação a Ruanda, sendo acusada de negligência, isto por que, em 11 de janeiro de 1994 o General de Divisão da UNAMIR, Romeo Dallaire enviou ao Departamento de Operações de Paz da ONU, sediado em Nova York, um fax intitulado: “pedido de proteção de informante”, o informante tratava-se de um integrante da milícia *Interahamwe*, que também era ex-membro da segurança presidencial, o documento enviado contava com detalhes sob os arranjos de um genocídio e também propostas de ações a serem tomadas para evitar o pior. No seguinte trecho do fax enviado à Nova York, consta informações a respeito de ordens suspeitas recebidas pelo informante, além de demonstrar que o informante estaria apto a colaborar para evitar um extermínio, divulgando um esconderijo de armas.

Desde o início da atuação da UNAMIR [o informante] recebeu ordem de registrar todos os tutsis em Kigali, Ele suspeita que seja para extermínio deles. O exemplo que deu é de quem em vinte minutos seu pessoal poderia matar até mil tutsis.

O informante declara que discorda do extermínio dos tutsis. Ele apoia a oposição á FPR, mas não poder apoiar o assassinato de pessoas inocentes. Declarou também que acredita que o presidente não tem controle total sobre todos os elementos do seu velho Partido/Facção.

O informante está preparado para divulgar a localização de um grande esconderijo de armamentos com pelo menos 135 armas (...) (GOUREVITCH, 2006, p. 102 apud REZENDE, 2011, p. 79)

Então, a ONU, obteve, cerca de três meses antes do início dos assassinatos, informações privilegiadas, de um membro do alto escalão da *Interahamwe*, que poderiam ter prevenido os ataques, o que não o fez. Na época, a Chefe de Operações de Paz Kofi Annan respondeu a ao

General Dallaire orientando-o a não prosseguir com nenhuma das ações propostas no fax, e a relatar o conteúdo deste ao presidente Habyarimana, mesmo após o informante ter ressaltado que o planejamento das mortes estava vindo de alas próximas ao presidente, Annan ainda orientou Dallaire a partilhar as informações com os embaixadores da França, Bélgica, e dos Estados Unidos, ademais, como salienta Rezende (2011) não se tem registros de esforços da sede de Operações de Paz no sentido de alertar o Conselho de Segurança das Nações Unidas, tampouco o Secretariado-Geral.

Partilhar as informações com os embaixadores da França e dos Estados Unidos não era uma estratégia que surtiria grandes efeitos. Isso por que, no que tange a atuação estrangeira, durante os primeiros meses da Guerra Civil, o presidente da França havia enviado um contingente de paraquedistas que ajudaram o governo de Kigali a conter os avanços dos rebeldes, mesmo com o auxílio francês, a FPR faria outra investida em janeiro de 1991, ao tomar a cidade natal do presidente Habyarimana, contudo, as tropas francesas conseguiram expulsá-los, indicando uma relação de proximidade da França com o governo de Habyarimana na Guerra Cívil. Para compreender a atuação francesa no conflito em Ruanda é preciso esclarecer os seus atores: havia na França, uma intensa pressão do *lobby* pró-africano para a intervenção do Presidente Mitterrand, esse *lobby* era composto em grande parte por pessoas que haviam participado da administração colonial, e que voltaram à Europa após a Independência, e permaneceram deslocados, para eles, a França era uma comunidade de língua francesa, dessa forma, um ataque a uma país francófono seria um ataque à própria França. (KAPUSCINSKI, 2002, apud DE MENDONÇA, 2013)

Por outro lado, Jean-Christophe Mitterrand, filho do presidente, ocupava, naquele momento, o Comissariado de assuntos africanos do Ministério do Exterior, e também era um grande comerciante de armas. Sendo assim, a presença francesa no conflito foi intensificada, por diferentes interesses, de um lado, pela “obrigação” moral da defesa de um território francófono, haja vista que a maior parte dos rebeldes provinham de Uganda, um território anglófono, por outro lado, pelo interesse na venda de armamentos, e pelo controle da economia do país. (DE MENDONÇA, 2013)

Quando a FPR anunciou sua entrada no Conflito na ocasião do Genocídio, a Força Aérea Francesa desembarcou com seus soldados no Aeroporto de Kigali, a Bélgica anunciou o envio de Forças Expedicionárias, isso por que, com o anúncio da FPR a violência se escalaria para um cenário de Guerra entre dois exércitos treinados, os países temiam pela vida de seus

nacionais, e não confiavam na UNAMIR, que contava com um efetivo de 2.512 homens para a retirada dos estrangeiros. Em uma operação denominada *Amaryllis*, iniciada em 9 de abril, a França se comprometeu com a retirada de todos os estrangeiros que desejassem deixar Ruanda, mas não se comprometeu da mesma forma com nenhum Ruandês, logo essa operação não incluía uma intervenção na situação política e na segurança local. Por parte dos belgas, que por sua vez chegaram em Ruanda no dia 10 de abril, com os mesmo objetivos dos franceses, houve uma certa mobilização no cenário político internacional, o Ministro das Relações Exteriores da Bélgica Willy Claes solicitou que o mandato da UNAMIR fosse alterado, para que assim, os soldados internacionais pudessem intervir militarmente visando conter e cessar os massacres, no entanto a França se opôs a essa ideia, levando a própria FPR a declara que lutaria contra os franceses se assim fosse preciso. (REZENDE, 2011)

Outro fato interessante a respeito do episódio da retirada dos estrangeiros é que o núcleo da Akazu, incluindo a esposa do presidente, e o seu irmão, contaram com o apoio francês para sair de Ruanda, contrariando as orientações da Operação *Amaryllis*, enquanto isso, a retirada dos estrangeiros foi um completo desastre, alguns tutsis que conseguiram entrar nos comboios que levavam os estrangeiros ao aeroporto tiveram sua identidade descoberta e foram assassinados pelas milícias na frente dos soldados belgas e franceses, que nada podiam fazer, se não assistir (REZENDE, 2011)

A França que já tinha uma relação estreita com o governo de Habyarimana, inclusive com o fornecimento de armamentos, adotou uma postura voltada para a tentativa de salvar seus investimentos, bem como o prestígio político e militar, assim tentava justificar o massacre como um mero resultado da fúria popular, acusando a FPR de agressão, para o governo francês a matança poderia ser explicada por razões tribais. Contudo, a imprensa francesa passou a acusar o próprio governo de participar da preparação e da implementação do Genocídio, as autoridades francesas anunciaram envio de uma expedição sob a bandeira da ONU, em junho de 1994, que foi autorizado pelo CSNU, assim em 23 de junho as primeiras tropas da *Operation Turquoise* dirigiram-se ao nordeste de Ruanda, a decisão das autoridades francesas de enviar uma expedição á Ruanda mostrava que finalmente o país estaria engajado em participar ativamente para cessar o Genocídio, no entanto, os porta-vozes das tropas francesas passaram a divulgar a idéia de um duplo Genocídio, isso por que as tropas da FPR provocavam o recuo das tropas ruandesas. A partir de então, o poder Hutu, prevendo uma possível derrota, voltaram sua estratégia para a condução de multidões para o exílio, visando o estabelecimento de um

Estado de refugiados nos campos da ONU, sob a alegação de que os hutus poderiam ser assassinados em represália pela FPR, para isso seriam auxiliados pelas tropas francesas. (DE MENDONÇA, 2013) Assim a *Operation Turquoise*, que aparentemente se tratava de uma ação humanitária, tornou-se aliada do comando genocida, por que procurou transformar sua missão em uma “área protegida” sustentando e dando proteção á lideranças políticas do genocídio, segundo de Mendonça (2013) supostamente o objetivo da ação era garantir a continuidade da matança por mais um mês, para conseguir assegurar uma transferência segura para o Zaire ao governo genocida.

A atuação da França, tanto na Guerra Civil quanto no Genocídio é uma das mais, emblemáticas, em maio de 2021 o presidente francês Emmanuel Macron admitiu a “responsabilidade avassaladora” da França no Genocídio ocorrido em 1994, o presidente destacou que o país não foi cúmplice no massacre, mas sim que falhou em ignorar os avisos do observadores mais lúcidos, no discurso feito em Kigali, em um memorial aonde estão enterradas mais de 250 mil vítimas, Macron assume que a França ficou ao lado do “regime” genocida e que tinha parcela de culpa pela evolução do cenário que provocou o massacre. (Macron: a França tem responsabilidade no genocídio de Ruanda. **DW**)

A França tem um papel, uma história e uma responsabilidade política em Ruanda. Ela tem um dever: O de olhar para história de frente e reconhecer o sofrimento que provocou no povo ruandês, ao privilegiar o silêncio em vez de examinar a verdade por tanto tempo [...] Somente aqueles que sobreviveram àquela noite podem talvez perdoar, e ao fazer isso nos oferecerem o dom do perdão", disse o presidente francês. "Por isso, de forma humilde e respeitosa, estou ao lado de vocês hoje. Vim para reconhecer a extensão de nossas responsabilidades[...] Os assassinos que iam pelos pântanos, pelas montanhas, pelas igrejas, não tinham o rosto da França. A França não foi um cúmplice. ⁴

As falhas francesas no genocídio, foram responsáveis, segundo as palavras de Macron, por “27 anos de amarga distância” nas relações bilaterais dos países, contudo, o posicionamento do Presidente francês, logo após o relatório feito pela França, que concluía depois de dois anos de investigações, que o governo da época foi omissivo, imprudente, e afirmava que a íntima relação de amizade entre Mitterrand e Habyarimana foi determinante para a extensa implicação de todos os serviços do governo francês, inaugurou uma nova fase de entendimentos entre a França e Ruanda, o atual presidente ruandês Paul Kagame disse que o relatório sobre o massacre significava muito para o seu país, e que o discurso de Macron era “mais valioso que um pedido

⁴ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/macron-admite-responsabilidade-da-fran%C3%A7a-no-genoc%C3%ADdio-de-ruanda/a-57688970>

de desculpas”, também completou dizendo que os Ruandeses poderiam “talvez não esquecer, mas perdoar” a França pela sua responsabilidade no morticínio. (Macron: a França tem responsabilidade no genocídio de Ruanda. **DW**)

Ainda no âmbito da atuação externa na ocasião do Genocídio, destaca-se a postura norte-americana acerca do conflito, que optou por não intervir, de fato, quando uma potência do peso dos Estados Unidos no cenário internacional decide por não intervir, o peso de tal decisão tem efeitos equivalentes à quando o país decide pela intervenção. Nesse sentido, podemos inferir que a omissão, a não interferência, o não posicionamento, também funciona como uma espécie de posicionamento, uma vez que tal decisão teve os seus efeitos sentidos pelos indivíduos em Ruanda.

As raízes da postura estadunidense aludem ao estabelecimento de uma nova ordem mundial. Com o fim da Guerra Fria, e com a liderança do país no sistema internacional, a derrocada da União Soviética, significou para muitos estudiosos uma vitória incontestável do capitalismo, e de seu representante máximo os Estados Unidos. Assim o colapso da União Soviética conferiu ainda um maior prestígio aos Estados Unidos, e provocou reorientações políticas, logo no início da década de 1990 foram elaborados documentos oficiais pela Casa Branca explanando sobre uma mudança no planejamento estratégico norte-americano, o planejamento estratégico não era mais voltado para o combate de uma ameaça global- a ameaça socialista, mas sim para as chamadas ameaças regionais, essas ameaças estariam instaladas, na sua maioria, em países subdesenvolvidos, como Iraque, Coreia do Norte, e Irã, ou nos chamados *Estados Falidos*, como é o caso da Libéria e da Somália. (OLIVEIRA, 2009 apud ARAÚJO, 2012)

O cenário do pós-Guerra Fria traz aos Estados Unidos uma nova concepção para lidar com ameaças, que agora não se concentram mais na guerra nuclear e, sim, em questões como o terrorismo, conflitos nacionais com motivações étnicas, religiosas ou por disputas de poder. Desse modo, todo o aparato antes criado para enfrentar a ex-União Soviética será a partir desse momento utilizado na Guerra do Golfo (1991), que foi a primeira grande vitória dos Estados Unidos depois do fracasso na Guerra do Vietnã — e passa a imperar a Estratégia de Defesa Regional (RDS — Regional Defense Strategy) (ARAÚJO, 2012, p. 58)

Araújo (2012) destaca que a concepção de Segurança Nacional dos Estados Unidos passou por diversas mudanças ao longo da história da nação, e utiliza como exemplo o período após a Independência: durante o governo do presidente Washington, dois fatores eram basilares para a segurança dos Estados Unidos: a questão da segurança dos limites territoriais, por conta da cerca presença de outras potências, como os ingleses no Canadá, a França no sul dos Estados

Unidos, e a Espanha que estendia suas colônias da América do Norte até o extremo sul da América; e a questão da preservação da unidade das ex-colônias que compunham a nova nação era o ponto essencial para a Segurança Nacional, pois a unidade política permitia a manutenção da Independência e da liberdade de ação diante dos demais países. Esses pilares para a manutenção da Segurança Nacional só seriam alterados em 1820, ano em que os ingleses aceitaram a situação política dos EUA, de maneira a descaracterizar os ingleses como ameaça. Sendo assim, historicamente, mudanças no cenário e na política internacional mudaram as percepções e as demandas relativas à segurança nacional, o que ocorreu no período seguinte a Guerra Fria, mais uma vez a concepção de segurança nacional havia se alterado, o “novo padrão” era orientado por:

a) a sobrevivência dos Estados Unidos como uma nação independente e livre, com instituições e valores reforçados e com segurança garantida à sua população;

b) uma economia forte que permitisse a redistribuição de oportunidades no âmbito individual e com possibilidades de gerar recursos necessários ao cumprimento de compromissos internos e externos, e, desse modo, as instituições democráticas pudessem se desenvolver (OLIVEIRA, 2009, p. 123-124 apud ARAÚJO, p. 58-59)

O próprio ex-presidente americano George W. Bush anunciava que o pós-1991 constituiria uma “Nova Ordem Mundial”, um novo cenário internacional que viria em substituição à antiga ordem bipolar, a nova ordem era mais complexa, o fim da disputa bipolar e das preocupações típicas daquele período como o terror nuclear deixaram de ser o centro da agenda de segurança internacional, dando espaço à criação de uma agenda de segurança que incluía questões ambientais, os direitos humanos, o combate ao tráfico de armamentos e drogas. Bush apresentou também a visão de “paz duradoura”, sendo esse o objetivo principal dos líderes dos Estados Unidos, contudo, tal projeto deveria contar com auxílio das Nações Unidas e dos países aliados. (ARAÚJO, 2012)

Mesmo com o fim da Guerra Fria houve a permanência dos antigos conflitos, dos territórios e zonas de influências, do embate nuclear, bem como da disputa entre o capitalismo e o socialismo, configurando uma Nova Ordem Mundial ainda mais complexa que a anterior, com o desenvolvimento de novos conflitos, dessa forma argumenta Araújo (2012) que passou a existir nas Relações Internacionais uma maior preocupação com os aspectos morais, como a preservação dos direitos humanos, e a garantia do bem-estar da população mundial.

O estabelecimento de novas agendas de segurança, com foco nas questões humanitárias propiciou uma explosão de missões de paz, as operações de paz foram, sobretudo, ações

determinadas no Conselho de Segurança para resolver alguns conflitos remanescentes da Guerra Fria, e apesar de não serem um instrumento perfeito, tornaram-se populares, uma vez que se mostraram eficazes, como no caso da Namíbia e do Camboja. Considerando esse cenário com o status dos Estados Unidos de líder no sistema Internacional, o país se apresentou de maneira mais ativa no que tange às questões relativa a manutenção de missões de paz, e intervenções militares, a maneira que os Estados Unidos se mostravam mais dispostos a intervir a Europa voltava-se para questões internas, e reduziu os gastos militares. (ARAÚJO, 2011) Em síntese, a derrocada soviética revelou o grande poderio militar norte-americano, assim, no imediato pós-guerra Fria o mundo assistiu os Estados Unidos levar sua máquina militar para diversas regiões como no Panamá, na Guerra do Golfo, na Bósnia, no Kosovo e na Somália.

Se com o desmoronamento da União Soviética os Estados Unidos se engajaram ativamente nas questões das operações de paz, então o que explica a postura estadunidense relativa ao Genocídio em Ruanda? A resposta é a questão da Somália. O mundo assistiu as missões de Paz da ONU perderem credibilidade com o fracasso na Bósnia, mas o fracasso da missão UNOSOM, na Somália foi ainda mais sério para os Estados Unidos, pois, em 3 de outubro de 1993, cinco semana antes do estabelecimento na UNAMIR em Kigali, dezoito soldados norte-americanos foram mortos por milícias somalis, e logo, as imagens dos corpos dos soldados sendo arrastados pela capital Mogadíscio correram pelo mundo, causando um forte impacto no governo do então presidente Bill Clinton, e erodindo o apoio da opinião pública à continuação da atuação dos EUA na África de uma maneira geral.

Como a decisão para o estabelecimento da UNAMIR já havia sido tomada anteriormente ao episódio na Somália não havia o que ser feito pelos Estados Unidos. Mas em outra oportunidade o país demonstrou seu descrédito na missão. Em 5 de abril de 1994, apenas um dia antes do início do Genocídio, foi discutido em uma reunião do CSNU a extensão do mandato da UNAMIR por mais seis meses, os Estados Unidos discordavam da prorrogação e defendiam uma retirada completa da missão, sob a alegação de que os processos democráticos estavam lentos demais, contudo, o Conselho de Segurança acabou concordando com a prorrogação do mandato, mas determinava a retirada das tropas caso o governo de transição ainda não estivesse totalmente operante no final do novo período determinado (BELLAMY et al apud REZENDE 2011)

Os Estados Unidos também agiram de maneira a desacelerar a tomada de decisões para ações de enfrentamento dos massacres, em 21 de abril, diante do Genocídio, o General Dallaire

solicitou á ONU o envio de mais 5 mil homens, com carta branca para agir, contudo, no mesmo dia o CSNU se reuniu decidindo reduzir o contingente da UNAMIR em 90%, o que corresponderia a apenas 270 homens restantes. De Mendonça (2013) entente que essa decisão pode ser considerada a maior vitória do poder hutu, e deve ser creditada aos EUA que, considerando a "Síndrome da Somália", havia em outubro de 1994 editado um decisão presidencial que basicamente consistia em apontar razões para evitar o envolvimento estadunidense em missões de paz da ONU, por esses motivos, mesmo quando o CSNU finalmente atendeu ás solicitações de Dallaire aprovando o envio de 5.500 homens, os EUA conseguiram impor restrições, de tal forma que os envios ocorreram de maneira muito lenta.

A morte da Habyarimana propiciou não somente o início imediatos dos massacres, mas também provocou um rearranjo da guerra cívil que já havia acabado com o cessar-fogo, assim a UNAMIR tinha as suas possibilidades limitadas por alguns motivos: foi uma missão instalada em 5 de outubro de 1993, dois meses após o cessar-fogo entre a FPR e o governo ruandês, então seu mandato limitava-se a monitorar o cumprimento do cessar-fogo e auxiliar no processo de transição do governo, ou seja limitava-se a mediação entre as partes, sem possibilidade de uso da força, a UNAMIR também tinha suas debilidades em questões de recursos, principalmente referente ao número de tropas, o comandante da missão Romeo Dallaire estimava em 5.500 a quantidade ideal do efetivo de tropas para o pleno desenvolvimento da UNAMIR, enquanto o Conselho de Segurança, a fim de evitar custos aprovou apenas o envio de 2.500 soldados. (CARPANEZZI, 2008)

Segundo Capanezzi (2008) o estabelecimento da UNAMIR como uma força de paz internacional que se comportou mais como testemunha das atividades de extrema violência que se desdobraram no país, sem qualquer capacidade de ação acabou por colocar em questão as intenções buscadas pela atuação da ONU em Ruanda, quanto a legitimidade da missão, além disso a autora discorre que “uma parte da literatura sustenta que o estabelecimento da missão da ONU, tal como ocorreu, representou incentivo aos perpetradores do Genocídio, dada sua incapacidade de reação” (GRUNFELD, 2007 apud CAPANEZZI, 2008, p. 51)

O Secretário-Geral da ONU Boutros-Ghali apresentou, uma proposta para intervenção armada em Ruanda, no dia 13 de maio, o CSNU estava se preparando para votar na resolução que restauraria o poderio da UNAMIR, no entanto, a Secretaria de Estado dos EUA: Madeleine Albright conseguiu adiar por quatro dias a votação, por fim em 17 de maio a resolução 918 foi aprovada pelo CSNU, a resolução previa o envio de 5.500 homens que operavam sob a égide

do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, assim, as tropas poderiam intervir nos massacres com o uso da força, apesar disso, a força internacional só seria implantada três meses depois. Logo em seguida, no mês de junho, oito países africanos decidiram pelo envio de forças de intervenção a Ruanda, mas sob a condição de que os norte-americanos contribuísem com cinquenta carros blindados, Clinton na época, concordou, mas os veículos ao invés de serem emprestados aos países africanos foram arrendados à ONU (GOUREVITCH; 2006; PRUNIER; 1995 apud REZENDE, 2011)

Carpanezzi (2008) defende que a incapacidade da UNAMIR de conter a violência consistiu em uma impotência para conter, em um mesmo momento o rearranjo da Guerra Civil e o Genocídio, a autora explica também que a Guerra Cível e o Genocídio foram acontecimentos que se encontraram em vários momentos, e que os contornos de um e de outro conformam até os dias atuais uma certa “zona cinzenta” (p. 52), dessa forma:

A existência deste certo espaço de indefinição tem servido, desde então, a propósitos políticos variados por atores responsáveis, de uma ou outra forma pelas atrocidades. Assim, por exemplo- e como será melhor abordado no capítulo terceiro desse trabalho-, O Conselho de Segurança referiu-se oficialmente aos assassinatos em Ruanda como resultados de uma Guerra Civil entre forças rebeldes e o governo, de forma a evitar a menção do Genocídio por meio da menção de outro evento igualmente real. (CARPANEZZI, 2008, p. 52)

Somente no início de junho o Secretário Geral da ONU, e o Ministro do Exterior da França classificaram como Genocídio os massacres em Ruanda, a Comissão de Direitos Humanos da ONU, por sua vez, dizia que se tratava de um “possível Genocídio”, já os EUA afirmavam que “atos genocidas podem ter ocorrido” (REZENDE, 2011). Essa simples frase de que atos genocidas podem ter ocorrido é recheada de subjetividades, pois ela já presume uma dúvida, e não elucida verdadeiramente os fatos, a utilização da conjugação “ocorrido” também já presume uma ideia de que esses atos, além de poderem ser isolados, também ficaram no passado, como se não houvessem sido praticados do início ao fim do período.

Na verdade, é importante ressaltar que os Estados Unidos tiveram razões suficientes para não afirmarem que o que ocorria em Ruanda se tratava de um Genocídio. Para entender melhor/ a posição norte-americana é preciso observar a Diretiva de Decisão Presidencial 25 (DDP24) de 3 de maio de 1994, a DDP 25 continha razões para que os EUA evitassem o envolvimento em missões de paz da ONU, além disso, o documento tinha ainda, a intenção de influenciar outros países, dessa forma as missões sob os auspícios das Nações Unidas deveriam passar por revisão, o DDP 25 redefiniu as bases para o envolvimento direto dos EUA em

missões humanitárias, que deveria ocorrer apenas em última instância. Isso se deve em grande parte pelo ocorrido na Somália, Ruanda, então, colheu os frutos dos receios norte-americanos em relação a vida de seus soldados, e segundo Rezende (2011, p. 84) “a diretiva em questão fez de Ruanda seu primeiro teste”.

A porta-voz do Departamento de Estado dos EUA Sra. Shelby foi, por diversas vezes, questionada a respeito da não-utilização do termo Genocídio, a porta-voz deu diversas explicações sob a não utilização do termo, no entanto Gourevitch (2006 apud REZENDE, 2011) afirma que Sra. Shelby chegou um pouco mais perto da resposta correta quando declarou rejeitar a denominação genocídio porque “há obrigações que aparecem em conexão com o uso do termo”, o que ela se referia era, que caso se tratasse de um Genocídio, a Convenção de 1948 para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, exigia que as partes contratantes agissem, conseqüentemente, os EUA estariam coagidos a reagir o que não queriam fazer.

Araújo (2012) comprova o descrito acima ao trazer um trecho do memorando do Pentágono, que alertava contra uso do termo Genocídio para descrever a situação ruandesa, pois a luz do Tratado de 1948, isso poderia obrigar legalmente as Nações Unidas, e por extensão os Estados Unidos a intervir: “A conclusão de que está havendo um genocídio pode comprometer o governo dos Estados Unidos a realmente 'fazer algo'”(p. 67) é o que se alerta no documento. Fato que se conecta diretamente com a fala da porta-voz do Departamento de Estado, assim, como Washington, por razões já abordadas, não queriam intervir, fazia de conta de que não se tratava de um Genocídio.

5.2 A “ação” da Mídia Ocidental na cobertura do Genocídio

Observando as condutas seguidas pelos tomadores de decisão das principais potências envolvidas, e a própria insuficiente atuação das Nações Unidas durante o Genocídio, surgem algumas dúvidas. Como se encontrava a Sociedade Internacional, e a opinião pública nesse período? Como os cidadãos do mundo percebiam os fatos de Ruanda? A opinião pública se engajou em pressionar os líderes internacionais para uma solução acerca do Genocídio?

Nessa altura da pesquisa que entra a cobertura da mídia internacional, representada pelos principais veículos de comunicação ocidentais, durante o Genocídio, uma vez que a hipótese desse trabalho é que a mídia internacional juntamente com a mídia nacional agiu como um elo perfeito para resultar em um Genocídio de grandes proporções. Assumimos também a hipótese de que a inércia da comunidade internacional em relação a uma atuação mais efetiva

no Genocídio encontrava respaldo nas matérias produzidas pela mídia ocidental, que muitas vezes tratavam o Genocídio de maneira reducionista, não elucidavam as verdadeiras causas, num descomprometimento total com o passado histórico ruandês, e acabaram por incutir no seu público a ideia errônea, e até mesmo preconceituosa de que o que ocorria em Ruanda era só mais um conflito étnico, dos tantos que perpassava o continente africano, assim, como se tratava de uma realidade do continente, de uma cultura comum, conjuntamente ao contexto de desengajamento da ONU nas operações de paz propiciado pelo fracasso de experiência anteriores, a opinião pública acreditava que não havia por que a ONU e as potências ocidentais intervirem.

Rezende (2011) a partir da análise de fontes primárias referente a cobertura do Genocídio dos seguintes veículos: Jornal *The New York Times*, Jornal *The Whashington Post*, Revista *Newsweek*, e a *Time Magazine*. Os veículos foram escolhidos pela autora, primeiramente, por serem norte-americanos e terem ampla audiência no país até hoje, a seleção desses meios de comunicação se justificou também por sua ampla circulação internacional, as fontes foram acessadas in loco na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, na cidade de Whashington D.C., em 30 de agosto de 2010. A temporalidade pesquisada pela autora foi 112 dias, de 1 de abril a 31 de julho de 1994, datas respectivas alguns dias antes do início do Genocídio ao seu fim. Foram analisadas ao todo pela autora 44 textos completos, e 665 amostras que se tratavam de um título+resumo, conforme a tabela abaixo:

Tabela 2: Artigos por campo

Veículo	Número de artigos analisados por campo (título, resumo e texto completo do artigo)	
	Texto completo	Título+resumo
Jornal <i>The New York Times</i>	11	427
Jornal <i>The Washington Post</i>	8	238
Revista <i>Newsweek</i>	10	*
<i>Time Magazine</i>	15	*
Total	44	665

* Para as revistas, os artigos foram todos analisados na íntegra – *full-texts*.

Depois de analisar o conteúdo dos artigos Rezende (2011) desenvolveu algumas categorias para o material coletado, são elas:

- a. NA: Não aplicável. Diz respeito aos artigos nos quais Ruanda não foi o tema central abordado;
- b. AR: Artigo resumo. Em geral pequenos artigos que continham um resumo da situação de Ruanda, muitas vezes categorizados como summary news;
- c. AI: Artigo meramente informativo. Esta categoria incorporou artigos que abordam informações pontuais sobre os acontecimentos em Ruanda, onde se notou ausência de análise da situação e opinião sobre o conteúdo publicado
- d. IN: Imagem negativa. Abordagem relacionada á corrente afro-pessimista, que tratou os desafios de Ruanda e/ou África, de maneira generalizada, como caos sem solução, padrão conflituoso constante
- e. SR: Simplificação reducionista. Os artigos classificados dessa forma utilizaram termos que denotam desconhecimento do contexto histórico, político e econômico e/ou que tendem simplificar a explicação de forma reducionista. Ambos os casos contribuíram no processo de desinformação. Alguns exemplos frequentes no material analisado são a utilização de: guerras tribais, tribos hutus e tutsis, conflito étnico, guerra civil, anarquia. Há tantas confusões nessa categoria que as palavras tribos e etnia são utilizadas, largamente, na mesma reportagem como sinônimas;
- f. SS: Sensacionalista. Foco exacerbado em pormenores de desgraças individuais ou coletivas, bem como no heroísmo de determinados atores. Os artigos assim classificados possuem a característica de desconsiderar os contextos relativos aos assuntos tratados;
- g. BP: Boa prática. Artigos que abordam de modo adequado, o contexto do genocídio ruandês, tanto histórica quanto quanto politicamente. Uma das questões mais prementes no material classificado dessa materia foi a assimilação do conceito de Genocídio aos acontecimentos no país, bem como a indentificação e a diferenciação dos atores envolvidos nos fatos retratados.

A tabela seguinte traz a quantidade de artigos de cada veículo enquadradas nas respectivas categorias:

Tabela 3: Artigos por categoria de análise

Veículo	Número de artigos por categoria de análise							Total
	NA	AR	AI	IN	SR	SS	BP	
Jornal <i>The New York Times</i>	135	81	104	10	58	48	2	438
Jornal <i>The Washington Post</i>	89	-	47	6	78	23	3	246
Revista <i>Newsweek</i>	-	1	-	1	4	4	-	10
<i>Time Magazine</i>	1	6	-	2	2	4	-	15
Total	225	88	151	19	142	79	5	709

A partir da elaboração das categorias de análise e do enquadramento dos artigos nelas Rezende (2011) entende que a maioria dos artigos válidos sobre Ruanda estão atrelados a aspectos que prejudicam a compreensão dos fatos ocorridos no país, e considera ainda que o prejuízo desse entendimento, ou melhor, “mau” entendimento teve implicações diretas nas políticas adotadas pelos Estados no âmbito Internacional para a resolução do conflito em Ruanda. Essas considerações estão baseadas no fato de que as categorias de “Imagem

Negativa”, “Simplificação reducionista”, e “Sensacionalistas” - consideradas as categorias que mais espalharam a desinformação- somam juntas 240 dos 484 artigos que abordam a situação ruandesa.

A seguir, a autora traz alguns exemplos das categorias de “Boa prática”, que representa uma abordagem adequada e da categoria “Sensacionalista”, considerada exemplo máximo de uma abordagem desinformativa. Como exemplo de “Boa prática” jornalística, a autora traz dois artigos, o primeiro do jornal *The New York Times* intitulado “Não descarte a violência ruandesa como étnica” e o segundo do jornal *The Washington Post*, intitulado “O genocídio de Ruanda não é violência tribal aleatória”.

Segue o conteúdo que acompanha o primeiro artigo “Não descarte a violência em Ruanda como étnica” apresentado por Rezende (2011) com tradução própria.

“No entanto, a violência inicial decorrente da queda do avião em que o presidente Juvenal Habyarimana foi morto foi baseada politicamente e não etnicamente; membro da linha dura do governo aproveitou a oportunidade para eliminar os críticos progressistas, tanto hutus quanto tutsis. Não vamos agravar os danos descartando a violência em Ruanda como "a mais recente convulsão em décadas de guerra étnica". A comunidade internacional deve encontrar um meio de proteger os inocentes e acabar com a carnificina” (p. 93)

O próprio título do artigo já chama a atenção, pois ele soa como uma orientação, “Não descarte a violência em Ruanda como étnica”, mas leve em considerações os fatos seguintes- o próprio texto do artigo- que foram dispostos de maneira que o leitor consiga entender melhor o cenário político no qual o Genocídio foi implementado.

O artigo do *The Whashington Post* intitulado “O genocídio em Ruanda não é violência tribal aleatória” apresenta o seguinte conteúdo:

Relatar o genocídio perpetrado pelos guardas presidenciais e pelo auto proclamado governo interino como um mero "conflito étnico" é como relatar o extermínio nazista de um judeu europeu indefeso como um conflito entre a "tribo alemã" e a "tribo judaica". " sem ninguém conseguir descobrir quem são os assassinos e quem são as vítimas.

O texto acima faz algumas críticas aos veículos de comunicação de massas Internacionais, que reiteradamente propagavam algumas noções equivocadas a respeito do genocídio de Ruanda, expondo as simplificações tipicamente por eles adotadas, e ao utilizar o recurso de transpor uma situação do passado- o Holocausto- mostra a gravidade da argumentação de que se tratava de um conflito meramente étnico, exigindo de certa forma uma

maior responsabilidade da imprensa. Contudo, conforme apontou o estudo de Rezende (2011), infelizmente este tipo de abordagem não era a mais frequente.

O artigo abaixo de 3 de maio de 1994 retirado do *The New York Times* intitulado “Horror em Ruanda: Vergonha nas Nações Unidas” foi enquadrado na categoria de "Sensacionalista", onde o conteúdo foca em aspectos que não contextualizam a situação, servindo para apenas chocar pelas descrições da total desgraça humana: “agravando o horror está a ameaça de pestilência e fome em Kigali, a capital de Ruanda, à medida que corpos mutilados se acumulam no rio Kagera, que flui para a vizinha Tanzânia a uma taxa de 24 corpos a cada hora”. Mesmo que pelo título o artigo pareça responsabilizar as Nações Unidas pela situação em Ruanda, o conteúdo pouco faz além de relatar a caos, não aborda os responsáveis diretos pela execução do Genocídio, não pressionando a comunidade internacional.

Seguindo ao exemplo de “Imagem negativa”, o artigo publicado em 3 de junho de 1994 pelo jornal *The Washington Post* intitulado “Entendendo Ruanda Errado”:

“Tanto o autoproclamado governo de Ruanda, que armou os esquadrões da morte que estão fazendo a matança étnica, quanto os combatentes rebeldes da Frente Patriótica Ruandesa, não querem parar de lutar até que possam terminar o genocídio ou dominar militarmente. Pode ser tarde demais para salvar os tutsis de Ruanda. Após três semanas de assassinatos sistemáticos que devem ser chamados de "genocídio", provavelmente podemos aprender algumas lições para a "nova ordem mundial" que parece estar nos escapando”

O artigo acima ao afirmar que nenhum dos dois lados do conflito querem por um fim ao conflito, relativiza os ocorridos, como se não fosse possível determinar quem são as vítimas, uma vez que cada lado está empenhado em fazer cumprir seus objetivos, além de relativizar o próprio Genocídio pelo uso das aspas na palavra, tudo isso em um período avançado do massacre, vale a ressalva de que o autor desse artigo é Herman Cohen, um ex funcionário do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Embora pareça uma estranha coincidência que o autor do artigo- que de certa forma representa a conduta americana de evitar o uso da palavra Genocídio- fosse ex-funcionário do Departamento de Estado dos EUA, não se pode afirmar que os jornalistas tenham elaborado esses artigos, com um caráter pouco informativo, de propósito, visando alinhar a opinião dos seus receptores com a conduta seguida pelos EUA no que tange às ações para o combate ao Genocídio. Devemos sempre considerar que a elaboração e publicação de tais artigos possam ser apenas um reflexo da péssima visão que o mundo, e especialmente os ocidentais, tem a

respeito do continente Africano, ou consequência da falta de um ensino coerente e ordenado da história do continente africano, para não cometer essas típicas generalizações e reducionismos.

Mesmo que prevaleça a dúvida a respeito da conduta dos jornalistas, devemos também os responsabilizar, pois ao atuarem nos principais veículos de comunicação de uma nação, devem assumir as responsabilidades de serem potenciais formadores de opinião, e deveriam buscar sempre estarem atualizados para assim transpor os fatos de maneira condizente e honesta com a realidade posta. A obra de Thompson (2007) apresenta reflexões de diversos autores a respeito dos meios de comunicação de massa durante o Genocídio, a proposta do autor era promover uma reflexão acerca das responsabilidades dos atores midiáticos em situações de conflito, Thompson entende que uma cobertura midiática mais adequada- aquela feita de maneira focada e persistente-, poderia ter feito a diferença para uma intervenção para o fim da violência iniciada em abril de 1994.

Por fim, segundo Rezende (2011) uma série de fatores contribuiu para o resultado final do Genocídio: primeiramente, os meios de comunicação de massa internacionais entenderam de maneira equivocada a natureza do conflito, após isso, muitos desses veículos se focaram na cobertura da retirada de estrangeiros do país, e por fim, em meados de abril de 1994, quando os massacres, e os combates entre as duas forças, atingiram seu ápice, o volume de notícias a respeito de Ruanda sofreu uma queda por conta da retirada de muitos jornalistas do local.

A próxima sessão irá discorrer sobre a influência da mídia nacional ruandesa, em especial a rádio RTML e a revista Kangura, com o objetivo de esclarecer quais foram as ações tomadas por esses veículos a partir do início do Genocídio.

5.3 A mídia nacional de Ruanda: os efeitos da Revista Kangura e da Rádio RTML

Conforme visto anteriormente, os veículos de comunicação domésticos tiveram um papel importante na preparação do Genocídio em Ruanda, a partir da difusão de noções distorcidas que colocavam todos os tutsis como um “inimigo comum”, e conseqüentemente deveriam ser combatidos, para o bem dos hutus no país, atrelando tanto a FPR quanto os tutsis “comuns” a um passado colonial onde os hutus foram subulgados e marginalizados da sociedade pela questão do acesso às terras, que por sua vez passaram a ser na sua grande maioria terras destinadas à aristocracia rural pela crescente demanda de produção da monocultura do café. As técnicas utilizadas pelas principais redes de comunicação do país consistiam em acessar um

passado de exploração vivida pelos hutus, e pelo medo da volta desse passado, conseguir conduzi-los para a “solução final”

Segundo um relatório a respeito da propaganda e da prática genocida feito pela ONG *Humans Right Watch*⁵ desde 1990, com o primeiro ataque da FPR, os ruandeses, num geral- hutus e tutsis- sentiam-se assustados e ameaçados pelo conflito que se desenrolava: os tutsis recordavam os assassinatos ocorridos em represália às incursões de grupos refugiados na década de 1960 e temiam que se tornassem alvos novamente, já os hutus lembraram dos massacres de milhares de hutus por tutsis no vizinho Burundi em 1972, 1988, e 1991, e portanto temiam assassinatos em escala semelhante pelos membros da FPR, nesse cenário de temor que se encontrava grande parte da população ruandesa comum. As autoridades, por sua parte sabiam que a FPR havia reduzida pelas baixas já nos primeiros meses de conflito, e chegava á um número inferior à metade do exército ruandês, eram conscientes também que seu exército recebia grande apoio com armas, soldados e treinamento das tropas francesas. Mesmo assim com o conhecimento da situação favorável que o governo enfrentava no conflito com a FPR “eles poderiam ter colocado o perigo em perspectiva e acalmado a população”, optaram por não o fazer, em vez disso:

Habyarimana e seus conselheiros exageraram o risco na esperança de aumentar o apoio para si próprios. Como disse um ruandês: “Com a invasão, os políticos começaram a bater o tambor”. O tambor era tanto um sinal usual de ataque quanto o instrumento usado para manter todos os dançarinos se movendo no mesmo ritmo. (HUMAN RIGHTS WATCH, 1999, s/p)²

Dessa forma, sob a égide de uma recém estabelecida liberdade de imprensa, os propagandistas passaram a semear o ódio e a suspeitas semeadas por Habyarimana e seus funcionários mais próximos, passaram a espalhar desde mensagens mais discretas a conclusões sobre o inimigo, apresentadas no memorando militar de 21 de setembro de 1991, esses propagandistas desenvolveram repetidamente os mesmos temas, antes, durante e até após o genocídio.

As semelhanças entre essas mensagens vão além de compartilharem o mesmo meio cultural, outras semelhanças técnicas sugerem uma coordenação deliberada entre os propagandistas e funcionários do governo, um documento intitulado “*Note Relative à la Propagande d'Expansion et de Recrutement*”, foi mimeografado e encontrado na prefeitura de Butare, sede da província de mesmo nome no centro-sul de Ruanda, tal documento consiste em

⁵ Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/1999/rwanda/Geno1-3-10.htm>

um manual, onde um propagandista ensina os outros a como influenciar o público de maneira mais eficaz, o autor da nota, que estudou em nível universitário, apresentava uma análise detalhada do livro *Psychologie de la publicité et de la propagande*, de Roger Mucchielli, publicado em Paris em 1970.

Em tal nota o autor afirma estar transmitindo as lições que aprendeu com o livro, que por sua vez foram extraídos de Lenin e Goebbels, assim defende o uso de mentiras, exageros, ridicularizações e insinuações para atacar o oponente, no caso, os tutsis, seja em sua vida pública ou privada, sugere também que as considerações morais eram irrelevantes, exceto nos casos em que oferecem mais uma arma contra os oponentes, adverte que é importante não subestimar a força do inimigo nem superestimar a inteligência do público visado pela campanha, os objetivos dos propagandistas devem ser conquistar aqueles descomprometidos com a causa, e causar divisões entre aqueles que apoiam o outro ponto de vista, além de persuadir o público alvo da propaganda, que o adversário representa a guerra, a morte, a escravidão, a repressão, a injustiça, e a crueldade sádica. Parece que as instruções foram muito bem absorvidas pelos propagandistas radicais hutus, que se empenharam em associar os tutsis, dentro e fora de Ruanda (membros da FPR) de serem representantes do passado onde a maioria era reprimida e injustiçada por uma minoria privilegiada.

Para mais, o propagandista propõe outras duas técnicas que se tornariam muito utilizadas em Ruanda: “criar” eventos para dar credibilidade à propaganda, essa tática não é honesta, mas funciona bem, desde que o engano não seja descoberto. Segundo o propagandista, o “ataque” a Kigali em 4 e 5 de outubro de 1990 (ao qual o governo ruandês disse que conseguiu neutralizar as forças rebeldes da FPR, mas estas nem sequer atacaram Kigali nessa ocasião) foi um evento tão “criado”, como outros: a descoberta relatada de armas escondidas, a passagem de um estranho com uma bolsa misteriosa, a descoberta de equipamentos de comunicação por rádio – que foram exploradas mais tarde, especialmente durante o genocídio, a segunda proposta do propagandista é chamada de “Acusação no espelho”, nela, se acusa o inimigo de planejar exatamente aquilo que os seus próprio planejam fazer, assim: “a parte que está usando o terror acusará o inimigo de usar o terror.” com isso, os propagandistas podem persuadir os ouvintes que estão sendo atacados e têm justificativa para tomar quaisquer medidas necessárias sua própria e legítima defesa.

O relatório destaca que essas táticas funcionaram extremamente bem, seja em casos específicos como o de Bugesera em março de 1992⁵, quanto na campanha mais ampla de

convencer os hutus que os tutsis planejavam o seu extermínio, contudo, o relatório frisa que: “Não há provas de que funcionários e propagandistas que “criaram” eventos e fizeram “acusações no espelho” estivessem familiarizados com esse documento em particular, mas eles usaram regularmente as técnicas que ele descrevia” (s/p)

Desde a primeiro ataque da FPR ao território Ruandês, em outubro de 1990, os veículos de comunicação ruandeses passaram a lançar ataques de ódio contra o grupo opositor e os tutsis num geral, o relatório da *Humans Right Watch* tachava o jornal Kangura como “uma das vozes mais virulentas do ódio”, ao meio impresso logo se juntaram outros jornais e revistas, que receberam o apoio das autoridades e empresários ligados ao regime, o relatório destaca que pelo menos onze dos quarenta e dois periódicos fundados em 1991 estavam ligados ao clã *Akazu*, grupo político intimamente ligado ao governo de Habyarimana, cujo uma das figuras mais importantes era a própria esposa do presidente.

Considerando que, segundo o relatório, cerca de 66% dos ruandeses eram alfabetizados, e os jornais que eram editados e vendidos nas capitais eram levados aos morros pelos trabalhadores urbanos que residiam em Kigali e costumavam a ir pra casa aos finais de semana, assim aqueles que sabiam ler costumavam a ler para os outros, e muitas vezes, a palavra escrita era enfatizada com desenhos, que conforme o relatório da ONG, eram tão gráficos que dificilmente poderiam ser mal interpretados. A difusão do radicalismo hutu por meio das rádios se encarregou de atingir aqueles que não eram contemplados pela lógica descrita acima, dessa forma, “O rádio se tornaria ainda mais eficaz em transmitir a mensagem de ódio direta e simultaneamente a um público amplo.”, antes do início da guerra Ruanda contava com apenas uma rádio, a nacional Rádio Ruanda, e ouvir a rádio era uma distração popular entre pessoas comuns e elite, estima-se que em 1991 cerca de 29% das casas contavam com um aparelho de rádio, já no início do Genocídio o número desses aparelhos era muito maior, e as pessoas que não tinham rádios ouviam programas no bar local ou recebiam informações dos vizinhos.

Alguns estudiosos do tema midiático em Ruanda chamam atenção para o fato de que grande parcela da população ruandesa não sabia ler nem escrever, no período que antecedeu o genocídio, se consolidando como um importante meio de transmissão de mensagens do governo para a população comum, em 1992 foi registrado o primeiro uso da rádio para a promoção direta de assassinatos de tutsis, por meio da Rádio Ruanda, na localidade de Bugaresa, o alcance dessa incitação, segundo Rezende (2011) “demonstrou a importância do controle dos meios de comunicação em massa” (p. 97).

Vale ressaltar que os Acordos de Arusha reconheciam as contribuições da propaganda exercidas pelas rádios ruandesas para a tensão entre as partes no decorrer da Guerra Civil, assim como ficava acordado, com a assinatura dos acordos, em 1993, o fim dessa conduta propagandista. (REZENDE, 2011) Os acontecimentos após a assinatura do acordo impediram que fosse cumprida as disposições do acordo, e a campanha de eliminação dos tutsis pode, finalmente, iniciar, com o início dos assassinatos, as redes de comunicação não pararam de incitar os atos, e colaboraram para a manutenção do genocídio pelos 100 dias que se seguiram.

Com a morte de Habyarimana, e o início dos massacres, a situação política era bastante confusa, na noite de 7 para 8 de abril os Coroneis Bagesora e Rwagafilita reuniram um *Comité de Salut Public* para o estabelecimento de um governo provisório, em 9 de abril, ainda na fase inicial do Genocídio em Kigali, a Rádio Ruanda anunciou a composição de um novo governo interino, o governo não era formado por nenhum extremista, apesar disso não há registros que seus componentes tenham protestado contra os massacres ou tenham se empenhado em alguma ação independente para limitar os assassinatos. Em 6 de abril o diretor da Rádio Ruanda, membro de um partido da oposição saiu de Ruanda, e a rádio nacional passou a ser usada juntamente com a RTML para incitar e direcionar os assassinatos em todas as áreas de Ruanda, inclusive naquelas que de imediato apresentaram alguma resistência, a RTML direcionou esforços contra os belgas que participavam da UNAMIR, e passou a acusa-los de participar do atentado que matou Habyarimana. (REZENDE, 2011)

As rádios foram largamente utilizadas como um meio de instrução para os perpetradores do Genocídio, mas também pelas rádios eram dadas ordens, até mesmo quando era necessário limitar a violência, Rezende (2011) utiliza a exemplo disso quando da visita do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, nessa ocasião, por meio da RTML circulava a ordem de que os ataques deveriam ser evitados. O objetivo dessa ação era de deixar dúvidas a respeito do que verdadeiramente estaria ocorrendo, para assim evitar que decisões no sentido de uma intervenção acontecessem, e conseguir ganhar mais tempo para executar o plano final: a eliminação de todos os tutsis em Ruanda.

As organizações humanitárias e de direitos humanos foram as primeiras a observarem a influência dos meios de comunicação internos de Ruanda no Genocídio, e pediram ajuda a ONU, aos Estados Unidos e a França visando o fechamento das estações de rádio que estavam dirigindo e incitando os atos, este movimento liderado pela Humans Rights Watch defendia que se as transmissões cessassem, o ciclo de incitação à violência poderia ser rompido além de

limitar a comunicação entre as diretivas genocidas, o movimento também acreditava que essa ação deixaria clara a desaprovação da comunidade internacional aos acontecimentos em Ruanda, contudo, não obtiveram êxito, a área jurídica do Departamento de Estado norte-americano emitiu parecer desfavorável a interrupção das transmissões amparado pelo argumento do direito à liberdade de expressão. O CSNU somente no final de junho pediu ao governo interino que providenciasse o fechamento da RTML, por conta das ameaças sofridas pelo General Romeo Dallaire e às tropas de paz sob seu comando, em julho as tropas francesas, enfim destruíram, sem grandes esforços, os rádios transmissores utilizados pela RTML e pela Rádio Ruanda, apesar disso, a RTML conseguiu seguir com as transmissões, mesmo que de maneira menos abrangente. (REZENDE, 2011)

O efeito da RTML é muito estudado dentro da área da comunicação, o relatório da Humans Right Watch aponta que a estação conquistou a audiência do ruandeses por conta das suas músicas animadas e o seu estilo informal, quando comparado a outros rádios, como a Rádio Ruanda, a RTML apresentava a população de Ruanda um novo conceito de transmissão, a transmissão interativa, segundo as palavras de Higiro, diretor da Rádio Ruanda, que analisou o sucesso inicial da rádio concorrente na seguinte forma:

Essas transmissões eram como uma conversa entre ruandeses que se conheciam bem e relaxavam tomando uma cerveja de banana ou uma garrafa de Primus [a cerveja local] em um bar. Foi uma conversa sem moderador e sem qualquer exigência quanto à veracidade do que foi dito. As pessoas que lá estavam contaram o que viram ou ouviram durante o dia. As trocas cobriam de tudo: boatos circulando nos morros, notícias da rádio nacional, conflitos entre chefias locais... Era tudo brincadeira. Algumas pessoas saíam do bar, outras entravam, a conversa continuava ou parava se fosse tarde demais, e no dia seguinte começava depois do trabalho

Assim podemos conferir que o efeito provocado pela rádio RTML entre os seus ouvintes era o de proximidade, a sensação de fazerem parte de algo coletivo, onde podiam em um simples ligação fazer reclamações, espalhar notícias, sem a necessidade de checagem de fontes, parecia uma extensão da conversa corriqueira, entre parentes, amigos, e vizinhos, o problema desse tipo de transmissões foram revelados quando os alvos das notícias de procedência duvidosas passaram a ser justamente, os “vizinhos”: os tutsis.

As pessoas ligavam para pedir uma música para ser veiculada ou para passar alguma notícia ou fofoca. Os locutores transmitem essas informações sem nunca checá-las. RTLM partiu do tom mais sóbrio e formal da Rádio Ruanda. O locutor Kantano Habimana era conhecido por sua sagacidade, apreciada até por alguns tutsis que eram alvo de suas farpas. Outra, Valerie Bemeriki, foi notável pela velocidade e paixão de sua fala, que aumentava quando ela tinha violência para denunciar. (RELATÓRIO DA HUMANS RIGHT WATCH, 1999, s/p)

Cherétien (2007) destacou que uma combinação de vários fatores contribuíram para o sucesso do alcance das transmissões da RTML, são eles: as altas taxas de analfabetismo, a propensão a uma unanimidade partidária baseada em preceitos moralistas, o potencial de transferência de culpa para a maioria tutsi, e as referências duradouras a ideia de “maioria”-os hutus-. O autor, ao revisar as transmissões da RTML apontou que sua ação ocorreu em duas frentes: o apelo racista pelo uso do termo “baratas” tutsis, e a legitimidade de eliminação das baratas por essa maioria, ainda constata que a RTML agiu em parceria com a revista *Kangura* agiu com a intenção de restaurar a ideia de mobilização socio-racial, que fora eficiente 30 anos antes, na Revolução Hutu.

O relatório da *Humans Right Watch* aponta que o início do Genocídio tornou mais as viagens internas, e conseqüentemente as comunicações, a partir de então, o rádio tornou-se para a maioria das pessoas, a única fonte de notícias, e também, a única autoridade para a interpretação de seus significados, assim se levarmos em consideração o conceito de transmissão interativa implementado pela RTML, perceberemos que a validação do conteúdo das notícias não era prioridade nas transmissões, mas sim a difusão da mensagem sobre a necessidade extirpar o “outro”, os “inimigos” tutsis.

A mensagem era focada na necessidade de eliminação étnica dos hutus, e para causar a sensação no público leitor de que a morte de todos os tutsis era uma prioridade para os hutus, e validar as mensagens, os veículos de comunicação utilizaram diversos recursos. Segundo o relatório da *Humans Right Watch*, os propagandistas tinham o conhecimento de que o povo ruandês dava muito valor ao aprendizado formal, acadêmico, essa era uma característica de Ruanda, enquanto sociedade, então, os meios de comunicação afirmavam ocasionalmente que suas informações provinham de “acadêmicos”, ou “professores da Universidade Nacional”, para conseguir agregar credibilidade a essas informações.

As propagandas também contavam, segundo o relatório, para a validação da mensagem de ódio, com um teor religioso:

os propagandistas usaram a religião e a igreja para validar seus ensinamentos. A revista *Umurava* declarou: “Foi Deus quem deu a Habyarimana o poder de dirigir o país, é Ele quem lhe mostrará o caminho a seguir”. ¹⁷ A maioria dos propagandistas não foi tão longe, mas frequentemente expôs suas idéias em linguagem religiosa ou se referiu a passagens da Bíblia. Os cartoons às vezes retratavam Habyarimana como um santo ou padre, e um retratava Deus amaldiçoando os líderes da oposição política. Após assassinatos de hutus no Burundi em 1991, *Kangura* apresentou o menino Jesus com Maria e José na capa da edição de janeiro. Maria pede ao menino Jesus que salve os hutus do Burundi. Ele responde que dirá a eles para se amarem. Joseph comenta:

“Não, em vez disso, diga aos hutus do mundo para se unirem”. ¹⁸ Em um país onde 90 por cento das pessoas se diziam cristãs e 62 por cento eram católicas, essas referências à religião ajudaram a tornar os ensinamentos de medo e ódio mais aceitáveis.

Os propagandistas, como eram ruandeses, tal qual seus receptores, detinham um grande conhecimento a respeito dos seus alvos, pois eles mesmos, caso não fossem propagandistas, seriam habitantes comuns, ou seja, alvos da propaganda genocida. Assim, baseando-se nas lições que os ruandeses aprenderam na escola, como o mito Hamítico, agiram de maneira a exacerbar ainda mais essas diferenças, em algumas passagens chegaram a igualar a diferença entre Hutu x Tutsi com a diferença fundamental entre masculino e feminino, esses radicais rejeitaram a ideia de que os ruandeses constituíam um único povo, e alegavam que, essa ideia era nada mais que um “truque” dos tutsis para dividir os hutus e acabar com o seu senso de identidade étnica, tal fato fica claro no trecho retirado da revista Kangura, que diz: “Vocês são um importante grupo étnico dos Bantu... A nação é artificial, mas o grupo étnico é natural”. Os propagandistas então definiram os tutsis como povos de origem nilótica ou etíope, conforme o já conhecido mito Hamítico, sendo assim, tratavam-se de "infiltrados" que não tinham o direito de habitar a África Central, e que se infiltraram arditamente em todos os setores do Estado e da sociedade ruandesa.

Os propagandistas corriqueiramente recorriam às mensagens de “restaurar o antigo regime”, dos “hutus como vítimas inocentes”, “solidariedade hutu”, e dos “tutsis como causadores do seu próprio infortúnio” para, por fim, ir mais longe e levar a ideia do Genocídio aos hutus, causando um temor na população, a fim de mobilizá-las, a lá “acusação ao espelho” para o genocídio dos tutsi, os propagandistas com suas mensagens insistiam que não apenas a liberdade e a prosperidade dos hutus estavam em risco, mas também suas próprias vidas, alertavam que a maioria tutsi não esperava reestabelecer sua dominação sem matar um grande número de hutus. A revista Kangura, já utilizava as “acusações ao espelho” em dezembro de 1990, quando passou a acusar os tutsis de preparar uma guerra que não deixaria nenhum sobrevivente, e à medida que o conflito evoluía, os avisos iam adquirindo um caráter cada vez mais histérico e explícito, e logo depois de 6 de abril de 1994, a mídia passou a circular a história de que os tutsis haviam preparado covas para servir de valas comuns as hutus, o fato de que as FPR realmente havia cavado trincheiras, mas para proteger suas posições, concedeu apoio aos rumores.

As chamadas “acusações ao espelho” foram comuns no período de “gestação” do Genocídio, o relatório traz dois exemplos desse tipo de tática, a primeira, de 1992, quando revista a *Kangura* relatou que os soldados da FPR capturados pelas forças do governo revelaram que “vieram para limpar o condado da sujeira dos hutus”, e durante o Genocídio, os hutus costumavam falar em limpar suas comunidades da sujeira dos tutsis, o segundo exemplo, também de 1992, quando o jornal *Jyambere* acusou os partidos de oposição de distribuir armas para suas alas jovens, exatamente o que as forças de Habyarimana estavam fazendo na época. Esse tipo de acusação visava causar o terror em seus alvos, e assim leva-los em direção ao Genocídio, sob a alegação de que não somente sua liberdade estava em risco, mas também a sua vida.

Até o atentado que resultou na morte de Habyarimana, as propagandas de rádio tinham como foco questões contra a FPR e contra os Acordos de Arusha, a partir de 6 de abril de 1994, o foco das transmissões mudou para um apelo aberto e explícito ao extermínio dos tutsis e seus cúmplices, os hutus moderados. Dessas transmissões, destacam-se as da RTML, que se tornou uma ferramenta para dirigir o genocídio, já o jornal quinzenal *Kangura*, o veículo de mídia de maior impacto em Ruanda, na década de 1990, e largamente conhecido pela publicação dos “Dez mandamentos hutus”, teve sua atuação orientada para a dissolução de aspectos históricos, culturais, políticos e econômicos do povo ruandês, bem como com o estabelecimento de uma comunidade “nova” e pura em aspectos étnicos. Os “Dez Mandamentos Hutus” já apresentados previamente, demonstram a essência da atuação da *Kangura*, haja vista que o manifesta condenava práticas socialmente comuns na sociedade tradicional ruandesa, como os casamentos, e os negócios entre as etnias.

6. Considerações Finais

Esse trabalho buscou entender a influência da mídia no Genocídio em Ruanda para propiciar um conexão entre os estudos midiáticos e de relações internacionais, a partir da coleta de dados em fontes históricas, relatórios de Organismos Internacionais, e outros trabalhos científicos que visam uma compreensão do tema, para, por fim, se atingir o objetivo geral dessa pesquisa: Analisar a atuação da imprensa (local e internacional) na ocasião do Genocídio em Ruanda, foi necessário a definição de três objetivos específicos:

A respeito da atuação midiática no Genocídio, conforme discutido no capítulo acima, os veículos midiáticos agiram de duas maneiras distintas: a mídia local de Ruanda atuou

baseando-se aparentemente em estratégias e modelos propagandistas, provocando associações entre os tutsis, a FPR, e a antiga monarquia oligárquica que governava Ruanda, e fazendo acusações mentirosas a respeito da FPR, o que fez com que os hutus se levantassem contra os tutsis sob a bandeira de uma “unidade hutu”/”solidariedade hutu”, em contraposição, a mídia internacional, expressa pelos principais veículos de comunicação dos EUA atuou de maneira a suavizar o genocídio, muitas vezes, evitando o uso da palavra, entende-se que a cobertura midiática ocidental do Genocídio focou demais em aspectos que só corroboraram com uma visão afro-pessimista, como a reiterada menção aos horrores dos massacres, bem como aprofundaram o entendimento do Genocídio como “mais um conflito tribal” a partir da não inclusão de fatos históricos e contextos políticos relevantes para a compreensão dos acontecimentos nos artigos dos jornais com matérias de caráter sensacionalista e reducionista. Ademais, a mídia internacional também reduziu sua cobertura ao Genocídio quando esse chegou no seu ápice, em abril de 1994, a retirada de muitos jornalistas de Ruanda fez cair o número de notícias que abordaram Ruanda.

A hipótese do trabalho que infere que a mídia nacional ruandesa causou uma mobilização doméstica contra os Tutsis, que, aliado à inação da mídia internacional resultou em um genocídio de grandes proporções, foi confirmada, pois sem a atuação de rádios ruandesas como a RTML, e o jornal Kangura, os hutus de Ruanda provavelmente não teriam se empenhado tanto nessa campanha de eliminação étnica, constatou-se que os efeitos desse veículos nos seus receptores era o de provocar o terror, fazer com que os hutus se sentissem ameaçados pela FPR, frente a uma guerra civil, com as mentiras propagadas de que a grupo visava a morte ordenada dos hutus, além disso as rádios também ordenaram, quando necessário que a violência fosse evitada, na ocasião da visita de observatórios internacionais, o que fez com que o Genocídio pudesse seguir, espantando as alegações contra os direitos humanos, somado a isso, se a cobertura midiática internacional não tivesse sido tão inadequada, principalmente nos aspectos históricos sobre o conflito, a opinião pública teria entendido de maneira mais adequada o conflito, e conseqüentemente as responsabilidades da comunidade internacional para Ruanda, podendo pressionar a mesma a agir para cessar as mortes.

Contudo, vale destacar que a mídia é um importantíssima variante para o resultado desse Genocídio, mas que nenhum aspecto deve ser ignorado na compreensão dos fatos que levaram a morte de cerca de 1 milhão de pessoas em 100 dias, havendo a relevância de múltiplos fatores, esses fatores são apontados como as principais tendências explicativas do Genocídio: a

manipulação da elite para se perpetuar no poder, as características sociopsicológicas dos perpetradores (obediência ao poder estabelecido), e a escassez de recursos ecológicos frente ao aumento populacional. Cada uma dessas tendências explicam de maneira bastante distintas entre si os motivos que levaram a execução por cidadãos comuns de uma campanha de eliminação étnica, dessa forma, considera-se que a forma mais contundente de analisar o Genocídio ruandês e os seus resultados é justamente uma junção desses fatores somado à atuação midiática, que no âmbito interno motivou a população aos atos, e no âmbito externo causou confusão nos receptores, causando pouca pressão internacional, e de certa forma, propositalmente, ou não, estava alinhada com a atuação das Nações Unidas e das principais potências mundiais.

Referente ao primeiro objetivo: “Traçar os principais aportes teóricos que se debruçam a compreender o papel da mídia nas relações internacionais/sistema internacional, e nos processos de tomada de decisões”, verificou-se que teorias como o Efeito CNN, as contribuições Gilboa, como o conceito de diplomacia midiática e a taxonomia da comunicação global, a teoria do Consenso Fabricado de Noam Chomsky, e a hipótese. agenda-setting são formulações típicas do mundo em que vivemos, um mundo globalizado, onde a digitalização, e a interatividade, fez com que a mídia ocupasse local de destaque nos processos de tomadas de decisões, tais formulações são também importantes instrumentos de análise das ações da mídia para pesquisas entre relações internacionais e comunicação.

No que tange o segundo objetivo específico que é analisar de que forma as aproximações epistemológicas entre os estudos de comunicação e das relações internacionais se aplicam ao caso ocorrido em Ruanda em 1994. Verificou-se que a grande parte das teorias que tratam de mídia e relações internacionais normalmente se dedicam a observar o papel da mídia em conflitos que envolvem dois Estados, e nas questões relativas á propaganda, mesmo assim, algumas abordagens podem ser aplicadas ao caso de Ruanda, principalmente na questão da atuação da mídia internacional, conforme já apontado quais foram as suas ações e os efeitos dela no público, podemos verificar o quanto ela está atrelada a ideia da hipótese agenda-setting.

A proposta agenda setting considera que as questões que recebem maior cobertura midiática passam a ser aquelas que recebem mais atenção e mais recursos da política externa, assim, no melhor dos casos seu efeito vai ser o de reordenar as prioridades de política externa, empurrando as questões com maior veiculação ao topo da agenda de política externa, partindo do pressuposto que o receptores das notícias participam livremente dos processos de tomada de

decisão a partir da pressão que a opinião pública exerce, e na pior das hipóteses, e na pior das hipóteses, a formulação e a priorização da política externa pode espelhar a agenda de notícias, fazendo com que os veículos de comunicação percam sua independência. Conforme apontado, possivelmente ocorreu no caso do Genocídio em Ruanda, a “pior das hipóteses” visto que, os Estados Unidos tinham uma prioridade clara em relação a Ruanda: a não intervenção, por conta dos ocorridos na Somália, e também motivado pelo fracasso de outras missões da ONU como na Bósnia, assim colocou esse objetivo no topo de sua agenda política na época, espelhando a agenda de notícias dos principais veículos de comunicação norte-americanos. Assim, as notícias veiculadas sobre Ruanda nos jornais norte-americanos sofriam influência direta do estabelecimento de prioridades para a política externa, enquanto as notícias acabavam por legitimar a adoção dessa política externa, demonstrando que, na ocasião do Genocídio, a mídia estadunidense e os objetivos de política externa se retroalimentaram. A teoria do Consenso Fabricado, de Noam Chomsky, sugere justamente reflete sobre como a mídia estadunidense aplica uma série de “filtros” a publicação de notícia, a luz a teoria de Chomsky o caso da atuação da mídia Internacional no Genocídio é um exemplo de como mídia é uma aliada de primeira ordem dos poderes políticos e econômicos na construção de consensos público.

Por fim, em relação ao terceiro objetivo específico: compreender o processo de formação e posterior colonização do Estado Ruandês, com foco na formação das identidades tutsis e hutus, bem como o período pós-independência, e a sua influência para o conflito no país. Verificou-se que, Ruanda é um país de história secular, que mesmo antes da colonização já contava com uma sociedade organizada, e com um poder centralizado que detinha bastante legitimidade, anteriormente ao período colonial verificou-se que a sociedade tradicional ruandesa era economicamente e culturalmente integrada, além de ser integrada por laços familiares, haja vista a grande quantidade de casamentos entre as etnias tutsis e hutu, além disso, sobre a questão étnica, a diferenciação era muito mais baseada em questões relativas ao tipo de trabalho que cada indivíduo tinha, ao invés de diferenças com base na aparência física, como os belgas irão sugerir no período colonial, sendo muito comum um hutu por meio da aquisição de gado passar a ser considerado um tutsi, configurando uma sociedade onde a mobilidade social era uma realidade consideravelmente comum, para mais a sociedade tradicional ruandesa vivia em um “tradicional equilíbrio”, com suas práticas sociais que permitiam inclusive o uso de terras dos tutsis aos hutus, caso assim fosse necessário.

A chegada dos europeus fez com que dois “metabolismos sociais” distintos entrassem em contato: o tradicional sociometabolismo ruandês, e o sociometabolismo do capital europeu, essa interação provocou conflitos de diversas ordens, e segundo alguns estudiosos abriu o caminho para a materialização do Genocídio em 1994. Com a sua chegada os europeus exerceram a sua dominação de maneira indireta pela figura dos tutsis, e da figura do tradicional monarca, o *Mwami*, os belgas baseados na chamada ciência das raças concluíram que os tutsis se tratavam de povos de origem externa à região dos Grandes Lagos, provavelmente de origem nilótica ou etíope, dessa forma eram considerados mais próximos dos europeus, contudo, a opção dos europeus em estabelecer seu domínio no país pode ser explicado melhor por questões econômicas: os tutsis, como eram proprietários de gado, conseqüentemente eram aqueles que detinham as maiores áreas de terras para as pastagens, os belgas logo transformaram as propriedades dos tutsis em propriedade privada, e começaram a produção de monoculturas para a exportação, o que agravou o problema de acesso às terras que os hutus passaram a ter desde o início da administração colonial, assim é possível afirmar que a chegada dos europeus deu fim ao tradicional equilíbrio da sociedade ruandesa, também dando um fim, ou provocando um rearranjo nas práticas sociais que eram responsáveis pela preservação desse equilíbrio entre os hutus e os tutsis.

Os movimentos de independência que tomaram conta da África nas décadas de 50 e 60, logo começaram a aparecer em Ruanda também, a Revolução Hutu de 1959 dá um fim ao colonialismo e a monarquia aristocrática do *Mwami*, dando início a Primeira República Ruandesa, a Bélgica, depois de anos exercendo seu poder indiretamente sob a figura dos tutsis, ajudou a transição para uma República de maioria representativa hutu, que passaram a governar com um espírito revanchista, mantendo os ideais da Revolução Hutu, responsável por acabar com a dominação e opressão dos tutsis sob os hutus. Nesse período, diversos tutsis se tornaram exilados nos países vizinhos, esses tutsis exilados formaram um exército chamado Frente Patriótica Ruandesa, que passou a promover incursões a partir da década de 60 ao território Ruandês. Em 1973 um golpe de Estado foi feito pelo General Juvenal Habyarimana inaugura a chamada Segunda República Ruandesa, que foi caracterizada pela supressão da oposição, pela existência de um único partido de caráter autoritário, e pela dominação do Estado por alas mais conservadoras, como o clã Akazu, no período da Segunda República que se inicia a Guerra Civil, a partir da invasão da FPR a Ruanda em 1990, desde esse episódio, as alas mais conservadoras próximas de Habyarimana condensaram suas ações no sentido de direcionar Ruanda para a solução final: a morte de todos os tutsis, e nesse sentido, verificou-se que o

período que se seguiu após o início da Guerra Fria foi de preparação para o Genocídio, e nessa preparação os veículos midiáticos Ruandeses foram largamente utilizados.

Assim, podemos compreender que no processo histórico Ruandês os belgas foram responsáveis por tirar a sociedade ruandesa da sua condição de tradicional equilíbrio/harmonia entre as duas etnias, visando como outro qualquer Estado no papel de colonizador tornar aquela administração lucrativa, visto que a região já era de difícil manejo por suas características geográficas, assim era preciso “retirar” algo de Ruanda para torna-la atrativa, ademais os belgas também foram responsáveis por conduzir a transição de uma monarquia aristocrática tutsi para uma República com maior representação hutu, abrindo espaço para revanchismo entre as duas etnias. Dessa forma, no período republicano, os hutus, considerando o seu passado de explorados, organizaram sua república baseado em preceitos étnicos, e numa ideia de “maioria hutu”, passaram a utilizar o Mito Hamítico, mas de maneira distinta, consideraram os tutsis invasores que não deviam habitar a região, exacerbar as diferenças entre as etnias, e principalmente durante a Segunda República, os grupos mais conservadores construiriam o caminho para a execução do Genocídio.

Deve-se salientar a importância dessa e das demais pesquisa que se debruçam sob compreensão do papel dos meios de comunicação dentro das dinâmicas das relações internacionais, especialmente em situações de crise, e conflitos com graves efeitos humanitários como o de Ruanda, uma vez que dentro da academia de Relações Internacionais, tais estudos são considerados subsidiários, contudo, o mundo atual caracterizado cada vez mais por uma presença massiva dos meios de comunicação demanda que mais estudiosos acadêmicos se engajem a construir hipóteses e argumentações que nos ajudem a situar a mídia nos processos internacionais atuais, visto que de 1994 para cá, muitas coisas mudaram em termos de tecnologia.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Cintia. **O GENOCÍDIO DE RUANDA E A DINÂMICA DA INAÇÃO ESTADUNIDENSE**. Orientador: Prof^a. Dra. Suzeley Kalil Mathias. 2012. 1 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle>. Acesso em: 11 out. 2022.

DA FONSECA, Danilo A mídia ruandesa no genocídio de 1994: a relação entre tutsis, Inkotanyis e a Frente Patriótica Ruandesa. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], n. 22, p. 56–77, 2013. DOI: 10.26512/emtempos.v0i22.19792. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/19792>. Acesso em: 14 out. 2022.

DA FONSECA, Danilo. As Concepções Etnocêntricas do Genocídio de Ruanda: a Negação do Sujeito Histórico Ruandês. **Sanfoka**, São Paulo, v. 4, ed. 7, p. 29-44, Julho 2011b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88794/91680>. Acesso em: 11 out. 2022.

DA FONSECA, Danilo. ESTADO E TRABALHO NA SEGUNDA REPÚBLICA RUANDESA DE JUVENAL HABYARIMANA. **Revista Espaço Plural** , [s. l.], v. 12, ed. 25, p. 94-101, 2º semestre 2011. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/7281/5339>. Acesso em: 18 out. 2022.

DE ALMEIDA, Victor. GENOCÍDIO: AS RAÍZES HISTÓRICO-SOCIAIS DO CONFLITO CIVIL RUANDÊS (1994. **REVISTA DO NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA SANKOFA**, [s. l.], v. 1, ed. 3, p. 47-64, 2019. Disponível em: <http://www.sankofa.periodikos.com.br/article/5d65433e0e88254452a6c574/pdf/sankofa-01-03-47.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

DE MENDONÇA, Marina. O genocídio em Ruanda e a inércia da comunidade internacional. **Brazilian Journal of Internacional Relations** , Marília, v. 2, ed. 2, p. 300-328, Maio/Ago 2013. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/3194/2501>. Acesso em: 7 nov. 2022.

DOS SANTOS JUNIOR , João Samuel. **Condicionantes Históricas e Sociológicas do Genocídio de Ruanda em 1994**: Escritos da dor. Orientador: Prof. Dr. Valter Roberto Silvério. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6746/5065.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 out. 2022.

MELO , Thiago. **RUANDA**: O holocausto que as Nações Unidas ignoraram. Orientador: Prof.^a Raquel Boing Marinucc. 2004. 123 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB., Brasília DF, 2004.

Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9873/1/20076085.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

PINTO, Teresa. Ruanda: entre a segurança e a liberdade. **Guerra e Paz**, [s. l.], ed. 32, p. 1-13, 2011. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/ri/n32/n32a04.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.

WAPMUK, Sharkdam; AKINKWOTU, Oluwatooni. 2017AS DINÂMICAS DA ÁFRICA NAS RELAÇÕES MUNDIAIS: DO AFRO-PESSIMISMO PARA O AFRO-OTIMISMO?. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, [s. l.], v. 2, ed. 4, p. 1-31, Jul/Dez 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/75450/47101>. Acesso em: 11 out. 2022.

AGUIAR, Pedro. (2020). Uma economia política da comunicação internacional: a contribuição de Armand Mattelart para a análise do sistema-mundo das mídias. *MATRIZES*, 14(3), 157-174. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i3p157-174>> Acesso em: 13/07.

ARRAIS, César Henrique. A mídia das relações internacionais: aproximações epistemológicas. 2014. 34 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Relações Internacionais) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/7926>. Acesso em: 14/05

BURITY, Caroline Rangel Travassos. A influência da mídia nas Relações Internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de Diplomacia Midiática. **Contemporânea (Título não-corrente)**, [S.l.], v. 11, n. 1, ago. 2013. ISSN 1806-0498. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/3349>>.

Acesso em: 13/07.

CADORE et al V. (2017). O capitalismo imperialista e a esfera político-midiática: a sujeição da mídia ao imperialismo e sua influência nas Relações Internacionais. *Revista*

Perspectiva: Reflexões Sobre a temática Internacional, 8(14). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/71233>. Acesso em 25/05

CAMARGO, Julia Faria. Ecos do Frigor: a invasão do Iraque em 2003: a mídia internacional e a imprensa brasileira. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-

Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1307>> Acesso em: 13/07

CASTRO, D. de. “Agenda-Setting: Hipótese Ou Teoria? Análise Da trajetória Do Modelo De Agendamento Ancorada Nos Conceitos De Imre Lakatos”. *Intexto*, nº 31, dezembro de 2014, p. 197-14. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/46390>. Acesso em: 27/05

GILBOA, Eytan. Global communication and foreign policy. *Journal of communication*, v. 52, n. 4, p. 731-748, 2002. Disponível em: <http://tadpisim.kinneret.ac.il/88126.pdf>. Acesso em: 22/05

MARINUCCI, Raquel Boing. Relações Internacionais e mídia. *Universitas: Relações Internacionais*, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/836>. Acesso em: 10/05

MENDES, Pedro Emanuel. As teorias principais das Relações Internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina. *Relações Internacionais*, n. 61, p. 95-122, 2019b. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri61/RI61_art08_PEM.pdf> Acesso em: 13/07

MENDONÇA, M. G. de. O genocídio em Ruanda e a inércia da comunidade internacional. *Revista Hades*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1–28, 2017. DOI: 10.34024/hades.2017.v1.7961. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/3194#:~:text=Entre%20abril%20e%20julho%20de,Bangladesh%2C%20na%20d%C3%A9cada%20de%201970>. Acesso em: 15/05

REZENDE, Amanda. Ruanda: genocídio e mídia: as relações internacionais e a comunicação social. 2011. 218 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília,. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11042>. Acesso em: 25/05

RODRIGUES, Georgia Godoy. Do Efeito CNN ao Efeito Al Jazeera: a mídia como ator das Relações Internacionais. Disponível

em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63803305/Do Efeito CNN ao Efeito Al Jazeera a a midia como ator das /Relacoes Internacionais Final20200701-80570-hkt8bm with-cover-page](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63803305/Do_Efeito_CNN_ao_Efeito_Al_Jazeera_a_a_midia_como_ator_das_Relacoes_Internacionais_Final20200701-80570-hkt8bm_with-cover-page)

[v2.pdf?Expires=1653861620&Signature=MwCRH8MB3Wx2~jHY~XW72Av071dGb9c5pPOCDLWmIFYg2Prsa0r5zrROOvrvJB6w6L1VtG0f8XQM9mmRmmWvE7o5e956IIFfHzqMkx1GGsumzPAtXYaVwJ](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63803305/Do_Efeito_CNN_ao_Efeito_Al_Jazeera_a_a_midia_como_ator_das_Relacoes_Internacionais_Final20200701-80570-hkt8bm_with-cover-page_v2.pdf?Expires=1653861620&Signature=MwCRH8MB3Wx2~jHY~XW72Av071dGb9c5pPOCDLWmIFYg2Prsa0r5zrROOvrvJB6w6L1VtG0f8XQM9mmRmmWvE7o5e956IIFfHzqMkx1GGsumzPAtXYaVwJ)

[n7Z6TyWmWeSoANK2gyqQLUJWN~b1Q8rKn3wI69Q5RuLJUpW4XZ6~4cBM3iA_jC--THObHH](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63803305/Do_Efeito_CNN_ao_Efeito_Al_Jazeera_a_a_midia_como_ator_das_Relacoes_Internacionais_Final20200701-80570-hkt8bm_with-cover-page_n7Z6TyWmWeSoANK2gyqQLUJWN~b1Q8rKn3wI69Q5RuLJUpW4XZ6~4cBM3iA_jC--THObHH)

[F3VucyplnZp3OcbqsgzYA2QIrWfmZDNjGGwI8vX~imuUVuf733ccJUORxXpiEkExTyYi~8xwlylku1l8z74eqR6XHkfJqdw75tJWhYR4nU3sUBQTRpNv5xKpfPNAODjxVCmA1BpUPGJi2D-CD4fPtDA_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63803305/Do_Efeito_CNN_ao_Efeito_Al_Jazeera_a_a_midia_como_ator_das_Relacoes_Internacionais_Final20200701-80570-hkt8bm_with-cover-page_F3VucyplnZp3OcbqsgzYA2QIrWfmZDNjGGwI8vX~imuUVuf733ccJUORxXpiEkExTyYi~8xwlylku1l8z74eqR6XHkfJqdw75tJWhYR4nU3sUBQTRpNv5xKpfPNAODjxVCmA1BpUPGJi2D-CD4fPtDA_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acesso em: 27/05.